

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VICENTE CHIARAMONTE PIRES

**ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA NO BRASIL:
Os efeitos da propensão ao risco e dos gastos com saúde**

Maringá
2014

VICENTE CHIARAMONTE PIRES

**ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA NO BRASIL:
Os efeitos da propensão ao risco e dos gastos com saúde**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Estadual de Maringá.

Orientador:
Prof. Dr. Joilson Dias

Maringá
2014

VICENTE CHIARAMONTE PIRES

**ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA NO BRASIL:
Os efeitos da propensão ao risco e dos gastos com saúde**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovado em 12 / 08 / 2014

Prof. Dr. Joilson Dias (PCE-UEM)

Prof. Dr. Edinaldo Tebaldi (BRYANT UNIVERSITY – USA)

Prof. Dr. Hiroshi Wilson Yonemoto (PUC-PR)

Profª. Dra. Maria Helena Ambrosio Dias (PCE-UEM)

Profª. Dra. Marina Silva da Cunha (PCE-UEM)

Dedico este trabalho à minha esposa Maria Amélia (Mélamor) pelo amor incondicional, paciência e compreensão, além de sugestões sempre valiosas e precisas.

Dedico também à minha querida e preciosa filha Rafaela pelas vezes que me solicitou e não pude atendê-la, sendo compreensiva com a situação.

A vocês, dedico o meu amor e carinho, e agradeço por me possibilitarem realizar mais esta valiosa conquista pessoal e profissional.

Agradecimentos

Ao meu Deus, *El Shaddai*, que tem sido maravilhoso comigo, por me permitir concluir este projeto em minha vida, cumprindo a promessa de que *“nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano o que Deus tem preparado para aqueles que o amam”* (1ª Coríntios 2:9).

À minha preciosa família, esposa e filha, que, a seu modo, me apoiaram e incentivaram nesta árdua jornada. Vocês valem mais do que muitas jóias!

Ao meu prezado professor orientador Dr. Joilson Dias, que me convidou para a realização desta pesquisa e possibilitou total liberdade de reflexão crítica no desenvolvimento desta etapa da minha vida.

À Universidade Estadual de Maringá, onde realizei meus estudos de graduação e pós-graduação, e onde tenho exercido esta paixão que é o magistério superior. Agradeço a todos os professores, colegas e funcionários que, de uma forma ou de outra, participaram destes anos de formação no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Teoria Econômica. Destaco os queridos professores e colegas Alexandre Florindo Alves, Amália Maria Goldberg Godoy, Antonio Carlos de Campos, Ednaldo Michellon, Joaquim Miguel Couto, Joilson Dias, José Luiz Parré, Jucélio Kretzer, Maria Helena Ambrosio Dias, Marina Silva da Cunha e Ricardo Luis Lopes, que ministraram aulas e repartiram seus conhecimentos, proporcionando-me aprimoramento intelectual com brilhantismo e competência sem igual.

Aos colegas do programa pelo companheirismo e colaboração sempre presentes e, em especial, à Aline de Queiroz Assis Andreotti Pancera, Allan Silveira dos Santos, Andréia Moreira da Fonseca Boechat, Antonio Edson Amaral, Kézia de Lucas Bondezan, Letícia Xander Russo, Ligia Greatti, Luciane Cristina Carvalho e Renato Nozaki Sugahara que foram algo mais que colegas.

Um agradecimento especial à Denise Harumi Saito Becca, colaboradora do programa de pós-graduação, que efetivamente colabora e faz com que as dificuldades possam ser amenizadas.

Também agradeço de modo muito antencioso aos meus colegas do Departamento de Administração que assumiram atividades para que eu pudesse me dedicar ao programa de doutorado de forma integral. Vocês são insubstituíveis.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que estão representadas nos dados da pesquisa do orçamento familiar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que desta forma contribuíram, mesmo que indiretamente, para a realização deste estudo e são os agentes-ação da realidade estudada a respeito do endividamento familiar no Brasil.

PIRES, Vicente Chiaramonte. ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA NO BRASIL: Os efeitos da propensão ao risco e dos gastos com saúde. 2014. 162 f. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o endividamento das famílias brasileiras a partir da formulação de modelo empírico, que demonstre as relações de variáveis explicativas, relacionadas a diferentes faixas etárias da pessoa de referência da família, e a diferentes classes de posse de riquezas (ativos financeiros e não financeiros). Este trabalho apresenta inovação em relação à avaliação sobre os efeitos da postura dos indivíduos em relação ao fator risco, mantendo-se o controle sobre características destes indivíduos, além de analisar o papel da saúde das famílias. Outro importante elemento, neste trabalho, é o fator riqueza. O papel dos ativos financeiros e não-financeiros foi considerado ora como fator minimizador ora fator não minimizador do grau de endividamento. A base de dados foi obtida a partir da Pesquisa do Orçamento Familiar 2008-2009 (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além do endividamento, a inadimplência em relação às despesas fixas e financeiras também foi considerada. Tanto o grau de endividamento como a inadimplência foram consideradas em relação à atividade ocupacional das pessoas responsáveis pelas famílias. A metodologia empírica utilizada foi do modelo *logit* dentro do enfoque da variável latente que trata o uso de variáveis dicotômicas, basicamente como um problema de medida, obtendo os efeitos marginais. As análises desenvolvidas apontaram que a propensão ao risco eleva o endividamento em até 1,42 p.p., quando comparado a indivíduos avessos ao risco. Em relação ao fator saúde, observou-se que, em presença de enfermidade, eleva-se em 3,22 p.p. o endividamento total, apontando que fatores de risco e a qualidade da saúde geram impacto no endividamento das famílias. Há, contudo, necessidade de se avaliar o efeito de políticas públicas sobre as famílias que, não recebendo atendimento de saúde adequado por parte do governo, têm seus gastos aumentados. As análises desenvolvidas apontaram que, o grau de endividamento é decrescente em relação à idade, por exemplo, a partir de 59 anos, este endividamento decresce 5,27 p.p. em relação aos jovens até 29 anos. As ocupações que revelaram maiores variações a respeito da presença de dívidas familiares foram todas na condição de empregados. Com relação à inadimplência nas famílias, os resultados estimados indicaram que, estão presentes com maior intensidade nas famílias de empregados privados, públicos, domésticos e por conta própria. O estudo permitiu constatar, ainda, a excessiva concentração de riquezas, em 25% das pessoas de referência das famílias, o que implica em maior comprometimento dos rendimentos das famílias mais pobres, enquanto que, os mais ricos não ultrapassam os 50% de relação entre dívidas e ativos.

Palavras-chave: Endividamento, inadimplência, famílias, idade, riqueza, saúde, propensão ao risco, posição ocupacional.

PIRES, Vicente Chiaramonte. INDEBTEDNESS AND DEFAULTS IN BRAZIL: the effects of risk propensity and health spending. 2014. 162 s. Dissertation (Ph.D. in Economic Theory) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

ABSTRACT

The present work aims at analyzing Brazilian families' household indebtedness problem, by developing an empirical model, which demonstrates the relationship between explanatory variables, related to different age groups of family's reference person, and different classes of ownership wealth (financial and non-financial assets). This work also presents an innovation about the evaluation of people's attitudes related to risk factor, while maintaining control over characteristics of these individuals, as well to analyze the role of families' health in this whole process. Another relevant component, in this search, is the wealth factor. The role of financial and non-financial assets sometimes played down the level of the households' indebtedness and some did not. The database from which the information was obtained based on *Pesquisa de Orçamento Familiar 2008-2009 (POF)* from *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*. In the same manner, it was investigated the total indebtedness and general default rate, according to the reference person's occupational activity who is responsible for unit of family consumption. It was used *logit* model, about latent variables approach, which operates dichotomous variables, basically, as a measurement issue, obtaining marginal effects from probabilities' estimation, which comes out with logit and probit models. The analysis process pointed that the propensity to risk increased families' household indebtedness problem about 1.42 p.p. if compared to those risk adverse ones. Regarding the health factor, it was observed that in presence of disease, the amount of family indebtedness increases to 3.22 p.p., indicating that, both, risk factors and level of quality health had significant impacts on families' indebtedness problem. However, it has been necessary to take into account the effect of Brazilian health public policies on families' indebtedness increasing, because if they do not have good enough public health assistance, indeed, they will increase their family health spending. Analyses also pointed to indebtedness' descending order, in 5.27 p.p., at 59 years of age compared to people at 29 years old. Professional occupations, which showed further variation of household debts, were all them for paid job employees. About families' indebtedness is more often found in families whose members are paid employees, domestic servants and autonomous. The study brought out that there is an excessive concentration of wealth, 25% of families' reference people, which infers greater commitment of poorest families' incomes, whilst the richest people do not exceed 50% of their own relationship between debts and assets.

Keywords: indebtedness, defaults, families, age, wealth, propensity to risk, occupational position

PIRES, Vicente Chiaramonte. ENDETTEMENT ET PAR DÉFAUT AU BRÉSIL: les effets de la propension au risque et les dépenses de santé. 2014. 162 f. Thèse (doctorat en théorie économique) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

RÉSUMÉ

Ce travail vise à analyser l'endettement des familles brésiliennes à partir de la formulation d'un modèle empirique montrant les relations de variables explicatives liées à des différentes tranches d'âges de la personne de référence dans la famille et à des différentes classes de possession de richesses (actifs financiers et non financiers). Ce travail présente de l'innovation dans ce qui concerne l'évaluation des effets de la position des individus concernant le facteur risque, en maintenant le contrôle sur les caractéristiques de ces individus, en plus d'analyser le rôle de la santé des familles. Un autre élément important, dans ce travail, est le facteur de richesse. Le rôle des actifs financiers et ceux non financiers a été considéré soit comme minimiseur soit non minimiseur du degré d'endettement. La base de données a été obtenue à partir de l'Enquête sur le budget familial 2008-2009 (POF) de l'Institut brésilien de géographie et de statistique (IBGE). Outre l'endettement, l'insolvabilité concernant les frais fixes et les financières a également été considérée, en rappelant que tant le degré d'endettement que l'insolvabilité ont été considérés selon l'activité occupationnelle des personnes de référence, c'est-à-dire, celles responsables des unités de consommation familiales. La méthodologie empirique utilisée a été celle ayant le modèle *logit* dans l'approche variable latente, qui traite l'usage de variables dichotomiques comme un problème de mesure, en obtenant les effets marginaux. Les analyses développées ont montré que la propension au risque soulève la dette jusqu'à environ 1,42 p.p., par rapport à des individus étant hostiles au risque. En ce qui concerne la santé, on a observé que l'endettement total augmente de 3,22 p.p. ce qui montre que des facteurs de risque et de qualité de la santé engendrent de l'impact sur l'endettement des familles. Il est nécessaire, cependant, d'évaluer l'effet des politiques publiques sur les familles que n'ayant pas de soin adéquat de la part du gouvernement ont leur budget soulevé. Les analyses développées ont montré que le degré d'endettement est décroissant par rapport à l'âge, par exemple, à partir de 59 ans cet endettement réduit de 5,27 p.p. par rapport aux jeunes d'environ 29 ans. Les métiers ayant révélé des variations les plus élevées en ce qui concerne la présence de dettes familiales sont ceux soumis à de conditions d'employés. En ce qui concerne l'insolvabilité dans les familles, les résultats ont indiqué qu'elle se fait plus présente dans les familles travaillant en tant qu'employées privées, publiques, domestiques et celles travaillant à leur compte. L'étude a permis de constater, également, l'excessive concentration de richesses sur 25% des personnes de référence des familles, ce qui implique un plus grand engagement des revenus des familles les plus pauvres, tandis que les plus riches, eux ne dépassent pas les 50% de la relation entre des dettes et des actifs.

Mots-clé: endettement, par défaut, familles, âge, richesse, santé, propension au risque, position occupationnelle.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Crédito para pessoas físicas	15
Gráfico 2 -	Comprometimento de renda e endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional	16

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição da variação patrimonial mensal familiar, por classes de rendimento total - Brasil - período 2008-2009	71
Tabela 2 -	Proporção de manter diferentes tipos de dívida por idade e riqueza, em porcentagem	73
Tabela 3 -	Proporção de dívida média por idade e por riqueza condicionado pela manutenção da dívida, em porcentagem	74
Tabela 4 -	Efeitos marginais da presença de dívidas em relação à propensão ao risco, saúde familiar e outras variáveis	80
Tabela 5 -	Efeitos marginais da presença de inadimplência em relação à propensão ao risco, saúde familiar e outras variáveis	110
Tabela 6 -	Efeitos marginais da presença de dívidas totais em relação à propensão ao risco, saúde familiar e outras variáveis para diferentes posições ocupacionais	120
Tabela 7 -	Efeitos marginais da presença de inadimplência em relação à propensão ao risco, saúde familiar e outras variáveis para diferentes posições ocupacionais	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Variações esperadas e estudos relacionados com cada tipo de endividamento para cada variável explicativa	103
Quadro 2 -	Variações esperadas e estudos relacionados com cada tipo de sobre endividamento para cada variável explicativa	119
Quadro 3 -	Variações esperadas no endividamento total de cada posição ocupacional conforme o efeito marginal de cada variável explicativa ..	128
Quadro 4 -	Variações esperadas na inadimplência de cada posição ocupacional conforme o efeito marginal de cada variável explicativa	138

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O ENDIVIDAMENTO E A INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS	19
2.1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1.1	Estudos que relacionam a variável propensão ao risco ao endividamento e ao sobre endividamento	20
2.1.2	Estudos que relacionam a variável condição de saúde ao endividamento e ao sobre endividamento	20
2.1.3	Estudos que relacionam a idade das pessoas ao endividamento e ao sobre endividamento	21
2.1.4	Estudos que relacionam a posse de ativos financeiros e não financeiros ao endividamento e ao sobre endividamento	23
2.1.5	Estudos que relacionam outras variáveis explicativas ao endividamento e ao sobre endividamento	24
2.2	REVISÃO DE LITERATURA DOS ESTUDOS A RESPEITO DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS	29
2.2.1	Tipos de endividamento familiar	30
2.2.1.1	Endividamento total	30
2.2.1.2	Endividamento imobiliário	43
2.2.1.3	Endividamento através de cartão de crédito	49
2.2.1.4	Endividamento através de empréstimos bancários	52
2.2.1.5	Endividamento através de aquisições de bens de consumo à prestação	53
2.2.2	Tipos de sobre endividamento ou inadimplência familiar	54
2.2.2.1	Inadimplência geral	54
2.2.2.2	Inadimplência nos pagamentos de aluguel ou prestação de residência	59
2.2.2.3	Inadimplência nos pagamentos de despesas de água, gás ou eletricidade ...	60
2.2.2.4	Inadimplência nos pagamentos de prestações de bens adquiridos	61
3	FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA	62
3.1	HIPÓTESES	65
3.2	OS DADOS E AS VARIÁVEIS	67
3.2.1	A base de dados	67
3.2.2	Variáveis dependentes	68
3.2.3	Variáveis explicativas	69
4	INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS A RESPEITO DO ENDIVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS	71
4.1	ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DOS DADOS	72
4.2	O ENDIVIDAMENTO FAMILIAR	76
4.2.1	Análise dos efeitos marginais da propensão ao risco das pessoas de referência das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar	81
4.2.2	Análise dos efeitos marginais da condição de saúde das pessoas das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar	82

4.2.3	Análise dos efeitos marginais da idade das pessoas de referência das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar	83
4.2.4	Análise dos efeitos marginais da posse de riqueza pelas famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar	86
4.2.5	Análise dos efeitos marginais da renda bruta das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar	89
4.2.6	Análise dos efeitos marginais do nível de instrução das pessoas de referência das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar	92
4.2.7	Análise dos efeitos marginais do estado civil das pessoas de referência das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar	94
4.2.8	Análise dos efeitos marginais do gênero das pessoas de referência das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar	95
4.2.9	Análise dos efeitos marginais da cor ou raça das pessoas de referência das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar	96
4.2.10	Análise dos efeitos marginais da presença de crianças, adolescentes e jovens ou de gravidez nas famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar	98
4.2.11	Análise dos efeitos marginais da posição ocupacional ou de aposentado das pessoas de referência das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar	100
4.2.12	Outros estudos sobre a constituição e manutenção do endividamento familiar	101
4.3	A INADIMPLÊNCIA NAS FINANÇAS DAS FAMÍLIAS	104
4.3.1	Análise dos efeitos marginais da propensão ao risco das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência familiar	111
4.3.2	Análise dos efeitos marginais da condição de saúde das pessoas das famílias em relação à inadimplência familiar	111
4.3.3	Análise dos efeitos marginais da idade das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência familiar	112
4.3.4	Análise dos efeitos marginais da posse de riqueza pelas famílias em relação à inadimplência familiar	112
4.3.5	Análise dos efeitos marginais da renda bruta das famílias em relação à inadimplência familiar	113
4.3.6	Análise dos efeitos marginais do nível de instrução das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência familiar	114
4.3.7	Análise dos efeitos marginais do estado civil das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência familiar	115
4.3.8	Análise dos efeitos marginais do gênero das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência familiar	115
4.3.9	Análise dos efeitos marginais da cor ou raça das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência familiar	116
4.3.10	Análise dos efeitos marginais da presença de crianças, adolescentes e jovens ou de gravidez nas famílias em relação à inadimplência familiar	116

4.3.11	Análise dos efeitos marginais da posição ocupacional ou de aposentado das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência familiar	117
4.3.12	Outros estudos sobre a inadimplência nos pagamentos de compromissos familiares	118
4.4	O ENDIVIDAMENTO FAMILIAR E A POSIÇÃO OCUPACIONAL DAS PESSOAS DE REFERÊNCIA DAS FAMÍLIAS	119
4.4.1	Análise dos efeitos marginais da propensão ao risco em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	121
4.4.2	Análise dos efeitos marginais da condição de saúde das pessoas das famílias em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	121
4.4.3	Análise dos efeitos marginais da idade em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	122
4.4.4	Análise dos efeitos marginais da posse de riqueza financeira em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	122
4.4.5	Análise dos efeitos marginais da posse de riqueza não financeira em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	123
4.4.6	Análise dos efeitos marginais da renda bruta em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	123
4.4.7	Análise dos efeitos marginais do nível de instrução em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	124
4.4.8	Análise dos efeitos marginais do estado civil em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	125
4.4.9	Análise dos efeitos marginais do gênero em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	125
4.4.10	Análise dos efeitos marginais da cor ou raça em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	125
4.4.11	Análise dos efeitos marginais da presença de crianças, adolescentes e jovens em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	126
4.4.12	Análise dos efeitos marginais da presença de gravidez em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	127
4.4.13	Análise dos efeitos marginais do recebimento de aposentadoria em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	127
4.5	O SOBRE ENDIVIDAMENTO FAMILIAR E A POSIÇÃO OCUPACIONAL DAS PESSOAS DE REFERÊNCIA DAS FAMÍLIAS .	128

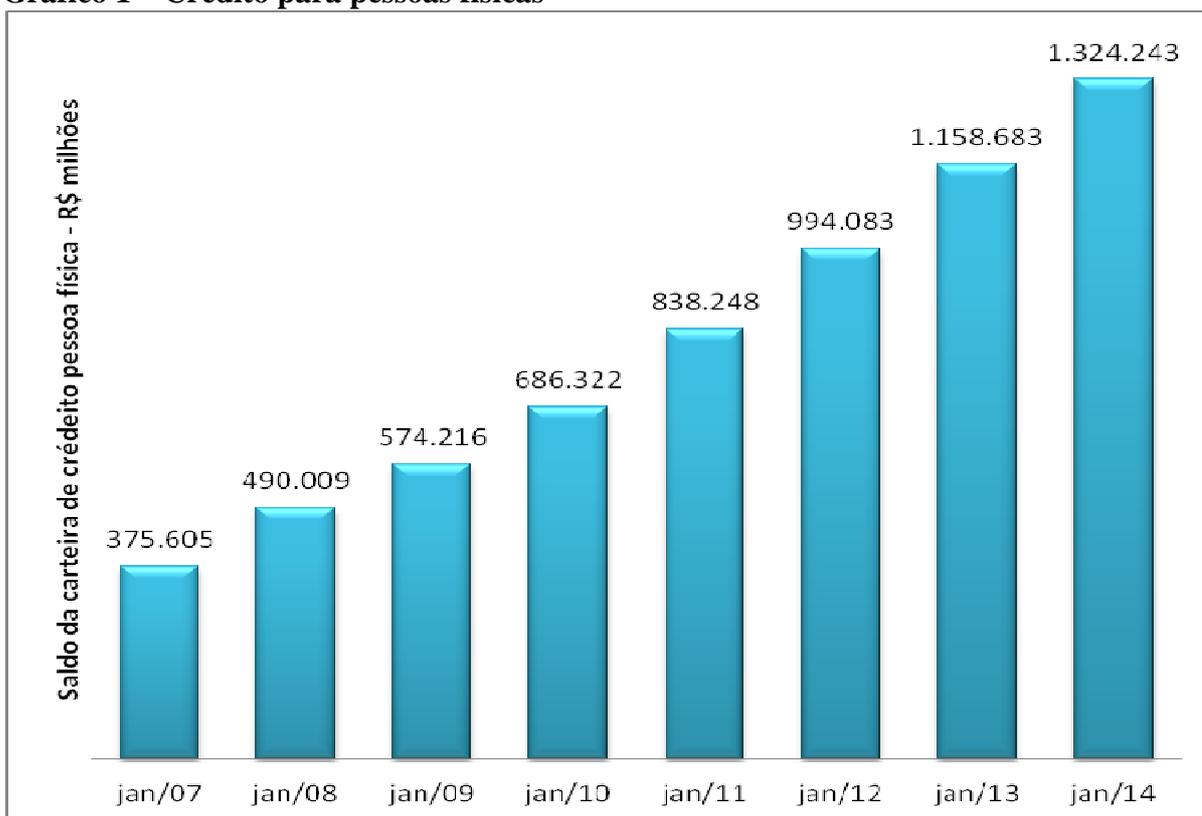
4.5.1	Análise dos efeitos marginais da propensão ao risco em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	130
4.5.2	Análise dos efeitos marginais da condição de saúde em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	130
4.5.3	Análise dos efeitos marginais da idade em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	131
4.5.4	Análise dos efeitos marginais da posse de riqueza financeira em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	132
4.5.5	Análise dos efeitos marginais da posse de riqueza não financeira em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	132
4.5.6	Análise dos efeitos marginais da renda bruta em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	133
4.5.7	Análise dos efeitos marginais do nível de instrução em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	134
4.5.8	Análise dos efeitos marginais do estado civil em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	134
4.5.9	Análise dos efeitos marginais do gênero em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	135
4.5.10	Análise dos efeitos marginais da cor ou raça em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	135
4.5.11	Análise dos efeitos marginais da presença de crianças, adolescentes e jovens em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	136
4.5.12	Análise dos efeitos marginais da presença de gravidez em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	137
4.5.13	Análise dos efeitos marginais do recebimento de aposentadoria em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias	137
5	CONCLUSÕES	139
	REFERÊNCIAS	143
	APÊNDICE 1 – VARIÁVEIS OU FATORES E REFERÊNCIAS DE ESTUDOS SOBRE O ENDIVIDAMENTO FAMILIAR	151
	APÊNDICE 2 – DESCRIÇÃO DA CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS DEPENDENTES E PROPORÇÃO DE CADA VARIÁVEL NA BASE DE DADOS	154
	APÊNDICE 3 – DESCRIÇÃO DA CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS E PROPORÇÃO DE CADA VARIÁVEL NA BASE DE DADOS	157

1 INTRODUÇÃO

A política monetária tem como um de seus objetivos o controle da demanda via crédito.¹ Assim, do ponto de vista estritamente macroeconômico o canal da taxa de juros como forma de controlar a demanda agregada tem sido amplamente utilizada como política monetária nos países.² De acordo com esses modelos, uma redução da taxa de juros pelo Banco Central dos países tende a estimular a demanda para consumo e investimento, sendo que um dos mecanismos de atuação é o crédito aos indivíduos para consumo.

A política monetária nacional levou à queda das taxas de juros básica da economia de 2005 que eram de 19,75% ao ano, para 10,75% em 2010. Esta política criou forte estímulo ao aumento do crédito no Brasil, como pode ser verificado no Gráfico 1 que apresenta a evolução do volume de crédito de 2007 a 2014.

Gráfico 1 – Crédito para pessoas físicas



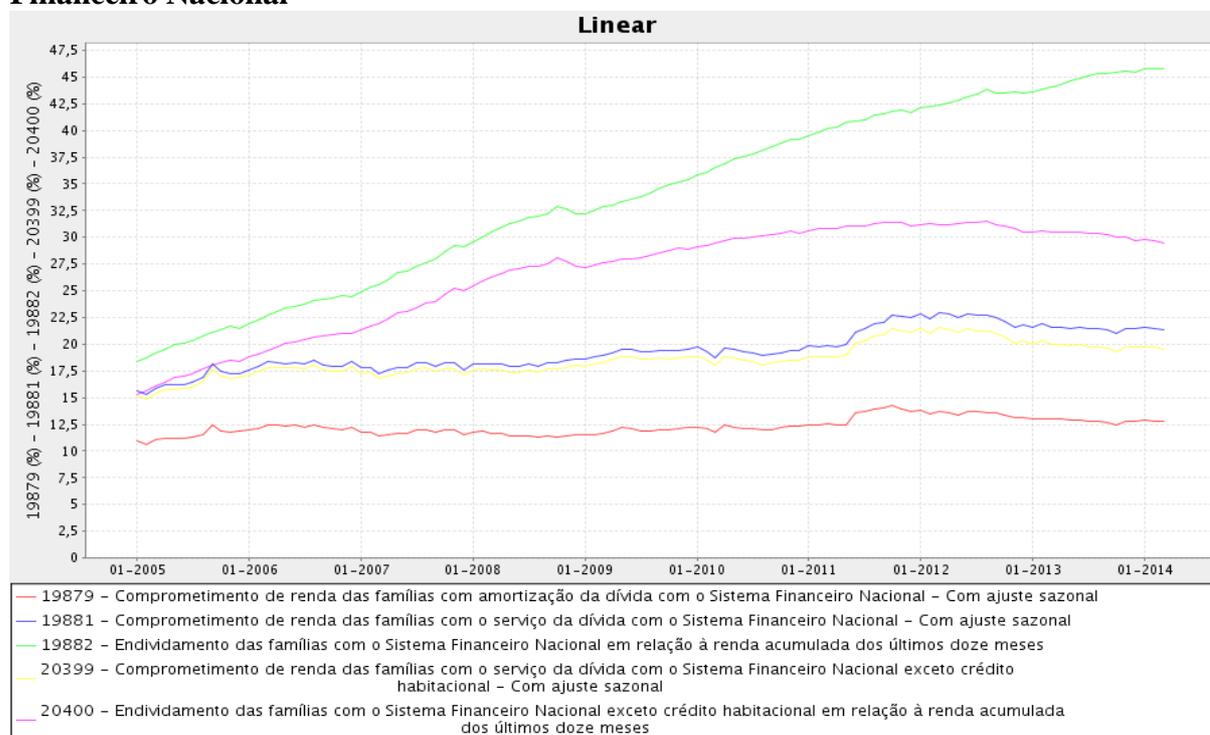
Fonte: Banco Central do Brasil - Sistema gerenciador de séries temporais, 2014.

¹ ABEL; BERNANKE; CROUSHORE (2008).

² CLARIDA; GALI; GERTLER (2000); MEYER (2001); WOODFORD (2001), MINELA et al. (2002).

Em termos de endividamento das famílias, o Gráfico 2 mostra que o endividamento em relação a renda acumulada nos últimos doze meses, saltou de 18,39% de comprometimento da renda em 2005 para 35,81% em 2010, alcançando 45,76% em 2014.³

Gráfico 2 – Comprometimento de renda e endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional



Fonte: Banco Central do Brasil – Sistema gerenciador de séries temporais, 2014.

Outro exemplo é quando se mede em relação à proporção de famílias endividadas⁴ que tem crescido de maneira expressiva pós 2010, como fica evidente nos dados da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que revelam que o percentual de famílias endividadas no Brasil era de 59,1% em 2010 saltando para 63,0% em 2014⁵. Dados mais recentes de uma pesquisa nacional realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o endividamento familiar aponta que o comprometimento da renda com compras parceladas ficou em 60,7% em junho de 2014.

Com relação à inadimplência, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam através do Índice de Expectativa das Famílias (IEF), que mais de um terço da população brasileira não teve condições de pagar suas dívidas no início de 2012.⁶ Dados da

³ Banco Central do Brasil, 2014.

⁴ Nesta tese de doutorado, as dívidas totais ou o grau de endividamento é a constituição e manutenção de dívidas pelas famílias, enquanto que a inadimplência ou o sobre endividamento são os atrasos nos pagamentos de compromissos financeiros assumidos pelas famílias.

⁵ CNC (2014). Percentual de famílias endividadas no Brasil.

⁶ IPEA (2012).

CNC indicam que 24,4% das famílias endividadas estavam com dívidas ou contratos em atraso e 8,2% alegavam que não teriam condições de pagar os compromissos assumidos em 2011, enquanto que os dados da FGV revelam que 11,4% dos indivíduos afirmaram ter pagamentos em atraso com mais de 30 dias em junho de 2014, após estabilidade deste percentual em 9% nos mesmos meses de 2012 e 2013. A situação se agrava para quem tem renda até R\$ 2.100,00 que apresentou o nível de 20% de atrasos, mas é de apenas 2,7% para os consumidores com poder aquisitivo acima de R\$ 9.600,00⁷.

Assim, os graus de endividamento e/ou inadimplência das famílias podem, em última instância, ser um fator limitador de uma política monetária que tenha como objetivo controlar ou estimular a demanda via crédito no Brasil. Podendo ser pernicioso para os indivíduos propensos ao risco, no sentido de agravar as situações de inadimplência da economia.

Diante dessas considerações, essa tese busca aprofundar a compreensão sobre as características das pessoas endividadas e/ou inadimplentes procurando avaliar a influência da aversão ao risco das pessoas e dos gastos com saúde familiar nas decisões de crédito.

Dessa forma, um dos aspectos importante é com relação à propensão ao risco inerente às pessoas tomadoras de crédito. Este trabalho se preocupa com os efeitos finais da política monetária, ou seja, o crédito tomado pelos indivíduos. Sem dúvida alguma que medir o grau de aversão ao risco é um dos grandes problemas da ciência econômica. Este trabalho segue a literatura internacional⁸ e constrói a variável aversão ao risco com base na propensão dos indivíduos apostarem em jogos. Assim, indivíduos que não fazem qualquer tipo de aposta em jogos são considerados avessos ao risco.

Os gastos com apostas em jogos fazem parte de uma rubrica presente na POF - Pesquisa de Orçamento Familiar de 2008/2009 que é a base de dados usada neste trabalho. Apesar de ser grande o desafio para se construir essa variável, pois há necessidade de um número grande de informações, esta tese inova nesse sentido ao propor essa variável como uma medida indireta de aversão ao risco, ou seja, não fazer apostas. Pesquisas futuras poderão aprimorar no aspecto de continuidade e proporcionalidade dessa medida de grau de aversão ao risco.

A situação do grau de inadimplência e/ou endividamento revela o comportamento cíclico do crédito como fator de política de controle de demanda. Assim, as famílias desempenham

⁷ FGV (2014).

⁸ Veja por exemplo: Allais (1953) no estudo sobre o comportamento do homem racional frente ao risco; Bernoulli (1954) ao expor uma nova teoria de mensuração do risco; e, Von Nemann; Morgenstern (1980) com o livro teoria dos jogos e comportamento econômico.

importante papel no mecanismo de transmissão da política monetária via crédito. O grau de endividamento ou inadimplência impõe custos adicionais para os tomadores de empréstimos, uma vez que, tendem a ser repassados aos consumidores.⁹ Este custo do risco pode ensejar de uma política monetária menos eficiente ou pobre na consideração do cenário econômico e, certamente, prejudicial à economia como um todo. Compreender o comportamento dos consumidores tomadores de crédito pode ajudar a melhorar o grau de eficiência da política monetária.

Portanto, esta tese de doutorado tem como propósito verificar de forma indireta se a política monetária praticada no Brasil relacionada ao crédito está comprometendo o poder de compra das famílias ao reduzir as taxas de juros básicas. Esta tese se preocupa, também, com os diferentes tipos de endividamento: geral, cartão de crédito, imobiliário, empréstimos bancários, outras dívidas e o grau de endividamento. Com relação à inadimplência, a mesma é verificada com relação: a atrasos nos pagamentos de aluguel e prestação do imóvel, despesas de água, eletricidade e gás e de prestações de bens duráveis adquiridos.

Outra inovação do estudo é com relação aos gastos de saúde dos indivíduos. Esta variável explicativa foi obtida da POF 2008/2009 através das despesas reportadas com saúde pelas famílias. Os gastos representam, em última instância, a falta de acesso a sistemas de saúde pública, mas que podem levar as famílias a deixarem de honrar seus pagamentos e/ou aumentarem seu grau de endividamento devido a esses gastos. Nesta tese procura-se medir esta contribuição.

Como forma de atingir os objetivos, a tese está estruturada, além dessa introdução, com o capítulo 2 que apresenta a fundamentação teórica e a revisão de literatura dos estudos realizados e seus principais resultados a respeito do endividamento das famílias. No capítulo 3 estão descritos os fundamentos metodológicos com a apresentação do modelo *logit*, das hipóteses, dos dados e das variáveis. O capítulo 4 apresenta a interpretação dos resultados e as discussões a respeito do endividamento das famílias por tipos de dívidas e de inadimplência nos pagamentos de compromissos financeiros assumidos. Finalmente, no capítulo 5 estão as principais conclusões deste estudo, seguida das referências e dos apêndices.

⁹ ABEL; BERNANKE; CROUSHORE (2008).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O ENVIDAMENTO E A INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS

Neste capítulo são apresentadas a fundamentação teórica subdividida nos estudos relacionando a propensão ao risco, aos gastos com saúde familiar, a idade das pessoas, a posse de riquezas pelas famílias e outras variáveis de controle. Ainda neste capítulo, consta a revisão de literatura por tipos de endividamento e de sobre endividamento ou inadimplência familiar. O endividamento familiar foi subdividido em cinco tipos desde o endividamento total, passando pelo endividamento imobiliário, dívidas contraídas com a utilização do cartão de crédito, empréstimos bancários e o endividamento através da aquisição de bens de consumo a prestação. Quanto à inadimplência ou o sobre endividamento das famílias foi subdividido em quatro tipos iniciando pela inadimplência geral, depois a inadimplência nos pagamentos de aluguel ou prestação de residência, a inadimplência nos pagamentos de despesas de água, gás ou eletricidade e a inadimplência nos pagamentos de prestações de bens adquiridos.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para conceder base teórica aos estudos desenvolvidos nesta tese, são mencionados a seguir os autores e estudos realizados que permitiram a construção das hipóteses que foram investigadas. Assim, esta fundamentação teórica apresenta cinco divisões, trazendo na primeira parte os fundamentos teóricos para o desenvolvimento que embasam as hipóteses um e seis que analisam, respectivamente, as relações entre a propensão ao risco e o endividamento e o sobre endividamento familiar. A segunda parte apresenta os fundamentos das hipóteses dois e sete que relacionam a condição de saúde nas famílias com o endividamento e o sobre endividamento familiar, respectivamente. Na parte três estão os fundamentos para a análise das hipóteses três e oito do estudo que pressupõem que o endividamento – sua constituição, acumulação e inadimplência – tendem a reduzir conforme as pessoas tornam-se mais velhas. Na quarta parte, são apresentados os autores e suas contribuições que embasaram a construção das hipóteses quatro, cinco, nove e dez da tese que questionam que o endividamento e o sobre endividamento aumentam conforme aumenta o volume de ativos financeiros e não financeiros – a riqueza – possuídos pelas famílias.

Finalmente, na quinta divisão, são discorridos a respeito da consideração de outras variáveis explicativas da condição de endividamento e de sobre endividamento das famílias, escolhidas a partir destes autores e, também, por conveniência dos dados disponíveis utilizados nesta tese e que serviram como variáveis de controle para o estudo.

2.1.1 Estudos que relacionam a variável propensão ao risco ao endividamento e ao sobre endividamento

Bernstein (1997), aborda o fator risco, em princípio, como um aspecto negativo, mas que pode ser considerado como um cálculo, um capital, uma *commodity*, entre outros. A atitude do indivíduo perante o risco (tendentes, avessos ou indiferentes ao risco), quando estão diante de decisões de compra, pode influenciar no quadro de endividamento. Em um estudo específico, Keese (2010) realizou uma *survey* com os chefes de famílias alemães, medindo o risco em uma escala de onze pontos (sendo o zero correspondente a avesso ao risco e o ponto dez correspondente a totalmente preparado para enfrentar riscos). Por outro lado, Garling (2009) destaca que a percepção de risco é um componente indispensável para a tomada de decisão financeira e outros comportamentos de risco. Crook (2001) demonstrou que a aversão ao risco se relaciona de forma negativa com a demanda por dívida

2.1.2 Estudos que relacionam a variável condição de saúde ao endividamento e ao sobre endividamento

Zerrenner (2007) verificou, com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2002-2003, que problemas de saúde são razões para o endividamento da população de baixa renda. Kösters; Paul; Stein (2004), afirmam que dentre as causas para a condição extrema de sobre endividamento das famílias está a presença de doenças nas famílias. Bridges; Disney (2004), citados por Brown; Taylor; Price (2005), revelam que a condição de inadimplência é influenciada pelo acesso a benefícios da segurança social. Brown; Taylor; Price (2005) acrescentam uma discussão quanto às consequências da dívida pessoal e mencionam que uma questão fundamental é identificar se os atributos psicológicos são determinantes dos resultados observados pela dívida ou se são o resultado de estar endividado. Monteiro (2010)

observou em um bairro de baixa renda de Lisboa, que a condição de inadimplência é avaliada, principalmente, como decorrente de problemas de saúde, dentre outras causas.

2.1.3 Estudos que relacionam a idade das pessoas ao endividamento e ao sobre endividamento

A análise do endividamento das famílias em relação à idade da pessoa de referência, tem por base o proposto nos estudos de Ando; Modigliani (2005:[1963]), de que a poupança e o consumo das famílias pode refletir o estágio do ciclo de vida e que o consumo é uma função linear das disponibilidades e do valor presente da renda futura, de tal forma que as famílias tendem a emprestar mais quando jovens e reduzem o endividamento na aposentadoria, uma vez que a renda é maior durante os anos de trabalho e menor na aposentadoria. Assim, a idade do responsável pela família (neste estudo, a pessoa de referência) pode interferir nos montantes de endividamento mantidos pelas famílias e, mesmo, nos diferentes tipos de dívida.

Utilizando informações detalhadas sobre o nível de endividamento das famílias disponíveis na Pesquisa de Finanças do Consumidor 2001 (SCF), Yilmazer; DeVaney (2005) examinaram como a realização de tipos e quantidades de dívidas das famílias mudam ao longo do ciclo de vida. O trabalho investigou como a probabilidade de manter a dívida e o montante da dívida em relação ao total de ativos familiares mudam ao longo do ciclo de vida para diferentes tipos de dívida das famílias. Para a maioria das famílias, sua dívida total é composta de dívidas hipotecárias, saldo devedor do cartão de crédito e empréstimos a prestações. Controlando outras características das famílias que mudam ao longo do ciclo de vida, tais como ativos, renda e tamanho das famílias, os autores pesquisaram, também, se a idade do chefe de família tem um impacto significativo sobre a probabilidade de realização de hipotecas, cartões de crédito, prestação, e outras dívidas e a quantidade desses tipos de dívida em relação aos ativos totais. Com relação aos estudos anteriores, este apresenta três aspectos importantes que o diferenciam. Primeiro, se concentrou sobre os determinantes dos diferentes tipos de dívida ao longo do ciclo de vida, enquanto que outros estudos examinaram alguns tipos de dívida (BERTAUT; HALIASSOS, 2004; CASTRONOVA; HAGSTROM, 2004; KIM; DEVANEY, 2001) ou de restrição de crédito (COX; JAPPELLI, 1993; CROOK, 2001), mas ninguém realizou uma análise abrangente da dívida total e os componentes principais da dívida total em relação ao ciclo de vida. Considerando que a dívida total do agregado familiar é

constituída por dívidas garantidas (hipoteca e alguns tipos de dívida parcelada) e dívidas não garantidas (saldo de cartão de crédito), a importância desta investigação reside na busca de entendimento das diferenças dos determinantes da realização de cada tipo de dívida. Em particular, certas características dos domicílios, como idade, raça ou estado civil, podem afetar a quantidade de dívida não garantida, enquanto que essas características podem não ter o mesmo efeito sobre o montante da dívida garantida. Em uma segunda etapa, o estudo de Yilmazer; DeVaney (2005), examinou o efeito de ativos financeiros e não-financeiros sobre a dívida ao longo do ciclo de vida e, embora pesquisas anteriores já tenham ligado ativos à dívida, pode haver diferenças em termos do papel dos ativos financeiros e não-financeiros em títulos de dívida. Por exemplo, com o aumento de ativos não financeiros, o montante da dívida garantida que as famílias detém tende a aumentar. No entanto, os ativos financeiros e não-financeiros podem ter diferentes efeitos sobre o montante da dívida não garantida. Finalmente, os autores examinaram os saldos de cartões de crédito em circulação para abordar a preocupação de que mais famílias possuem muita dívida. Pesquisas anteriores sobre os cartões de crédito investigaram os determinantes de saldos de cartões de crédito e incidiram sobre o papel de características familiares como preditores da probabilidade de manter saldos de cartão de crédito (BERTAUT; HALIASSOS, 2004; BIRD; HAGSTROM; WILD, 1999; CASTRONOVA; HAGSTROM, 2004; KIM; DEVANEY, 2001). No entanto, ninguém investigou os determinantes da relação dos saldos do cartão de crédito com os ativos totais, que os autores argumentam que essa relação desempenha um papel mais importante no bem-estar financeiro das famílias do que o valor do saldo do cartão de crédito, além de examinar explicitamente o efeito da idade sobre a probabilidade de manter saldos de cartão de crédito e o valor dos saldos do cartão de crédito em relação aos ativos totais.

Rinaldi; Sanchis-Arellano (2006) estudaram a sustentabilidade da dívida das famílias em sete países da zona do Euro (Bélgica, França, Finlândia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha), a partir da especificação de um modelo empírico do ciclo de vida para verificar a probabilidade de inadimplência a partir de alterações na estrutura do mercado de crédito e estimaram com um modelo de correção de erros que captou os fatores por trás do desenvolvimento da inadimplência (*NPL = Non-Performing Loans*). O modelo revelou necessitar de cerca de dois anos e meio para uma transmissão completa de eventuais choques, que são amortecidos por riquezas que se constituem garantias reais usadas para superar problemas de informação assimétrica.

2.1.4 Estudos que relacionam a posse de ativos financeiros e não financeiros ao endividamento e ao sobre endividamento

Paranaíba (2009) utilizou a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE de 2002-2003 para criar um modelo clássico de regressão linear para a função consumo das famílias brasileiras, tendo encontrado um modelo linear ajustado. O autor ressalta que a evolução dos modelos e sua complexidade de agentes e comportamentos, levou a econometria a aperfeiçoar sua magnitude explicativa, contudo, é importante observar o Princípio de Parcimônia proposto por Ockam no século XVII, quanto à manutenção de descrições o mais simples possível, até que se provem inadequadas. Com isso, o autor verificou a linearidade do modelo para explicar os resultados obtidos à luz da teoria macroeconômica. Os dados relativos aos rendimentos e despesas de consumo das famílias brasileiras encontrados na POF 2002-2003 foram ordenados e o modelo foi construído, permitindo concluir que o modelo possui fundamentação macroeconômica regendo a função consumo e seus estimadores atenderam à hipótese de existência de regressão após ajuste para contemplar a homocedasticidade, normalidade de resíduos, explicação econômica das expectativas racionais de Lucas e redução de consumo nas classes mais ricas de acordo com a Lei de Engel.

A insolvência acontece quando as dívidas são contraídas e não honradas. Porém, Marques; Frade (2003) afirmaram que este problema está se acentuando pela expansão dos bens e serviços e pelo crédito destinado aos consumidores, como pode ser constatado pela taxa de endividamento em Portugal (medida em percentagem do rendimento disponível) que passou de pouco mais de 18%, em 1990, para uma taxa de 130%, em 2007, uma das mais elevadas de toda a União Europeia (FRADE et al., 2008).

Marques et al. (2000) foram pioneiras em Portugal na experiência de investigação do endividamento dos consumidores ao avaliar a expansão do crédito aos particulares e suas consequências em matéria de endividamento e sobre endividamento ou inadimplência, especificamente quanto às dificuldades na obtenção de dados estatísticos que permitissem caracterizar com rigor o endividamento e o sobre endividamento das famílias.

2.1.5 Estudos que relacionam outras variáveis explicativas ao endividamento e ao sobre endividamento

Os estudos de Ribeiro et al (2009) buscaram verificar a propensão ao endividamento e avaliar a influência de fatores comportamentais (consumo materialista¹⁰ e uso de cartão de crédito) e de perfil (gênero, idade e religião). Para isto, foi realizada uma *survey* junto a 168 estudantes. Os dados foram coletados por meio de questionário. No que se refere ao consumo materialista, foi criado um índice para cada uma de suas dimensões (centralidade, felicidade e sucesso), a partir da soma das respostas de três variáveis. E para a propensão ao endividamento, foi criado um índice a partir da soma das respostas de nove variáveis. Com a finalidade de avaliar a influência das variáveis de perfil na propensão ao endividamento, foi utilizado o teste *t* de diferença de média e o teste Qui-quadrado.

Segundo Davies; Lea (1995), a investigação sobre os aspectos que impulsionam o endividamento obteve destaque a partir do estudo de Katona (1975). Para esse autor, existem três razões que explicam por que uma pessoa pode gastar mais do que ela ganha: (i) baixa renda, de modo que nem sequer são cobertas as despesas essenciais, (ii) alta renda, combinada com um forte desejo de gastar, e (iii) uma falta de vontade para economizar (independentemente da renda). A importância do estudo de Katona está em discutir a origem dos problemas de crédito, avaliando não somente os fatores econômicos, mas também os fatores psicológicos e comportamentais. Seguindo esta perspectiva, Vitt (2004) ressalta que as decisões financeiras do consumidor envolvem uma série de valores psicológicos, físicos e sociais, muitas vezes enraizados em sentimentos e emoções.

Zaltman e Wallendorf (1979) destacaram que, nas decisões de marketing e no comportamento do consumidor, as variáveis demográficas são utilizadas intensamente. Entre as variáveis demográficas destacam-se idade, sexo, escolaridade, situação da residência (urbana, suburbana e rural), raça e origem nacional, estado civil e ocupação. Na relação entre aspectos demográficos e endividamento, destaca-se o estudo de Ponchio (2006), que identificou a relação entre gênero, idade e escolaridade.

Também se destaca, dentro desta perspectiva, o estudo de Keese (2010), que observou os aspectos objetivos e subjetivos que impulsionam o endividamento. O autor analisou o quanto

¹⁰ O comportamento materialista foi definido por Richins; Dawson (1992), como a importância atribuída à posse e à aquisição de bens materiais no alcance de objetivos de vida ou estados desejados.

a dívida representa para a família, elencando aspectos demográficos como idade, gênero, escolaridade e situação da residência, variável que o autor dividiu entre os proprietários de imóvel e os locatários.

No Brasil, Moreira; Tamayo (1999), através de um extenso levantamento de dados, criaram uma escala de valor para o significado do dinheiro, considerando a sua influência na posição social das pessoas. Desta forma, surge a Escala de Significado do Dinheiro (ESD), que foi organizada em duas dimensões opostas: positiva e negativa. Em cada dimensão, foram elencadas cinco categorias. Para a dimensão positiva, tem-se o desenvolvimento sociocultural, o prestígio, o utilitarismo, a estabilidade e o prazer. Na dimensão negativa, destaca-se a desigualdade social, a dominação, o desapego, o conflito e a preocupação (MOREIRA, 2000).

Também no contexto brasileiro, Matos; Bonfanti (2008) propuseram e testaram um modelo teórico integrando os principais fatores de influência no comportamento compulsivo de compra. Os autores consideraram aspectos relacionados à família, (estrutura familiar, comportamento compulsivo dos pais e status socioeconômico da família), a cultura de consumo (comportamento materialista, socialização e influência do grupo), fatores internos (autoestima, ansiedade e introversão) e aspectos demográficos (gênero e idade). Já Ponchio (2006) utilizou um modelo de regressão logística para distinguir indivíduos possuidores de carnê de crediário dos não possuidores.

Pode-se dizer que a cultura é o principal determinante do comportamento e dos desejos de uma pessoa. Cada cultura é formada de subculturas que identificam e socializam de maneira mais específica cada um de seus membros. Neste sentido, podem-se citar as nacionalidades, os grupos raciais, as religiões e as regiões geográficas (MATEI et al., 2006; KOTLER; KELLER, 2006).

A educação financeira tem um papel importante na prevenção do sobre endividamento por aumentar a capacidade do indivíduo de conhecer a informação financeira relativa às suas dívidas e ativos e pelo conhecimento sobre os efeitos do consumo e do estilo de vida sobre o endividamento familiar (ANDERLONI; VANDONE, 2010).

Figueira (2013) pesquisou a respeito do comportamento de consumo do consumidor, como um ato eminentemente social e um processo cultural, presente em toda sociedade humana, abordando a cultura do consumo ou sociedade de consumo definida como um sistema dominado pelo consumo exacerbado de bens e/ou serviços e que representa a sociedade moderna, na qual o comportamento do consumidor é constituído por atividades emocionais e

mentais que são selecionadas na aquisição e uso de produtos e/ou serviços com a finalidade de satisfazer desejos e necessidades, muitas vezes além do que pode pagar, surgindo a partir dessa conduta a situação de endividamento. A autora argumenta que a problemática acerca do endividamento permite a multidisciplinaridade, tais como nos estudos econômicos como uma preocupação das relações econômicas, na psicologia com foco nos valores e tomada de decisão do consumidor, na sociologia versam sobre dados demográficos e socioeconômicos e na administração, especificamente na área de marketing e sociedade, para auxiliar os consumidores a ter um melhor entendimento sobre o seu comportamento de compra, melhorando suas atitudes de consumo para evitar a situação de endividamento.

A pesquisa de Figueira (2013) abordou simultaneamente algumas variáveis vinculadas ao endividamento, identificando a magnitude de cada uma delas em relação ao endividamento. Foram utilizados os construtos propensão ao endividamento, atitude frente ao dinheiro (poder e prestígio, sensibilidade a preço e ansiedade), atitude com cartão de crédito, compra compulsiva, compra impulsiva e autocontrole, a partir de conceitos fundamentais do macro marketing e do comportamento do consumidor.

A situação em que o indivíduo sente-se impossibilitado de quitar os seus compromissos financeiros é chamada de sobre endividamento. Este termo, definido por Zerrenner (2007), divide o sobre endividamento em dois tipos: ativo ou passivo. Destaque-se que, no primeiro, o indivíduo contribui ativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, já o segundo é resultado de circunstâncias não controláveis pelo mesmo. O problema do sobre endividamento também é referenciado como insolvência e falência e possui suas raízes na história humana (MARQUES; FRADE, 2003). Desenvolvendo análises dos benefícios e riscos do crédito advindos de rendimentos familiares insuficientes para cumprir com os compromissos assumidos, os autores, discorreram sobre a confusão entre endividamento e sobre endividamento.

Depois, estudos econométricos em Portugal, foram realizados pelo Banco de Portugal e pelo Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC), com a utilização de micro e macro fundamentos econômicos, procurando entender as relações entre as variáveis e discutir metodologias e estatísticas usadas no estudo do endividamento e do sobre endividamento, bem como a identificação das lacunas ao nível da informação disponível no caso português (OEC, 2002; BANCO DE PORTUGAL, 2009).

O Observatório do Endividamento dos Consumidores – OEC – através do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, desenvolveu pesquisa

intitulada “Endividamento e sobre endividamento das famílias: conceitos e estatísticas para a sua avaliação”, de fevereiro de 2002, em que comenta sobre as dificuldades em obter dados estatísticos para a avaliação da natureza e da real dimensão do sobre endividamento, além da multiplicidade de indicadores, de conceitos e de metodologias, indevidamente utilizados na abordagem desta questão, que não garantem o rigor científico e a confiabilidade dos estudos realizados. Também se preocupa com dados comunitários para a avaliação uniforme. O objetivo do trabalho foi oferecer respostas às questões colocadas no domínio da investigação na área do endividamento e do sobre endividamento dos particulares. Os estudos foram estruturados a partir da contextualização da problemática do sobre endividamento dos particulares no caso português, das consequências do sobre endividamento - relevância em termos micro e macroeconômicos, da pertinência da discussão dos aspectos estatísticos e metodológicos na investigação do endividamento e do sobre endividamento, da tipologia das fontes de informação no estudo do comportamento financeiro das famílias e na definição de conceitos, discussão de metodologias e estatísticas diversas usadas no estudo do endividamento e do sobre endividamento, bem como a identificação das lacunas ao nível da informação disponível no caso português (OEC, 2002).

O desemprego e sobre endividamento dos consumidores – contornos de uma ligação perigosa foi o título de pesquisa desenvolvida por Marques; Frade (2003) que tratou das relações entre consumo, endividamento e desemprego em Portugal, tendo por hipótese da causa da inadimplência, a precarização das condições de emprego e, dentre elas, o desemprego, enfocando a abertura do mercado de crédito aos consumidores em Portugal a partir dos anos noventa. Após analisar os benefícios e riscos do crédito, inclusive sobre a sustentabilidade de um crescimento muito rápido da taxa de endividamento e sobre a eventual multiplicação dos casos de sobre endividamento, ou seja, de famílias cujos rendimentos não permitem cumprir os seus compromissos de crédito, refletiram sobre aspectos importantes do crédito. Dentre estes, alguns conceitos fundamentais para a compreensão da questão, a confusão entre endividamento e sobre endividamento, isto é, situações não problemáticas e situações excepcionais e a expansão portuguesa a partir do crédito. Em seguida, as autoras ocuparam-se dos modelos de tratamento do sobre endividamento, comparando o modelo da *fresh start* ou da nova oportunidade com o modelo europeu continental da reeducação e mencionando as iniciativas legislativas tomadas em Portugal. O estudo discute a situação do consumo, da poupança e do endividamento antes e depois do desemprego, além de mostrar que a *open credit society* provocou uma dinâmica notável no consumo privado e um crescimento

exponencial da taxa de endividamento das famílias, principalmente, com a aquisição de habitação, que veio a representar cerca de três quartos do endividamento total dos particulares.

O endividamento familiar português também foi tratado em estudo macro econométrico por Diogo; Amaral; Lino (2008), que procuraram compreender quais os efeitos causados pelas taxas de juros, rendimento e consumo na situação de endividamento familiar e recorrência a crédito, visando conhecer mais amplamente as situações de endividamento e sobre endividamento presentes na realidade familiar portuguesa. Os autores concederam atenção ao crédito habitacional que é a maior fonte de endividamento da população portuguesa. Os trabalhos abordaram as consequências do sobre endividamento quanto a sua relevância micro e macroeconômica.

Metodologicamente, o estudo de Diogo; Amaral; Lino (2008), sobre o endividamento familiar português, consistiu de uma análise de regressão múltipla sobre várias variáveis, com o intuito de criar um modelo que explicasse a obtenção de crédito por parte da população alvo tendo em conta as diversas variáveis que influenciam no âmbito da investigação. Com dados em séries temporais com periodicidade trimestral obtidos no Banco de Portugal (Consumo, Rendimento e Taxa de Juro) e Eurostat (capital em dívida), procederam aos cálculos de tendência, sazonalidade e ciclicidade, além de verificar a presença de heterocedasticidade. Procedeu-se, então, a regressão para uma variável dependente e três explicativas. Em seguida, foram feitos os testes F para avaliar a significância global do modelo e T para verificar a significância individual de cada parâmetro. Após estes testes, foi analisada a auto-correlação com a utilização da estatística d de Durbin Watson e, no caso de persistência de auto-correlação, foi empregado o método de Cochrane-Orcutt, para eliminá-la. Posteriormente, analisou-se uma medida do grau de ajuste através do Coeficiente de Determinação r^2 . Para finalizar o estudo, utilizou-se o filtro Hodrick-Prescot (HP), para relacionar a componente cíclica de cada uma das variáveis, seja a dependente ou as explicativas com o ciclo econômico. O filtro HP mostrou que as componentes de tendência, em longo prazo, não crescem a taxas constantes. Após extrair o ciclo econômico, relacionou-se com as componentes cíclicas das variáveis restantes, com o intuito de analisar a possível existência de uma relação pró-cíclica ou contra-cíclica.

Alves (2008) abordou o movimento de inadimplência em dívidas imobiliárias das famílias portuguesas, analisando a inadimplência em relação às variáveis socioeconômicas,

demográficas e de envolvimento bancário, a partir da utilização de um modelo *Ordered Probit*.

Uma análise econômica a respeito da proposta de uma comissão da União Européia para normatizar o crédito ao consumidor foi realizado por Kösters; Paul; Stein (2004), que apresentaram as origens e os objetivos pretendidos pela comissão com a nova diretiva de crédito como sendo a criação de pré-requisitos para o estabelecimento de um mercado mais transparente e eficaz, com um nível de defesa do consumidor que incentiva a oferta de crédito além das fronteiras nacionais e possibilita melhores condições para credores e devedores. Além disso, o estudo mostra os princípios fundamentais para a proteção e integração do consumidor ao mercado financeiro e a importância econômica do crédito ao consumidor na União Européia, tratando do endividamento e do sobre endividamento das famílias. Ao comentarem sobre a regulamentação indagam a respeito de mais transparência dos preços e taxas dos empréstimos e mais eficácia do mercado ao divulgar a oferta de crédito com responsabilidade solidária, a fim de transformar o crédito aos consumidores em instrumento de promoção do crescimento econômico e do nível de emprego.

Estas e outras variáveis ou fatores e os pesquisadores que os utilizaram em seus estudos relacionados ao endividamento familiar estão dispostas no quadro apresentado no apêndice 1 deste trabalho de tese.

Após apresentar a fundamentação teórica das hipóteses desta tese de doutoramento, são descritos a seguir a revisão de literatura e seus principais resultados.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA DOS ESTUDOS A RESPEITO DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS

A apresentação de estudos a respeito da formação e manutenção de dívidas pelas famílias e a condição de inadimplência, com relação a variáveis apontadas em outros estudos, é necessária para poder obter explicações que proporcionem o entendimento destas situações. O que fica evidenciado é que a constituição e manutenção de dívidas e a agravante situação de inadimplência caracterizam-se como condição de fragilidade financeira das famílias.

A seguir, os estudos a respeito do endividamento familiar no Brasil e em outras nações são classificados de acordo com a discriminação utilizada na consideração da condição de

endividamento ou de sobre endividamento, em uma busca por categorizar as abordagens realizadas sobre o assunto. Ressalte-se, entretanto, que muitos destes estudos abordam variadas formas de endividamento ou sobre endividamento, desde o endividamento total até a utilização de dívidas específicas.

2.2.1 Tipos de endividamento familiar

2.2.1.1 Endividamento total

Inicialmente serão relatados os estudos a respeito do endividamento no Brasil, para em seguida, apresentar os estudos internacionais.

Moura (2005) formulou uma escala para grupos brasileiros de baixa renda com relação à atitude para o endividamento, com três dimensões, quais sejam, os impactos sobre a moral na sociedade incluindo patrimônio, valores e crenças que influenciam estas pessoas na direção do endividamento; a preferência no tempo que leva os indivíduos a escolher entre adiar ou não os planos de consumo; e o grau de auto-controle, individual ou familiar, que demonstra a capacidade de manter o orçamento sob controle. A autora também utilizou a escala de Richins (2004) para demonstrar a influência do comportamento materialista no processo de endividamento das famílias brasileiras.

Ponchio (2006) avaliou a influência do comportamento materialista no endividamento dos consumidores de baixa renda da cidade de São Paulo, constatando que, além de variáveis financeiras, variáveis comportamentais explicam tal comportamento.

Utilizando a escala de Richins, Ponchio (2006) verificou que variáveis financeiras e comportamentais explicam o endividamento de consumidores de baixa renda da cidade de São Paulo, particularmente nos mais jovens e nos adultos alfabetizados mais tarde. Em seu estudo, o autor confirmou que o comportamento materialista é uma variável comportamental útil na previsão da probabilidade de um indivíduo se endividar.

Zerrenner (2007) testou em seu estudo os fatores falta de planejamento dos indivíduos, alta propensão ao consumo, empréstimo do nome, má gestão orçamentária e fatores externos como queda de renda, alta taxa de juros, desemprego, desestabilização familiar e problemas de saúde, como razões para o endividamento da população de baixa renda. Os resultados

demonstraram que estes fatores estão relacionados com os problemas de endividamento, além de mostrar que não há relação entre endividamento e gênero das pessoas e que há relação positiva entre o pensamento do endividado no momento de tomar o crédito e as razões dos problemas com dívida no futuro.

Os estudos de Matos; Bonfanti (2008) a respeito do endividamento dos brasileiros evidenciaram um efeito significativo do comportamento compulsivo dos pais no consumo materialista. O comportamento materialista, por sua vez, apareceu como o fator de maior influência no comportamento compulsivo de compra dos jovens. Além disso, jovens do gênero feminino apresentaram maior disposição ao comportamento compulsivo de compra. Vale dizer, que os fatores internos de auto-estima, ansiedade e introversão não apresentaram efeito significativo na pesquisa.

O trabalho elaborado por Paranaíba (2009) com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE de 2002-2003 demonstrou um comportamento de demanda conforme a explicação econômica de expectativas racionais de Lucas, a redução de consumo nas classes mais ricas de acordo com a Lei de Engel, além de possibilitar a percepção da capacidade de endividamento da população e os itens de consumo que promovem a aceleração do consumo. As conclusões mostraram que é possível perceber o aumento ou redução da necessidade de consumo conforme o comportamento e a demanda das famílias brasileiras e a sua capacidade de endividamento com os itens de consumo que favorecem o acúmulo de dívidas a partir da aceleração do consumo.

Oliveira (2009) analisou o endividamento motivado pelo consumismo em uma amostra da população de classe média em Gurupi-TO, concluindo que há uma relação positiva entre endividamento familiar e consumismo motivado pela facilitação da liberação de créditos, uso indiscriminado de cartões de crédito e não planejamento de compras. Com relação ao consumismo, a autora afirma que as pessoas não gostam de serem rotuladas desta forma, contudo o consumo tem se traduzido em uma forma de inserção social alicerçado em emoções e costumes.

Zaltman e Wallendorf (1979) evidenciaram que as mulheres são mais favoráveis à atitude de endividamento do que os homens e pessoas mais velhas apresentam menor probabilidade de assumirem dívidas.

Ribeiro et al (2009) realizaram análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração da Universidade Federal de Santa Maria. De maneira geral, este

trabalho mostrou que, em média, os acadêmicos do Curso de Administração integrantes da amostra pesquisada, são pouco propensos ao endividamento e conseguem gastar menos do que ganham, economizando parte de sua renda mensal. As mulheres estão mais propensas ao endividamento, bem como os indivíduos mais religiosos.

Trindade (2009) estudou os fatores que influenciam o endividamento a partir da relação desejo/necessidade/consumo/endividamento/inadimplência que acontece com os consumidores e é de interesse das empresas na medida em que afetam o seu ciclo operacional e financeiro com consequências em sua liquidez e risco. O estudo foi centrado na identificação e análise dos fatores que afetam na propensão ao endividamento em mulheres da Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense, portanto abordando o fator gênero no fenômeno do endividamento. As análises preliminares revelaram que os fatores status social, preocupação, estabilidade, prazer, poder, orçamento e ilusão estão relacionados aos valores do dinheiro. A autora conclui a dissertação corroborando teorias financeiras comportamentais ao demonstrar de forma quantitativa que as decisões que envolvem endividamento não são plenamente racionais mas sofrem interferência de variáveis comportamentais, psicológicas e demográficas tais como o consumo materialista, os tipos de gastos, a idade, o número de filhos, o estado civil e o tipo de moradia.

Trindade et al. (2010) constataram baixos níveis de comportameto materialista e de propensão ao endividamento, o que indicou certo controle financeiro dos gastos da população estudada. Os autores ressaltaram que as mulheres ao ganharem maiores espaços no mercado de trabalho e aumentarem o poder de decisão quanto ao consumo e aos gastos de bens, assumem a decisão de se endividar, principalmente por necessidades advindas das vulnerabilidades sociais e econômicas que estão sujeitas. Após contextualizarem a respeito do aumento das decisões financeiras, afirmam que o endividamento acontece por aspectos econômicos, mas também, como decorrência de fatores comportamentais de ordem social e psicológica. Concluíram que os pressupostos das teorias de Finanças Comportamentais foram confirmados pelos resultados obtidos que demonstraram quantitativamente que as decisões de sobre endividamento não são plenamente racionais, uma vez que foi verificado a influência de variáveis demográficas, culturais e valores.

Analisando a psicologia do risco de crédito, Silva (2011) investigou a contribuição de variáveis e escalas psicológicas, apresentadas pela Psicologia Econômica, para prever o risco do crédito de pessoas físicas. As variáveis oriundas da escala do significado do dinheiro (ESD) mostraram que as dimensões negativas relacionadas ao dinheiro estão associadas a

indivíduos com problemas com dívidas. Também neste grupo estavam presentes pessoas com altos escores na escala de auto-eficácia, que indicam maior grau de otimismo e excesso de confiança, consumidores compulsivos, que demonstram ser necessário presentear crianças e amigos em datas comemorativas mesmo que considerem um luxo e, também, pessoas com problemas de autocontrole com bebidas alcoólicas ou cigarros.

Na sequência são apresentados os estudos internacionais a respeito do endividamento das famílias.

À luz da economia e da psicologia o endividamento foi abordado por Katona (1975) ao apontar que as razões para o endividamento estão na baixa renda com a não cobertura das necessidades essenciais, na alta renda em função do elevado desejo de consumir e, independente da renda, na ausência de vontade para economizar, abordando a questão sob a ótica de motivações econômicas, psicológicas e comportamentais.

Nos estudos de compostamento materialista de Fournier; Richins (1991) ficou evidenciado que a sociedade vive em um momento de consumo materialista compulsivo, envolvendo noções de possuir ou conseguir o melhor para si como metas pessoais.

Os estudos considerando as causas comportamentais envolvem muita subjetividade e incerteza, que aliados com a assimetria informacional na economia, levam a equívocos decisórios visto que se alicerçam na intuição, nos valores e numa racionalidade limitada motivados por fatores como sexo, etnia, educação, história familiar, renda, número de cartões de crédito, utilização do cartão de crédito e de títulos de dívida, além de variáveis psicológicas como *locus* de controle, auto-estima e valores (LIVINGSTONE; LUNT, 1992).

Livingstone; Lunt (1992) constataram que a idade foi o fator sócio-econômico que maior papel desempenhou no endividamento e pagamento da dívida, em relação a outros fatores, demonstrando que as famílias mais jovens eram mais propensas a estarem endividadas do que as outras famílias. Além disso, investigando os determinantes do nível de endividamento e pagamentos de consumidores, os autores relacionaram aspectos demográficos, econômicos e variáveis psicológicas com sujeitos devedores e não devedores e descobriram que os aspectos comportamentais dos indivíduos como pró ou antidívida, são fatores chave da dívida.

Sobre a evolução das dívidas ao longo do ciclo de vida familiar, Cox; Jappelli (1993) utilizaram o Survey of Consumer Finances (SCF 1983), tendo estimado que as restrições de empréstimo reduzem os níveis de dívida tomados por famílias com restrições de crédito. Eles acham que a dívida desejada exibe um pronunciado padrão de ciclo de vida, aumentando até a

idade do chefe de família chegar a meados dos 30 anos, e depois declina. Além disso, a distância entre dívida desejada e dívida real é maior para as famílias mais jovens, o que indica que eles mais se beneficiam da flexibilização das restrições de liquidez. A probabilidade de estar com crédito restrito cai com a idade e está negativamente relacionado aos ganhos permanentes e patrimônio líquido. Duca; Rosenthal (1993) analisaram a forma como os credores variam os limites de endividamento entre os mutuários. Eles acham que os limites da dívida são afetados por renda familiar, riqueza, histórico de crédito e origem étnica.

Lea; Webley; Levine (1993) também descobriram que os níveis de dívida são fortemente associados a fatores comportamentais e advertiram que a adaptação dessas atitudes para níveis mais elevados de dívida, em combinação com o aumento da disponibilidade de crédito pode levar a uma autocultura de sustentação de endividamento. Além disso, demonstraram a importância de circunstâncias econômicas na determinação dos resultados da dívida e descobriram que aqueles com uma tendência a ter alguma forma de dívida eram mais propensos a ter muitas outras formas de dívida também.

Ainda, Lea; Webley; Levine (1993) fizeram uma distinção entre 'crédito' e 'dívida'. Na realidade, eles estavam mais preocupados com a questão do 'crédito' do que com a 'dívida'. Embora a distinção seja confusa, entende-se por crédito um acordo para emprestar dinheiro durante algum período de tempo mais ou menos definido, com o pressuposto de o reembolso estar vinculado ao mutuário. Hipoteca de casa, regimes de crédito e locação, venda ou prestação entram nesta categoria, pelo menos no momento em que eles são organizados. Em contrário, dívida implica uma obrigação de que a pessoa que pediu emprestado é tanto incapaz de revogar ou está tentando evitar a revogação.

Davies; Lea (1995) analisaram as atitudes dos alunos para com a dívida e descobriram que os estudantes aumentaram os níveis de contratação de empréstimos, com a finalidade de financiar investimentos em capital humano e suas atitudes tornaram-se mais tolerantes com crédito e débito.

Com os dados da dívida de uma empresa de utilidade pública, Lea; Webley; Walter (1995) exploraram o papel da gestão do dinheiro e da socialização econômica da dívida. Além de investigar diretamente as funções específicas de cada grupo de fatores e cada fator que afeta o comportamento da dívida especificamente. Eles argumentaram sobre a existência de uma cultura de endividamento, onde os indivíduos têm sempre alguém de seu convívio com dívidas, e isto os faz considerar pertencentes a uma sociedade que aceita o endividamento. Encontrou-se também, que a tolerância à dívida pode ser gerada devido à referência

inapropriada que as pessoas adotam, isto é, se a referência escolhida tem uma atitude de tolerância para com o endividamento, provavelmente o indivíduo tende a ter uma predisposição para a contratação de dívidas. Nessa situação, a tendência para o endividamento aumenta, quanto maior for o grau de aceitação do grupo onde está inserido.

Segundo Bernstein (1997), o risco distingue os milhares de anos de história, pois o seu domínio pode ser considerado uma ideia revolucionária, capaz de guiar decisões em um ambiente volátil e transpor a fronteira das incertezas.

Analisando a pressão financeira em famílias britânicas, Cox et al. (2002) verificaram que as famílias com maiores níveis absolutos de dívida tendem a ter a maior renda e riqueza líquida, indicando que estas famílias podem estar preparadas para lidar com choques financeiros adversos.

La Cava; Simon (2003) analisaram o endividamento das famílias australianas e as conseqüentes restrições financeiras no período de dezembro de 1990 e setembro de 2002, e verificaram que a probabilidade de uma família apresentar restrições é significativamente afetada por variáveis demográficas e econômicas, tais como idade, estado civil, casa própria, renda familiar semanal, a proporção de rendimentos auferidos de juros, e a parcela de renda que vai para pagamentos de dívida habitacional. Os autores não distinguiram os investidores dos mutuários moradores com relação ao endividamento habitacional, o que impossibilitou examinar a relação entre dívida habitacional das famílias e a probabilidade de se encontrar com restrição financeira.

Os resultados sugeriram que ocorreu redução ou não houve alteração na proporção de famílias que apresentaram restrições financeiras entre 1994 e 2001. Além disso, descobriram que grande parte do aumento da dívida familiar parece ter sido devido a famílias sem restrição ter assumido mais dívida, indicando mais o resultado de escolha voluntária da família do que a preocupação por aumento de dificuldades financeiras da família. Contudo, La Cava; Simon (2003) verificaram ainda, que o endividamento familiar na Austrália atingiu níveis historicamente elevados no período analisado, passando de 50,5% para 122% do rendimento agregado familiar. Os autores procuram esclarecer a questão abordando detalhadamente pesquisas domiciliares a respeito das dívidas das famílias e das restrições financeiras.

La Cava; Simon (2003) fazem extensa revisão de literatura sobre o assunto, mencionando, a nível macroeconômico, os trabalhos de Deaton (1992), Muelbauer (1994) e Attanasio (1998) que utilizaram o efeito das restrições de liquidez sobre o consumo das famílias no contexto do

teste de hipóteses das expectativas racionais de rendimento permanente (*REPIH*), sustentando que as famílias escolhem o caminho do consumo que maximiza a sua utilidade de vida útil esperada e, assim, o que importa é a renda vitalícia. Também mencionaram o trabalho feito por Hall (1978) que mostrou que o consumo é "excessivamente sensível" à mudanças na renda corrente de tal forma que, as famílias com restrições de crédito, procuram impacientemente antecipar renda futura.

Quanto a outros estudos australianos, La Cava; Simon (2003), citaram o trabalho de Debelle; Preston (1995) que sugerem que a proporção de restrições de liquidez (renda atual) dos consumidores tem caído significativamente de 40-45 por cento na década de 1970 para 20-25 por cento nos anos 1980-1990 - como esperado, dada a desregulamentação financeira. Também mencionaram os estudos de Blundell-Wignall; Browne; Tarditi (1995) examinaram subperíodos semelhantes e, ao contrário de Debelle; Preston (1995), não encontram suporte para declínio das restrições na Austrália, um resultado confirmado por Brouwer (1996). Este autor usou uma gama de diferentes *proxies* para restrições de liquidez.

Com relação aos estudos microeconômicos, La Cava; Simon (2003), afirmaram que a principal vantagem é que, em seu conjunto de dados, eles geralmente são capazes de observar diretamente consumidores com restrições, em vez de ter que inferir a presença de restrições de liquidez. Mencionaram os trabalhos de Jappelli (1990) e Cox; Jappelli (1993) que usaram o *Survey of Consumer Finances* (SCF) para estudar as características dos consumidores com restrições de liquidez nos EUA, que demonstram o porquê dos consumidores terem seus pedidos de crédito rejeitados pelas instituições financeiras. Jappelli (1990) mostrou que as características econômicas (como a atual riqueza, renda e desemprego) são determinantes importantes para se observar se uma família está com restrições de crédito. No entanto, Jappelli (1990) também mostra que as características demográficas (como idade, estado civil e tipo de família) são altamente significativas.

Dentre as causas econômicas, Kösters; Paul; Stein (2004) demonstraram ser o desemprego o principal fator em países como França, Alemanha e Bélgica, motivador do endividamento, enquanto que na Áustria é a má gestão financeira.

Yilmazer; DeVaney (2005) utilizaram os dados do SCF de 2001 e verificaram que a idade é um determinante significativo tanto para manter como para o montante da dívida das famílias e que os ativos totais, a renda e a educação desempenham importante papel nas decisões tanto de manter como do volume de endividamento familiar a ser mantido. Os autores constataram

que tanto os tipos como os montantes de dívida das famílias diminuem com a idade, assim como o total de ativos.

Também ficou evidente que é mais difícil para famílias idosas de baixa renda pagar totalmente suas contas de cartão de crédito. Além disso, o estudo pode contribuir para a política pública. Para os decisores políticos, a questão é como esses desenvolvimentos afetarão economias pessoais e agregados, e a manutenção das dívidas a longo prazo. Segundo os autores, os resultados do estudo fornecerão uma visão sobre esta questão ao analisar a relação entre a idade do chefe de família e a quantidade de diferentes tipos de dívida das famílias (YILMAZER; DEVANEY, 2005).

Compreender os determinantes da dívida ao longo do ciclo de vida é importante para o bem-estar familiar, uma vez que pode afetar a quantidade de poupança das famílias e da riqueza na aposentadoria. Consequentemente, poupança insuficiente para aposentadoria pode levar a um menor nível de bem-estar econômico durante a aposentadoria. Com o aumento da expectativa de vida e aumento dos custos médicos, esta é uma grande preocupação para os decisores políticos, bem como das famílias. Além disso, os tipos e a quantidade de dívida que as famílias têm pode afetar decisões importantes que elas fazem, como a compra de uma casa, a idade de aposentadoria e educação universitária dos filhos, isto é, se as famílias não têm sido capazes de reduzir a sua dívida em relação aos ativos na meia-idade, isto pode afetar a idade em que os seus responsáveis optam por se aposentar, sua contribuição para as despesas de educação dos seus filhos e, talvez, o tipo de faculdade que os seus filhos frequentarão (YILMAZER; DEVANEY, 2005).

O endividamento das famílias norte-americanas foi abordado por Foster (2006) no artigo intitulado "*The household debt bubble*" no qual apresenta a importância da classe trabalhadora no consumo de bens produzidos, afirmando que para as famílias que estão nos 60% mais baixos da distribuição de rendimentos nos EUA, as despesas ultrapassaram sua renda média antes dos impostos em 2003, enquanto que os 20% imediatamente acima consumiu cinco sextos dos rendimentos antes dos impostos e, por outro lado, os que estão no topo da pirâmide de rendimentos – a classe capitalista e os seus parceiros relativamente ricos – gastam um percentual reduzido de sua renda com consumo.

Foster (2006) demonstrou que esta situação é insustentável uma vez que depende dos assalariados mais baixos para sustentar o crescimento econômico e o investimento. Contudo, o consumo ainda tem aumentado apesar do achatamento salarial verificado ao longo dos anos. Boa parte da explicação diz que em períodos de estagnação de salários, os trabalhadores

vivem cada vez mais acima das suas posses, contraindo empréstimos para manter ou melhorar um pouco seu nível de vida. O autor enfatizou que esta situação já havia sido constatada no início do século XXI, porém atualmente as consequências são piores. Diante disso, Foster disse que o melhor indicador do real impacto financeiro do endividamento familiar é obtido pela razão entre o serviço da dívida – pagamentos de juros e prestações – e o rendimento disponível do consumidor, denominado carga do endividamento familiar. Então, apresenta este indicador por classe de renda, demonstrando que as famílias com rendimentos médios são as que tiveram maior elevação de comprometimento da renda com os serviços da dívida no período 1995 a 2004, enquanto que a menor carga encontra-se nas famílias dos rendimentos mais elevados.

A situação é mais crítica quando se olha para as famílias endividadas que suportam cargas de endividamento extremamente altas e para as que estão com mais de sessenta dias de atraso nos pagamentos dos seus compromissos de dívida. Fica evidenciado que o aperto financeiro é inversamente proporcional aos rendimentos, ou seja, o aperto se assenta mais solidamente nas famílias de classe trabalhadora de rendimentos mais baixos. Com isso, a fragilidade dos rendimentos mais baixos e a compressão no consumo da classe trabalhadora aliada a ausência de investimentos nos negócios levará à estagnação da economia dos EUA, ou seja, a tragédia norte-americana surge do fato de poucos procurarem desenfreadamente a riqueza a custo de toda a população. Neste texto de 2006, Foster antevia o que viria a acontecer a partir de 2007 com a eclosão da crise do *subprime*.

Dynan; Kohn (2007) destacaram que o uso de cartão de crédito, ao invés de dinheiro, pode aumentar a dívida das famílias, devido ao compromisso estabelecido, na maioria das vezes, em longo prazo. A inovação financeira também pode contribuir para o aumento do endividamento, relaxando a quantidade de exigências ou diminuindo o preço do crédito para indivíduos que sempre tiveram acesso ao crédito. Claramente, o sistema financeiro, nas últimas décadas, tem promovido alterações neste sentido. No entanto, como argumentam Dynan; Kohn (2007), quantificar o efeito da inovação financeira no endividamento é muito difícil porque há poucas medidas diretas de oferta de crédito e porque a inovação é gradual ao longo do tempo.

Os estudos de Brown; Taylor (2008), considerando um modelo de análise conjunta de endividamento e bens familiares, sugeriram que as famílias mais jovens e com menor renda são mais vulneráveis às mudanças na sua situação financeira, devido possuírem patrimônio líquido negativo. Os autores utilizaram um modelo *tobit* bivariado para verificar a

interdependência entre ativos e dívida, tendo confirmado através dos resultados esta interdependência. No entanto, a utilização do modelo *tobit* pode resultar em diferentes influências diante da decisão de formar dívida ou adquirir ativos financeiros e a decisão sobre o nível de dívida ou ativos financeiros. A alternativa econométrica seria a utilização de um modelo de dois estágios que permitisse as diferenças de influências das variáveis explicativas, ou seja, é um processo de tomada de decisões em duas etapas, tal como uma família diante da decisão de manter um determinado ativo e, condiciona esta decisão ao quanto manter desse ativo, existindo um potencial de correlação entre os dois processos de tomada de decisão. Esta abordagem foi utilizada por Yen et al. (1997) no contexto de análises de doações financeiras e também por Su et al.. (2012).

O elemento da cultura relacionado às diferenças de nacionalidade foi estudado por Guttman; Plihon (2008), ao questionarem a razão de as famílias americanas assumirem níveis significativamente mais altos de endividamento em relação à França, Alemanha ou Japão. Neste entendimento, os autores compreenderam que a mentalidade de enriquecimento rápido, fortemente arraigada, timidamente contida pela religião organizada e/ou pelas tradições anticapitalistas encontradas, são as principais explicações para essas diferenças.

Os estudos sobre o endividamento familiar nos EUA ganharam destaque a partir da recessão no final de 2007 que teve origem em considerável aumento das dívidas dos consumidores, seguido por forte declínio na alavancagem das famílias, estabelecido pela relação da dívida sobre o rendimento disponível (GLICK; LANSING, 2009). Contudo, o aumento do nível de endividamento das famílias não foi surpresa, mas estabeleceu a preocupação entre os *policy makers* sobre a extensão da vulnerabilidade financeira e do nível do risco assumido pelas famílias. Por outro lado, é também surpreendente que entre os economistas acadêmicos a investigação sobre os determinantes das dívidas familiares tenha se mantido escassa, apesar da importância para a formulação de políticas públicas. No entanto, embora pequeno, o número de estudos empíricos sobre o endividamento das famílias tem crescido.

Abordando a macroeconomia da dívida privada na Austrália, Keen (2009) argumentou que o endividamento das famílias australianas é mais acentuado na sua proporção em relação ao PIB, na sua composição, no seu propósito e na taxa de mudança. Analisando a taxa de variação da dívida em relação ao PIB australiano, Keen (2009) afirmou que o endividamento das famílias representava menos de 5% da demanda agregada até 1970, passando para 20% a partir dos anos 1980, tornando-se o fator dominante na determinação dos níveis de desemprego, sendo o maior volume de débito privado na história do país.

Citando Fischer; Kent (1999) e Battelino (2007), Keen (2009) colocou que a responsabilidade final dos excessivos crescimentos nos níveis de endividamento é dos mutuante ou credores devido a adoção de práticas de criação de crédito, de tal maneira que a elevação das dívidas acima dos aumentos do PIB, representa a contratação de empréstimos para financiar investimentos não produtivos, mas especulativos em relação ao real preço dos ativos. Com isso, as empresas e os bancos passaram a aceitar prêmio por risco excessivo com avaliações menos conservadoras dos fluxos de dinheiro, gerando expectativas crescentes a respeito do aumento dos investimentos e dos preços dos ativos. Essa queda na aversão ao risco desencadeia o crescimento em títulos de investimentos financiados, que é o fundamento tanto do *boom* como de seu colapso, caracterizando a economia da euforia, onde credores e devedores acreditam que o futuro está assegurado e, portanto, a maioria dos investimentos terá sucesso.

No livro “A economia portuguesa no contexto da integração econômica, financeira e monetária”, editado pelo Departamento de Estudos Econômicos do Banco de Portugal, em 2009, são apresentados algumas reflexões econômicas sobre Portugal e seu ingresso na área do euro, inclusive a respeito do endividamento das famílias portuguesas com a adoção da moeda única nesta região, com abordagens envolvendo micro e macro fundamentos econômicos com aplicação econométrica. (BANCO DE PORTUGAL, 2009).

Na Alemanha, Keese (2010) avaliou os traços de personalidade e as percepções do risco, tendo concluído que a atitude de risco não influencia significativamente nas questões subjetivas do endividamento, mas mostra-se representativa nas estruturas de covariância. Além disso, os resultados do estudo de Keese (2010), em relação à idade dos respondentes, revelou que os mais jovens (menos de 30 anos) tendem a perceber o peso da dívida significativamente mais baixo, enquanto que os chefes de família com idade superior aos 45 anos são mais propensos a encargos maiores.

Investigando a desigualdade na distribuição de renda e o endividamento dos trabalhadores norte-americanos no período compreendido entre as décadas de 1980 e 2000, Teixeira (2012) procurou discutir as origens do crescente endividamento do consumidor antes da eclosão da crise do *subprime*, tendo por hipótese a mudança na distribuição de renda com aumento da concentração e as desregulações e inovações financeiras iniciadas ao final da década de 1960, ampliada e aprofundada nas décadas seguintes, culminando com o desmonte ao final da década de 1990.

Assim, o autor considerou a mudança no padrão de distribuição de renda que levou uma parcela dos trabalhadores norte-americanos a se endividarem devido a estagnação de seus salários reais, como alternativa para manter ou recompor seus hábitos de consumo. Como consequência desse cenário ocorreu o crescente endividamento das famílias, com uma dívida total em relação a renda pessoal disponível que aumentou de 72% em 1980 para 140% em 2006, claramente impulsionada pelas operações de crédito oferecidas pelos bancos como componente estratégico em sua disputa concorrencial. Também contribuíram para o aumento das dívidas familiares, os ciclos dos ativos que ampliaram a capacidade de endividamento daqueles que se percebiam mais ricos.

No entanto, o artigo de Teixeira procurou analisar especificamente a crescente desigualdade na repartição dos benefícios gerados no processo de crescimento econômico da economia norte-americana a partir do fim dos Anos Dourados (1948-1973). Com isso, o autor concluiu que o crescente endividamento recaiu sobre os trabalhadores, que não se beneficiaram do aumento da renda global, ou seja, é maior nas classes menos abastadas. Um aspecto interessante deste trabalho é tratar o endividamento das famílias como endividamento dos trabalhadores, uma vez que o autor procurou analisar a estagnação salarial verificada após os Anos Dourados. Diante disso, fica claro que as mudanças apontadas acima acabaram com o ciclo virtuoso que coadunava crescimento, alto nível de emprego e distribuição de renda, em um contexto de finanças reguladas para um novo padrão sistêmico da riqueza capitalista, denominada financeirização, surgido em ambiente democrático e chancelado por políticas públicas, que tem na produção orientada para a busca da riqueza abstrata expressa pelo dinheiro, fazendo do capitalismo uma gigantesca máquina de produzir desigualdades, embora também facilite o acesso ao crédito das classes menos favorecidas.

Su et al. (2012) modelaram a dívida familiar e os ativos financeiros em uma abordagem bayesiana para um modelo bivariado de dois estágios, contribuindo para a literatura sobre as finanças familiares, no sentido que os *policy-makers* destacam essa interdependência como relevante para determinar a verdadeira saúde financeira ou endividamento enfrentado pelas famílias.

Os resultados de Su et al. (2012) endossaram a modelagem da dívida das famílias e ativos, uma vez que algumas variáveis explicativas exercem influências diferentes no todo ou em partes, tais como saúde, etnia e idade. Com relação à saúde, os resultados sugeriram que ter um chefe familiar saudável está inversamente associado com a manutenção da dívida, mas não influencia o montante de dívida mantido. O chefe familiar saudável também está

positivamente associado com a manutenção de ativos, mas não está associado com o valor destes ativos.

Com relação à etnia, um chefe familiar não branco tem um efeito inverso nas dívidas da família em termos de probabilidade de formação destas dívidas e, condicionada à manutenção da dívida, está o montante de dívida. Quanto aos ativos, a presença de um chefe familiar não branco exerce grande influência negativa sobre a probabilidade de manter ativos financeiros. A idade do responsável pela família, por outro lado, não influencia na formação de dívida, mas condicionada à manutenção está o montante da dívida, estando de acordo com a suavização da dívida sobre o ciclo de vida.

O estudo contemplou efeitos aleatórios correlacionados que permitiu verificar a interdependência entre a realização de ativos e da dívida familiar, englobando um processo em duas partes que tornou possível observar, também, as diferenças na influência das variáveis independentes sobre a decisão de realizar dívida ou ativos e as influências das variáveis independentes sobre o montante da dívida ou posse de ativos.

Finalmente, também incorporaram a modelagem conjunta do tamanho da família na estrutura para permitir o fato de que a dívida e informações de ativos são recolhidas a nível familiar e, portanto, o tamanho da família pode ser fortemente correlacionado com a dívida e os ativos familiares. Os resultados endossaram a abordagem de modelagem comum e, além disso, confirmaram que certas variáveis explicativas exercem diferentes influências nas partes binárias e contínua do modelo (SU et al., 2012).

Os estudos de Su et al. (2012) mostraram informações detalhadas a respeito das dívidas e dos ativos mantidos pelas famílias, proporcionando aos decisores políticos a compreensão das características demográficas e sócio-econômicas das finanças familiares, evidenciando a vulnerabilidade financeira ou a pressão financeira das famílias.

Em estudo sobre o endividamento das famílias em 2009 no Canadá, Chawla; Uppal (2012) afirmaram que a incidência e montante de dívida foi maior em proprietários de residência jovens, famílias jovens com filhos, com melhor educação e aqueles com elevados rendimentos familiares. Mais de 60% do endividamento familiar foi tomado por pessoas com mais de 45 anos de idade e aproximadamente metade foi tomado por casais com crianças.

Concluíram, também, que o endividamento familiar no Canadá foi mais desigualmente distribuído na população que era considerada economicamente mais vulnerável, tais como os menos educados, indivíduos independentes e inquilinos. Por outro lado, a dívida foi mais

igualmente distribuída entre os mais instruídos, casais com crianças, pessoas com rendimentos familiares mais elevados e credores hipotecários.

Além disso, os autores alegaram que o endividamento foi maior em regiões com elevados custos de vida familiar. Ainda que, aqueles que estavam mais propensos a responder corretamente as perguntas relacionadas com o conhecimento financeiro e que tinham níveis mais elevados de auto-avaliação do conhecimento financeiro, também eram mais propensos a ter níveis mais elevados de dívida, mesmo quando outras características como idade, renda e educação foram levados em conta.

Os autores definiram a dívida das famílias como débito de hipoteca sobre residências e imóveis, além de dívidas ligadas ao consumo tais como cartão de crédito, crédito pessoal e familiar, seguro e empréstimos não garantidos de bancos e outras instituições e outras contas a pagar. Pelo menos dois terços dos respondentes da pesquisa disseram que tinham pelo menos um dos tipos dessas dívidas. Consistente com a teoria do ciclo de vida (MODIGLIANI; BRUMBERG, 1954; FRIEDMAN, 1957; BROWNING; CROSSLEY 2001), as pessoas mais jovens e pais com crianças em casa eram mais propensos a realizar dívida.

Chawla; Uppal (2012) utilizaram o coeficiente de Gini para analisar a dispersão do endividamento familiar, e constataram que um valor mais alto do coeficiente indica uma maior concentração na distribuição, ou seja, poucos mutuários concentram maior proporção da dívida total. Os autores verificaram que a dívida é mais concentrada junto às famílias endividadas do que a renda dessas mesmas famílias. Aliás, a dívida era mais concentrada do que a renda em todos os grupos sócio-demográficos. Os autores questionaram se existem estudos relacionando a educação financeira com diferentes dimensões de endividamento e, então, citam Gerardi et al. (2010) e de Hurst (2011).

A maioria dos estudos sobre o endividamento familiar aborda os diferentes tipos de dívidas de forma conjunta. Com isso, muitas conclusões a respeito do endividamento total podem ser extendidas para os outros tipos de endividamento.

2.2.1.2 Endividamento imobiliário

Os estudos internacionais a respeito do endividamento imobiliário são apresentados a seguir. Crook (2001) utilizou o Survey of Consumer Finances do período de 1990 a 1995 (SCF 1995)

e descobriu que a presença de responsáveis pela família com mais de 55 anos indicou redução de endividamento imobiliário. Os estudos revelaram relacionamento positivo entre a renda atual e o endividamento e negativo com a renda ao quadrado. Também demonstrou que a aversão ao risco e o patrimônio líquido se relacionaram de forma negativa com a demanda por dívida, enquanto que o tamanho da família teve relação positiva e gênero e raça não tiveram relacionamento significativo. No entanto, os agregados familiares com menores níveis de renda e de ativos, os que moravam em imóveis alugados, as famílias afro-americanas apresentavam maior propensão a ter restrições de crédito. Não se constatou relacionamento entre restrições de crédito e as variáveis sexo e estado civil.

A formação de dívida hipotecária para aquisição de imóveis, com prazos de até 30 anos, ocorre ao longo da vida dos consumidores, conforme apresentado pelos estudos de Garman; Fogue (2012), que constataram que diferentes tipos de dívidas estão associados com diferentes estágios do ciclo de vida das famílias.

De acordo com Foster (2006) a maior parte do endividamento familiar americano é constituído pela residência primária, o patrimônio principal da grande maioria das famílias. Contudo, como o maior volume de dívidas está relacionado aos imóveis e aos aumentos no refinanciamento motivados pela valorização imobiliária, o autor concluiu que a bolha da habitação tem características perturbadoras, uma vez que são lastreados no único imóvel das famílias dos trabalhadores e, com isso, poderá rebentar facilmente em função da elevação das taxas de juros e da estagnação ou declínio dos preços das casas.

Procurando analisar as consequências decorrentes da crise imobiliária dos EUA, Guttman; Plihon (2008) produziram o texto “O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças” enfocando o endividamento das famílias americanas como um pilar central desse regime caracterizado pela acumulação conduzida pelas finanças (*finance-led accumulation*), segundo o qual se caracteriza uma economia do endividamento que financia o gasto excedente a partir da emissão de dívida (e sua monetização automática) pelo sistema bancário, deslocando a razão de ser do capitalismo relacionado ao comércio e à produção como fonte de rentabilidade, para uma relação financeira que tem nas finanças e, por conseguinte, no sistema financeiro, a base de geração de retornos e riquezas, a ponto dos autores questionarem “...como permitimos que a busca por ganhos pecuniários fosse dirigida tão fortemente para os canais financeiros em vez dos comerciais ou produtivos?”.

Assim, Guttman; Plihon (2008) apresentaram três forças inter-relacionadas por trás dessa alteração fundamental no *modus operandi* do capitalismo: a dependência aumentada do

endividamento em todos os ramos de atividades econômicas, a facilitação de tal financiamento via endividamento pela inovação financeira, e a globalização financeira como a força mais transcendental na internacionalização do capital, deixando claro que o capitalismo contemporâneo é conduzido pelas finanças, uma vez que é, em grau sem precedentes, controlado por uma comunidade sempre crescente de investidores financeiros suprindo fundos a devedores que buscam acelerar seu crescimento por meio de endividamento adicional.

Com isso, a razão dívida agregada/renda disponível das famílias que saltou de 37% em 1947 para mais de 80% no final da década de 1960, demonstrando a importância dos agregados familiares para o crescimento econômico – com os atrativos oferecidos pelos bancos em decorrência da transformação do regime capitalista, agora impulsionado pelas inovações financeiras que contornam as restrições reguladoras e outras barreiras institucionais ao crescimento das transações financeiras, facilitando a extensão de crédito dos bancos – que ultrapassa os 100%, trazendo sério comprometimento da renda familiar e, como consequência, fragilidades financeiras.

De acordo com o estudo de Guttmann; Plihon (2008), todos os “macro-indutores” dos modelos pós-keynesianos experimentaram as facilitações de acesso à financiamentos através do endividamento. Com isso, os governos incorreram em déficits orçamentários crônicos ($G > T$), normalmente financiados pela emissão de títulos do tesouro e as corporações aproveitaram o crédito fácil e abundante para financiar despesas com capital de giro e investimentos que ampliaram a capacidade produtiva, proporcionando poupança empresarial ($Y_b - I$).

Assim, o consumo, que pode advir dos gastos empresariais e dos gastos do governo de forma limitada, tem nos agregados familiares seu maior componente, se posicionando em torno de 70% do PIB na maior parte das economias, gerando poupança privada ($Y_h - C$). No entanto, no período de 1970 a 2000, ocorreu uma inflexível estagnação salarial nestas nações. Algumas nações asiáticas ao priorizarem um modelo voltado para exportações (*export-led*), obtiveram superávits na balança comercial ($X - M$); contudo a maioria dos países, como nos EUA e na UE, tiveram que voltar-se para seus consumidores com salários estagnados para absorver o incremento de produção advindo da maior capacidade das empresas. Para isso, a facilitação de acesso ao endividamento familiar é assegurado, fazendo com que o gasto das famílias não se limite a sua renda. A título de exemplo, a dívida das famílias americanas salta de 62% da renda disponível em 1975 para 127% em 2006, enquanto que na França, sai de 33% para 68%, no mesmo período, segundo dados da OCDE.

As disparidades entre os EUA e outros países como França, Alemanha e Japão são explicadas pelas condições oferecidas pelas instituições americanas que criaram um viés em prol de níveis mais elevados de endividamento que foram reforçados pelo Sonho Americano que consiste em possuir a casa própria e uma crescente capacidade de gastar, que expressam um sistema de endividamento do consumidor altamente desenvolvido que fez dos norte americanos, altamente propensos ao endividamento com baixa atenção à poupança, perfil completamente oposto ao da maioria dos europeus e leste-asiáticos. Dentre as inovações financeiras, a securitização de empréstimos foi projetada para melhorar a gestão de riscos, no entanto, acaba estimulando os bancos a assumirem riscos, na medida em que estes riscos são transferidos para terceiros. Contudo, também incentiva o acúmulo excessivo de dívidas pelas famílias e, assim, ao incentivar a dispersão dos riscos promove a diluição da responsabilidade ao longo da cadeia de gestão de riscos, contribuindo para o agravamento de crises financeiras, tais como a fragilização das condições financeiras das famílias, que no caso americano foi intensificado pela crise do *subprime*, com repercussões globais, pois atingiu os pilares fundamentais do capitalismo conduzido pelas finanças devido a carência de diversificação do crescimento para além dos EUA, o paradigma das finanças modernas ao enfatizar a gestão de riscos e a falsa pretensão de estabilização do padrão de crescimento, que sempre demonstrou ser cíclico.

Keen (2009) relata que o endividamento familiar na Austrália está relacionado com a redução dos negócios no país, assumindo proporções mais dramáticas do que nos EUA devido crescimento mais acelerado em menor período. O autor destaca que houve inflação imobiliária porque as dívidas hipotecárias se destinavam, primordialmente, para aquisição de imóveis existentes, ou seja, com fins especulativos e não para investimentos. Assim, é possível lucrar com a negociação dos ativos em um mercado em alta, dando origem a uma classe de especuladores, que estão dispostos a incorrer em dívidas com serviço superior ao fluxo de caixa pois esperam lucrar com a sobre venda desses ativos com lucro. Como o interesse pelas margens de ganhos alcançam eventuais investidores não especulativos, ocorre uma reversão das expectativas levando-os à falência e conduzindo a economia a uma crise sistêmica. A partir dessas reflexões, Keen (2009) formula um modelo como uma extensão do modelo de ciclo de crescimento de Goodwin, por meio de uma função de investimento de Ponzi não linear, que depende da taxa de crescimento e que é financiado inteiramente por dívida.

Meng; Hoang; Siriwardana (2011) estudaram os determinantes da dívida das famílias australianas a partir da constatação do rápido aumento do endividamento nos últimos vinte anos como um fenômeno internacional e, de modo particular, nas famílias australianas que têm experimentado uma taxa surpreendente de incremento de suas dívidas desde os anos 1990, principalmente com o comprometimento da renda das famílias ultrapassando 100%, gerando sérias preocupações, apesar de possuir um reduzido índice de alavancagem, ou seja, ainda representa um percentual baixo em relação aos ativos das famílias, mas não protege as famílias australianas contra volumes elevados de dívidas hipotecária habitacional. Os autores utilizaram um modelo (VAR) vetor de autoregressão cointegrado para explorar os determinantes do endividamento.

Os resultados mostraram que o PIB é o determinante mais importante, seguido pelos preços da habitação e pelo número de novas moradias. Enquanto isso, as taxas de juros, taxa de desemprego e da inflação demonstraram ter um efeito negativo sobre a dívida das famílias australianas, das quais as taxas de juros são as mais significativas. Os autores analisaram o endividamento das famílias australianas em dívida habitacional para moradia própria, dívida habitacional para investimento e outras dívidas pessoais, sendo que a dívida com moradia própria representa mais da metade do total do endividamento familiar australiano. A grande questão diz respeito à valorização imobiliária que deixou a alavancagem reduzida, sem representar níveis reduzidos de risco, especialmente tendo em vista a crise do *subprime* nos EUA nos anos 2008-2009. Com isso, apesar do abrandamento do endividamento familiar australiano, é pertinente identificar os fatores que afetam estas dívidas.

Os resultados empíricos dos estudos de Meng; Hoang; Siriwardana (2011) revelaram que o rápido aumento da dívida das famílias australianas é resultado de um ambiente macroeconômico favorável e do mercado imobiliário em expansão que gerou expectativas otimistas devido ao desenvolvimento econômico robusto na Austrália (crescimento do PIB, com uma taxa de juros baixa, baixa taxa de desemprego e uma baixa taxa de inflação). O mercado imobiliário em expansão, alicerçado em uma visão favorável das famílias australianas a respeito empurrou os preços para cima, o que estimulou a demanda de investimento para a habitação, e promoveu a expansão da dívida hipotecária habitacional.

Além disso, os resultados das estimativas rejeitaram a hipótese de que as características demográficas desempenham um papel significativo no aumento da dívida imobiliária. Os autores afirmam que a nocividade do crescimento descontrolado da dívida das famílias é evidente quando se observa a situação econômica em muitos países, incluindo Japão, Holanda

e Reino Unido e que a crise financeira global proveniente dos EUA é uma evidente demonstração do efeito das dívidas das famílias descontroladas.

Com base nos resultados encontrados, Meng; Hoang; Siriwardana (2011) forneceram algumas sugestões para as políticas de gestão da dívida das famílias.

Em primeiro lugar, eles afirmam que é necessário conter o aumento da dívida familiar, principalmente em períodos de robusto crescimento econômico quando há a tendência de forte elevação dos níveis de endividamento, gerando elevadas prestações por longo tempo. Pois como a economia é cíclica e a recessão econômica chega, traz junto cortes de salários, redução de horas de trabalho ou mesmo desemprego, que podem afetar famílias com dívidas, levando à redução acentuada do consumo que conduz a economia para baixo. Dependendo do nível de endividamento das famílias, pode surgir uma inevitável crise de crédito. Assim, dado o grande efeito negativo do endividamento familiar descontrolado, é papel dos governos controlar o nível de endividamento das famílias em *booms* econômicos por meio de reformas do sistema financeiro.

Em segundo lugar, os autores alegam que é importante padronizar o mercado de empréstimos, visto que uma abundância de oferta de crédito impulsionado por baixas taxas de juros, contribuiu para o aumento das dívidas das famílias. Como a canalização da oferta de crédito no mercado de dívidas familiares depende, em grande parte, das instituições financeiras como intermediários, há uma tendência de expansão de seus negócios e mudança de riscos, particularmente quando o sistema financeiro é desregulado. Esta situação proporciona aos bancos ganhos em ambas as tarefas, uma vez que a instituição ao obter uma hipoteca, transfere o risco do crédito aos mutuários pela garantia e, em um segundo momento, transfere para os investidores através dos produtos financeiros, como obrigações de dívidas garantidas. Assim, o risco é deslocado para fora das instituições o que lhes permite expandir os negócios de hipotecas de habitações sem preocupações, promovendo empréstimos em desacordo. A regulação e padronização das práticas de financiamentos hipotecários poderia limitar comportamentos irresponsáveis de instituições financeiras.

Em terceiro lugar, que deve haver o monitoramento do mercado de ativos com maior proximidade e a intervenção quando necessário. Isso é necessário devido a própria dinâmica da economia de mercado com a produção em massa, que faz com que os ativos tenham seus preços alavancados o que gera grande endividamento familiar provocado pela especulação induzida. Assim, os autores sugerem a criação de um índice de preços de ativos para permitir o controle governamental e sua intervenção através do número de novas aprovações de

habitações ou por meio de impostos ou subsídios nas aquisições imobiliárias, conforme a conjuntura econômica vigente.

Finalmente, a recomendação é pelo uso da política monetária de forma preventiva, abrangente e cuidadosa como forma de controle eficaz do endividamento familiar. As recomendações de cautela são necessárias pois quando a dívida das famílias atinge um nível muito elevado, um aumento da taxa de juros pode aumentar a carga de reembolso das famílias substancialmente, induzindo a uma crise de crédito.

Com relação à abrangência da política monetária, é importante, devido a complexidade da economia, que sejam considerados, além da inflação, indicadores de preços de ativos e a taxa de desemprego, uma vez que o efeito da alteração da taxa de juros na economia é profundo, afetando variáveis macroeconômicas como o investimento e o consumo, requerendo, portanto, o devido cuidado quando da implementação de mudanças, de modo a evitar grandes choques econômicos.

Nos estudos realizados por Chawla; Uppal (2012), a dívida hipotecária imobiliária era um dos componentes da condição de endividamento das famílias e os resultados revelaram consistência com a teoria do ciclo de vida ao indicarem que pessoas mais jovens e pais com crianças em casa eram mais propensos a realizar dívidas, mostrando que uma grande proporção da dívida total das famílias é mantida por pessoas que estão nas fases de acumulação do ciclo de vida e/ou que têm rendimentos médios acima da média. Apesar do endividamento nesta fase ser esperado, o problema é que ultrapassaram os padrões de empréstimos assumindo riscos elevados devido aumento da taxa de juros, queda dos preços dos imóveis, interrupção de renda ou outros fatores fora do conhecimento dos tomadores.

2.2.1.3 Endividamento através de cartão de crédito

Os estudos a respeito do endividamento através de cartão de crédito se concentram na maior economia mundial e estão relatados a seguir.

Bird et al. (1999) analisaram as SCF de 1983, 1989, 1992 e 1995 e verificaram um forte aumento no uso de cartões de crédito em todas os níveis de renda, mas principalmente entre os mais pobres que pareciam adquirir cartões nos períodos de expansão econômica e utilizava-os nos tempos ruins quando a renda diminuía.

Nos estudos desenvolvidos por Crook (2001) com a SCF 1995, constatou-se que a presença de responsáveis pela família com mais de 55 anos indicava redução das dívidas com cartões de crédito, implicando em menos restrições de crédito. Os resultados revelaram relação positiva entre a renda atual e o endividamento e entre o tamanho da família e a presença de dívidas.

Kim; DeVaney (2001) examinaram dados do SCF de 1998 e descobriram que a educação e a renda se relacionavam negativamente com a manutenção de dívidas em cartões de crédito, mas positivamente com o montante da dívida.

A literatura identifica as características demográficas e socioeconômicas como aspectos significantes nas atitudes dos consumidores nas práticas de uso do cartão de crédito (LEE; KWON, 2002).

Gross; Souleles (2002) observaram que os níveis de dívida aumentam em resposta ao aumento nos limites de crédito, mais especificamente, do cartão de crédito.

Os estudos de Garman; Forgue (2012) expõem que a formação da dívida de consumo representada por empréstimos de curto e médio prazos, com o emprego de cartões de crédito, ocorre em diferentes estágios do ciclo de vida das famílias.

Também examinando dados de cartões de crédito no SCF de 1998, Castronova; Hagstrom (2004) concluíram que os consumidores primeiro adquiriam os limites e, depois, escolhiam o quanto do limite seria mantido em aberto e, além disso, os autores verificaram que o endividamento nos cartões de crédito foi para suprir necessidades de pequenas empresas e não para o consumo doméstico. Também constataram que famílias maiores parecem induzir mais empréstimos.

Bertaut; Haliassos (2005) também utilizaram dados do SCF e analisaram a posse de tipos de cartões de crédito, tendo constatado o aumento entre os responsáveis de famílias com idade menor que 35 e maior que 65 anos entre os anos de 1983 e 2001. Os autores verificaram que as famílias com renda mais baixa eram menos propensas a manter saldos de dívida em cartões de crédito do que as famílias de renda mais alta em períodos anteriores se comparado com anos recentes, quando esta relação se inverteu e, nos SCF de 1998 e 2001 constataram que o endividamento em cartões de crédito nas famílias de baixa renda era maior do que nas famílias de renda média.

Estudando o endividamento familiar norte americano, Foster (2006) afirma que as dívidas por cartão de crédito, que incidem mais pesadamente nas classes trabalhadoras e nas famílias de rendimentos médios, equivale ao segundo maior fator de endividamento destas famílias.

Zerrenner (2007) aponta que nos Estados Unidos o principal motivador do endividamento é o uso do cartão de crédito. Além do uso do cartão de crédito, os empréstimos foram estudados em Finanças Comportamentais como limitadores da racionalidade, pois no pagamento em dinheiro há tangibilidade do poder de compra, conforme explicado nos trabalhos de Soman (2001) e de Block-Lieb; Janger (2006), o que não ocorre quando do uso do cartão de crédito que pode causar dissonância cognitiva pelo fato dos indivíduos não perceberem claramente o montante total das compras, mas tão somente o valor das prestações, ignorando o peso da dívida no futuro.

O endividamento é explicado também pelo excesso de confiança relacionado com renda, valores, variáveis demográficas, trabalho e cultura, quando os indivíduos subestimam a probabilidade de ocorrência de eventos negativos que interrompam sua renda futura, tais como perda de emprego ou redução de renda (ZERRENNER, 2007).

Nos estudos de Wang; Wei Lu; Malhotra (2011), foram avaliadas as características do cartão, demográfica, de atitude e de personalidade em relação à dívida de cartão de crédito. O estudo foi realizado com consumidores chineses a partir da ajuda de um banco comercial situado na China. De acordo com funções de regressão, verificou-se que as variáveis demográficas e as características de cartão de crédito tinham limitado poder explicativo em relação às variáveis “atitude” e “personalidade”. Descobriu-se também que algumas características do cartão de crédito facilmente levavam a uma ilusão de “renda”, que facilitou o crédito ao consumo e ao comportamento da dívida do cartão. Atualmente, a dívida é um problema social na maioria dos países desenvolvidos.

O dramático crescimento do uso do cartão de crédito entre jovens adultos e adolescentes provavelmente contribuíram para a dívida (LO; HARVEY, 2011). O cartão de crédito tornou-se uma ferramenta de pagamento vital para os consumidores de todo o mundo (HAYHOE; LEACH; TURNER, 1999; BERNTHAL; CROCKETT; ROSE, 2005). Embora o cartão de crédito tenha sido criado em países desenvolvidos, ele se espalhou rapidamente em países em desenvolvimento, como a Coreia do Sul e China. Com o rápido crescimento do uso do cartão de crédito, a dívida do cartão de crédito tem crescido de forma exponencial em ambos os países desenvolvidos e em desenvolvimento (PRESMAN; SCOTT, 2009). Bertaut; Starr-

McCluer (2000) utilizaram uma abordagem *probit* multivariada para investigar as decisões familiares relacionadas à manutenção de diferentes ativos financeiros.

As dívidas contraídas com a utilização do cartão de crédito em gastos de consumo foi um dos componentes que Chawla; Uppal (2012) utilizaram em sua definição da dívida das famílias e, assim como em outros tipos de dívidas, os resultados permitiram constatar que as pessoas mais jovens e pais com crianças em casa eram mais propensos a realizar dívida, sendo consistente com a teoria do ciclo de vida.

Os resultados alcançados no estudo de Figueira (2013) contribuem para direcionar novas perspectivas sobre o tema, além de contribuir para a sociedade por abordar aspectos e conceitos fundamentais visando auxiliar na melhor compreensão do comportamento de compras das pessoas e, também, por oferecer subsídios para o aperfeiçoamento de programas de reestruturação da dívida que podem reduzir a inadimplência e as execuções, proporcionando elementos funcionais sobre o endividamento, particularmente através do uso do cartão de crédito.

2.2.1.4 Endividamento através de empréstimos bancários

As dívidas familiares contraídas através de empréstimos bancários, além do financiamento imobiliário, dispõem de poucos estudos. Ao longo da década de 1990, o setor financeiro fez certos tipos de empréstimos, como empréstimos de veículos, mais acessíveis para os consumidores. Como consequência, a importância destes tipos de dívida nas responsabilidades das famílias aumentou (AIZCORBE; KENNICKELL; MOORE, 2003). No entanto, créditos mais acessíveis e crescentes custos médicos são apontados como as razões para as famílias mais velhas de hoje, manterem elevados níveis de dívida (MARMON, 2003 apud YILMAZER; DEVANEY, 2005).

Chawla; Uppal (2012) em estudo sobre o endividamento de famílias canadenses, incluíram o crédito pessoal e familiar, seguro e empréstimos não garantidos de bancos e outras instituições como um tipo de dívida e confirmaram a teoria do ciclo de vida, ao constatarem que houve maior endividamento diante da presença de pessoas mais jovens e nas famílias que possuíam crianças.

2.2.1.5 Endividamento através de aquisições de bens de consumo a prestação

A constituição e manutenção de dívidas através das aquisições de bens de consumo a prestação é um fenômeno característico do Brasil. Neste sentido destacam-se os estudos de Moura (2005) que tratou o impacto do comportamento materialista no endividamento e no nível de dívida para financiamento de consumo, em especial, dos consumidores de baixa renda. Quatro construtos fizeram parte do estudo: comportamento materialista, dívida para financiamento de consumo, atitude ao endividamento e vulnerabilidade. Como resultado, foi encontrado que o comportamento materialista apresenta impacto significativo no endividamento. Além disso, os autores encontraram que a vulnerabilidade das famílias de baixa renda, tem efeito expressivo na dívida para financiamento de consumo.

Ponchio e Aranha (2008) desenvolveram uma pesquisa utilizando dados de famílias que utilizam algum plano de parcelamento (descrito no estudo como uso de carnês). Neste estudo, os autores exploraram a influência do comportamento materialista nas dívidas do consumidor de baixa renda na cidade de São Paulo, confirmando o comportamento materialista como uma variável comportamental útil para prever a probabilidade de os indivíduos se endividarem.

Quanto menor o grau de escolaridade do indivíduo, maior é sua tendência de assumir carnês de prestações, conforme resultados obtidos nos estudos de Zaltman e Wallendorf (1979).

Outros estudos abordaram variáveis que podem explicar a ocorrência do endividamento familiar. É o caso do trabalho de Paranaíba (2009) que utilizou a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE de 2002-2003 e concluiu que é possível perceber o aumento ou redução da necessidade de consumo conforme o comportamento e a demanda das famílias brasileiras e a sua capacidade de endividamento com os itens de consumo que favorecem o acúmulo de dívidas a partir da aceleração do consumo.

Os estudos internacionais a respeito do endividamento com aquisições em prestações são relatados a seguir.

Lee; DeVaney (2000) utilizaram os dados do SCF de 1998 para avaliar os empréstimos em prestações, tendo descoberto que consumidores mais jovens e menos instruídos realizavam maior volume desse tipo de dívida. Verificaram que o volume de ativos se relaciona de forma positiva com o valor das parcelas do empréstimo, enquanto que o tamanho da família não influenciou neste valor.

Com a utilização Survey of Consumer Finances do período de 1990 a 1995, Crook (2001) verificou que pessoas responsáveis pela unidade familiar com idade superior a 55 anos, apresentavam menores níveis de dívidas parceladas ou em prestações. Além disso, os estudos evidenciaram que a aversão ao risco e o patrimônio líquido se relacionaram de forma negativa com a demanda por dívida.

A dívida de consumo representada por empréstimos de curto e médio prazos na forma de prestação está associada com diferentes estágios do ciclo de vida familiar, conforme apontaram os estudos de Garman; Fogue (2012).

Nos estudos de Foster (2006), ficou constatado que o crédito a prestações e os empréstimos com parcelas e prazos fixos, tais como crédito para automóveis e para estudos representam o terceiro volume de endividamento das famílias dos Estados Unidos, com maior incidência, e de forma crescente, sobre famílias de baixos rendimentos. Um dos grandes motivos dessa escalada de endividamento por parte das famílias é a necessidade por manter os seus padrões de vida.

O endividamento para consumo ocorre com maior incidência nas famílias com crianças e com pessoas jovens, de acordo com o ciclo de vida, conforme conclusões de pesquisa a respeito de dívidas familiares desenvolvido por Chawla; Uppal (2012) no Canadá.

2.2.2 Tipos de sobre endividamento ou inadimplência familiar

2.2.2.1 Inadimplência geral

O descontrole do crédito conduz o indivíduo à impossibilidade de cumprir com seus compromissos financeiros, surgindo a condição de sobre endividamento ou inadimplência. A seguir são relatados os estudos realizados sobre a inadimplência em famílias brasileiras.

Casado (2001) argumenta a respeito do superendividamento como fruto da sociedade de massas que incentiva o consumo através de campanhas publicitárias geradoras de necessidades falsas.

Em estudo sobre as razões do endividamento para a população de baixa renda, Zerrenner (2007) afirma que esta condição pode ser ativa quando a pessoa assume deliberadamente

dívidas que a tornam uma pessoa inadimplente ou passiva que decorre de circunstâncias fora do controle da pessoa que a levam a condição de inadimplência. O autor mostra com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2002-2003 que, quanto menor o rendimento total familiar, maior o percentual de famílias com dificuldades para chegar ao final do mês com tal rendimento.

O sobre endividamento atinge também as famílias de outras nações, conforme são relatados na sequência.

Os estudos de Lea; Webley; Levine (1993) procuraram fazer uma distinção entre ‘crédito’ e ‘dívida’. Segundo eles, enquanto o crédito pressupõe o reembolso do valor emprestado, a dívida implica uma obrigação de que a pessoa que pediu emprestado é tanto incapaz de revogar ou está tentando evitar a revogação, pelo menos no tempo que deveria ser revogada (acabada) a dívida. Assim, crédito implica um prestador disposto (muitas vezes, de fato, o empréstimo é feito por iniciativa do credor) enquanto a dívida implica um prestador de má vontade.

A condição de sobre endividamento é ainda conhecida como insolvência e falência e faz parte da história humana (MARQUES; FRADE, 2003), mas o problema tem se acentuado pela crescente liberação de crédito para os consumidores adquirirem produtos e serviços.

Marques; Frade (2003) ocuparam-se dos modelos de tratamento do sobre endividamento demonstrando que o alargamento do endividamento potencializa a inadimplência em função do desemprego e da precarização do emprego, concluindo que cabe ao Estado a regulamentação que proporcione benefícios econômicos e sociais do crédito.

Agarwal; Liu (2003) criaram um modelo para testar o efeito das taxas de desemprego sobre as taxas de inadimplência e conseguiram constatar que as taxas de desemprego mais elevadas levam a um aumento nas taxas de inadimplência.

Ao abordar o nível de endividamento e de sobre endividamento dos consumidores, Kösters; Paul; Stein (2004), afirmaram que varia em toda a União Européia, e dentre os países analisados, destaca-se a Suécia com o mais alto nível de endividamento das famílias, tendo a Inglaterra bastante próxima, em seguida, a França e, de forma mais moderada a Espanha e, com níveis menores, na Itália e na Holanda e, mantendo-se estável, na Alemanha.

Os autores afirmaram que as comparações são difíceis porque a definição de dívida varia muito e, também, os métodos de investigação e as fontes de dados. Mesmo assim, as análises comparativas são realizadas e mostraram que as famílias norte americanas têm elevado de

forma preocupante o nível de endividamento que pode levar a uma queda do consumo. Alertam que o desenvolvimento da dívida das famílias dos EUA normalmente precede em relação às famílias da União Européia, e que há dificuldades para a avaliação dos clientes por parte dos credores, particularmente quanto àqueles com possibilidades de se tornarem insolventes ou entrarem na condição de sobre endividamento.

Kösters; Paul; Stein (2004) apontaram que dentre as causas para esta situação extrema de endividamento estão o desemprego, doenças, separação conjugal ou morte de um sócio, gravidez e parto e aquisição de uma casa. Como consequência do sobre endividamento os autores mencionaram que estão a redução da educação e da qualificação profissional e concluem a análise afirmando que os objetivos da proposta de diretrizes para o crédito ao consumidor da União Européia somente poderão ser alcançados se os consumidores receberem conselhos e informações adequadas e não através da regulação bancária.

No contexto do Reino Unido, constatou-se que as diferenças na incidência de crédito e inadimplência entre famílias de baixa renda, são influenciadas pela situação no mercado de trabalho, idade, acesso a benefícios da segurança social e composição do agregado familiar (BRIDGES; DISNEY, 2004).

Quanto às consequências da dívida pessoal, Brown; Taylor; Price (2005) mencionaram que uma questão fundamental é identificar se os atributos psicológicos são determinantes dos resultados observados pela dívida ou se são o resultado de estar endividado.

Além disto, e ainda na década de 90, constataram-se evidências consideráveis de uma forte associação estatística entre dificuldades financeiras e graves problemas psicológicos na população em geral (WEICH; LEWIS, 1998; STRADLING, 2001 apud BROWN; TAYLOR; PRICE, 2005).

Roberts; Jones (2001) in Brown; Taylor; Price (2005), argumentaram que isso pode ser porque os indivíduos com dificuldades psicológicas são mais propensos a entrar em problemas monetários. Alternativamente, o esforço financeiro e a preocupação de estar no débito levam a um declínio no bem estar psicológico. A preocupação é que, se o crédito é obtido a fim de financiar a compra de bens de consumo duráveis isso pode levar a um aumento no bem-estar psicológico. Por isso, é importante controlar os ganhos potenciais de utilidade da presença de tais bens em modelos empíricos de psicologia do bem-estar.

Brown; Taylor; Price (2005) afirmaram que os determinantes da dívida pessoal representam uma área de destaque na literatura da psicologia econômica. Para eles, a conveniência do crédito pode atrair compradores compulsivos a viverem além dos seus meios.

Como resultados conclusivos, a pesquisa de Marques; Frade (2005) revelou que o desemprego constitui a principal ou uma das principais causas de ocorrência de situações de inadimplência em diversos países, com origem na expansão do crédito em períodos de crescimento econômico e de baixa taxa de desemprego seguida de uma inversão de ciclo econômico com aumento do desemprego, mas ainda com crescimento da taxa de endividamento das famílias.

O estudo de Marques; Frade (2005) foi finalizado por uma representação gráfica denominada de “triângulo de risco de sobre endividamento”, que é caracterizada pelos vértices do multiendividamento, da perturbação grave da situação laboral, particularmente, o desemprego e pela fragilidade das poupanças e das redes sociais, cujo resultado é a condição de inadimplência das famílias portuguesas. As autoras sugerem que a sociedade tem a ganhar com a maior prevenção e com o tratamento do sobre endividamento, quer econômica, quer socialmente. A regulação cabe ao Estado, contudo há dificuldades em tratar da diversidade de situações de inadimplência.

Procurando explicar a inadimplência nos empréstimos familiares, Rinaldi; Sanchis-Arellano (2006), estudaram a sustentabilidade da dívida das famílias em sete países da zona do Euro (Bélgica, França, Finlândia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha), argumentando que a análise da fragilidade financeira das famílias interfere na estabilidade financeira e monetária das nações, sugerindo que, em longo prazo, um aumento na proporção de comprometimento da renda está associado com níveis mais altos de atraso, caso não ocorra o incremento da renda e, além disso, as condições monetárias (inflação e juros) agravam as condições financeiras. O estudo demonstrou a posição financeira mais arriscada do setor familiar em decorrência do endividamento e se mostrou útil como fonte de informações para a condução de uma política monetária comum na zona do euro.

Diogo; Amaral; Lino (2008) concluíram que os agregados familiares com maior rendimento e cujo representante tem menor idade e maior nível de educação tem significativamente um maior endividamento esperado e uma maior probabilidade de contrair dívidas. Os resultados obtidos no trabalho mostraram a correlação de variáveis ligadas à liberalização financeira e ao ciclo econômico, bem como o nível das taxas de juros, com a evolução das restrições de liquidez. Quando se considera uma relação linear entre a evolução das restrições de liquidez e

a liberalização dos mercados financeiros, medida pelo índice dos ativos das Instituições Monetárias e Financeiras no PIB, obtêm-se parâmetros estatisticamente significativos que permitem concluir que quanto maior for o grau de liberalização dos mercados financeiros menor é a percentagem do rendimento disponível detido pelos consumidores com restrições de liquidez na economia. E quando se estabelece uma relação linear entre o endividamento e empréstimos, consumo, rendimento e taxas de juros obtêm-se parâmetros significativos, com sinal positivo, ou seja, conclui-se que quanto maior o consumo, empréstimos, rendimento e taxas de juros, maior a percentagem de endividamento e sobre endividamento nas famílias portuguesas.

Anderloni e Vandone (2010) argumentaram que a educação financeira está relacionada a três causas do sobre endividamento: (1) a educação financeira melhora a capacidade do indivíduo de entender a informação financeira, aumentando o conhecimento sobre o risco e sobre as consequências das suas decisões e ajudando na escolha dos produtos financeiros adequados às suas necessidades; (2) a educação financeira evita padrões de comportamento devidos à inabilidade, irresponsabilidade ou pouca informação, que levam os indivíduos ao excesso de dívidas; e (3) a educação financeira delimita o impacto negativo que eventos inesperados podem ter nas finanças das famílias.

Portanto, o grau de educação financeira pode ser um fator de grande influência na decisão de endividamento, uma vez que indivíduos com maiores níveis de educação financeira seriam capazes de administrar mais efetivamente suas finanças, conhecer melhor as consequências de suas decisões de endividamento e controlar melhor seu futuro financeiro.

Teixeira (2012) expõe que as facilidades de acesso ao crédito tornou o regime de endividamento insustentável, culminando com a crise do *subprime* em 2007, deixando um rastro de trabalhadores – famílias e consumidores – com dívidas elevadas em situações de inadimplência, o que requer um novo regime global de regulação que promova o pleno emprego e viabilize uma distribuição do excedente econômico de forma mais justa.

É importante ressaltar que a condição de inadimplência ou sobre endividamento é frequentemente analisada em relação ao conjunto de atrasos de pagamentos incorridos pelas famílias. Contudo, há algum destaque para os atrasos nos financiamentos imobiliários, enquanto que os demais atrasos estudados nesta tese raramente são considerados nas referências mencionadas. Diante desta constatação, as análises e discussões deste trabalho procuraram estender alguns resultados da literatura para o presente estudo.

2.2.2.2 Inadimplência nos pagamentos de aluguel ou prestação da residência

Alves (2008) ressaltou, dentre outras transformações do setor bancário do país, que o crédito à habitação foi considerado como produto “estrela” pelos bancos portugueses, tornando-se estratégico a ponto de desencadear uma competição com a adoção de marketing agressivo pelos concorrentes financeiros.

Assim, investigou a existência de uma relação entre o perfil sócio-econômico dos inadimplentes no crédito à habitação e o grau dessa inadimplência. Como resultados, Alves (2008) ressaltou que os bancos incentivaram de tal maneira o crédito à habitação para assegurar suas receitas, que promoveu o endividamento das famílias e, como consequência, a possibilidade de inadimplência, devido ao aumento do peso do endividamento na renda disponível e no grau de esforço das famílias.

Ao analisar a inadimplência em relação às variáveis socioeconômicas, demográficas e de envolvimento bancário, as conclusões de Alves (2008) mostraram que o tipo de emprego e as competências profissionais não influenciam a inadimplência, enquanto que conforme aumenta a idade das pessoas, a inadimplência tende a diminuir, assim como a dimensão do agregado familiar e a renda mensal, e tende a aumentar para as famílias que residem na zona urbana. Finalmente, o estudo apontou algumas limitações e recomenda, para minimizá-las, que se aumente o número de observações, incluindo mutuários sem a condição de inadimplência para averiguar diferenças sociais e comportamentais entre os grupos e, ao mesmo tempo, considerar séries históricas com aplicação da técnica dos dados em painel.

O endividamento familiar relativo à habitação foi estudado por Monteiro (2010) em um bairro público da cidade de Lisboa para melhorar a prática dos assistentes sociais que atuam junto às famílias com esse tipo de dívida imobiliária, procurando explorar e descrever os fatores demográficos, econômicos, psicológicos, sociais, habitacionais e institucionais que originaram o endividamento em um estudo exploratório com abordagem qualitativa através da análise de conteúdo.

Monteiro (2010) expôs que a habitação é uma política pública garantida pela constituição portuguesa, contudo predomina a iniciativa privada que através de financiamentos provocaram o endividamento de 78% das famílias portuguesas em 2004 e, especificamente, quanto à habitação popular, 41% das famílias moradoras em habitações sociais estavam com

dívidas relativas à habitação em 2007, com o agravante de se tratarem de pessoas com baixo nível de renda. Ressalte-se que, principalmente nas famílias mono parentais e complexas, os rendimentos dos filhos não são computados na renda familiar, o que agrava a condição de endividamento levando à inadimplência.

É interessante observar, segundo Monteiro (2010), que o valor da renda é considerado baixo por aqueles que já estão na condição de inadimplência, seja ela breve ou duradoura, enquanto que os que não são inadimplentes acusam a má gestão do orçamento familiar como causa da condição daqueles que estão com atrasos em seus compromissos. Para estes, as principais causas são o desemprego, problemas de saúde, falecimento de um elemento da família e insuficiência de rendimentos. A autora menciona a cultura de endividamento que torna o comportamento tolerável e com probabilidade de ser repetido, diante da inoperância praticada pelos credores, inclusive percebido como injusto pelos que não apresentam a situação de inadimplência. Por outro lado, uma intervenção mais rigorosa por parte dos credores deste tipo de habitação pode trazer de volta os problemas habitacionais com agravamento da condição de pobreza.

Gerardi; Goette; Meier (2010) descobriram que menor educação financeira estava associada com uma maior probabilidade de inadimplência e execuções no mercado imobiliário dos EUA. Hurst (2011) examinou a relação entre a educação financeira e vários indicadores de insegurança financeira, tendo encontrado pouca relação entre os dois.

2.2.2.3 Inadimplência nos pagamentos de despesas de água, gás ou eletricidade

Para Webley; Nyhus (2001), a dívida está associada a baixos rendimentos e despesas maiores. Os autores elucidam que é possível ter uma dívida sem ter pedido dinheiro emprestado, como por exemplo, quando a pessoa é incapaz de liquidar uma conta de serviço. A dívida não é planejada, não é desejada e de fato pode ser um problema para o indivíduo. Os resultados do estudo realizado pelos autores apontaram que, apesar das variáveis econômicas, *per si*, poderem prever bem as dívidas, alguns fatores psicológicos como orientação, autocontrole e atitudes em relação à dívida melhoram a capacidade de prever o endividamento.

2.2.2.4 Inadimplência nos pagamentos de prestações de bens adquiridos

Ponchio (2006) encontrou que o comportamento materialista, representado pelo consumismo descontrolado, foi o princípio fundamental para famílias de baixa renda que entraram em acordos de parcelamento.

Monteiro (2010), verificou que os agregados familiares mais numerosos apresentavam a condição de multiendividamento, tendo compromissos atrasados com cartão de crédito e dívidas com estabelecimentos comerciais, demonstrando a fragilidade financeira destes agregados, que se endividaram como forma de equilibrar os rendimentos até nova entrada de capital, mas também, devido falta de informação, instabilidade laboral e baixos rendimentos.

3 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

As questões relacionadas aos dados utilizados e a especificação empírica do modelo procuraram apresentar e discutir os resultados com a aplicação do modelo teórico relacionando a condição de formação e manutenção de dívidas e a condição de atraso nos pagamentos de compromissos das famílias com variáveis econômicas e demográficas.

Portanto, esta tese de doutorado tem por objetivo analisar a extensão do problema de endividamento familiar, a partir da formulação de modelo empírico que demonstre as relações de variáveis explicativas econômicas e demográficas com a situação de constituição e manutenção de dívidas e com a condição de atraso no pagamento de compromissos assumidos pelas famílias conforme os tipos de endividamento e de inadimplência e por atividade ocupacional das pessoas de referência responsáveis pelas unidades de consumo familiares.

Especificamente, esta tese de doutorado busca identificar os fatores presentes que explicam e contribuem para a constituição e manutenção dos tipos de dívidas familiares e dos tipos de atrasos nos pagamentos; identificar as características das famílias e seu perfil de endividamento e de sobre endividamento, de acordo com a atividade ocupacional da pessoa de referência responsável pela unidade de consumo familiar e avaliar a importância das características familiares diante da constituição e manutenção de dívidas e de atrasos nos pagamentos considerando a atividade ocupacional da pessoa de referência responsável pela unidade de consumo familiar.

Este trabalho tem características de pesquisa exploratória e descritiva, utilizando análises quantitativas por regressão múltipla sobre várias variáveis. Como pesquisa exploratória visa ganhar conhecimento sobre o assunto com o principal objetivo de desenvolver e esclarecer determinadas ideias e conceitos (GIL, 2002). Com isso, pretende-se ir além das descrições, buscando-se conceituar as inter-relações entre os fenômenos, arranjando as observações, conforme os parâmetros que serão delineados ao longo da pesquisa. Por outro lado, será uma pesquisa descritiva, uma vez que buscará identificar as características existentes nos agregados familiares que motivem ou desmotivem a constituição do endividamento.

Por outro lado, a pesquisa terá caráter de análises quantitativas, pois procederá a análise de regressão múltipla sobre várias variáveis, com a finalidade de elaborar um modelo que explique a situação de endividamento e de atrasos nos pagamentos de obrigações por parte

das famílias, uma vez que há um variado conjunto de variáveis que podem explicar essas condições.

Em trabalho publicado em 2003, La Cava; Simon (2003) analisaram o endividamento das famílias australianas e as consequentes restrições financeiras no período de dezembro de 1990 e setembro de 2002, a partir da construção de um modelo *logit* para examinar a relação entre a probabilidade das famílias apresentarem estas restrições e suas características econômicas e demográficas, tendo como base de dados a pesquisa de orçamentos familiares dos períodos 1993/94 e 1998/99 de domicílios (*HES*) e o levantamento da família, renda e dinâmica do trabalho na Austrália de 2001 (*HILDA*).

No presente estudo, a base de dados da Pesquisa do Orçamento Familiar – POF do período de 2008/2009, disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foi verificada quanto à sua consistência estatística pelo cálculo da regressão dos mínimos quadrados ordinária (OLS) e, diante da consistência dos dados, foi utilizado o modelo *logit* para o cálculo das regressões e verificado se havia a presença de heterocedasticidade na base de dados. Diante de resultados homocedásticos, foram obtidos os efeitos marginais para atender aos propósitos do estudo. A interpretação e discussão dos resultados tiveram por base estes efeitos marginais, relacionando o endividamento familiar com variáveis econômicas e demográficas, buscando estudar o comportamento financeiro das famílias, e de forma específica, explicações para a condição de atraso no cumprimento de obrigações assumidas.

Assim, para o desenvolvimento do estudo os dados foram analisados quanto às tendências da evolução do endividamento – aumento ou redução –, a identificação da natureza e da dimensão do fenômeno e ao estabelecimento de relações causais para a explicação do endividamento das famílias brasileiras.

Para que isso fosse possível, definiu-se por um modelo de regressão de escolha binária, que apresenta o enfoque da variável latente que trata o uso de variáveis dicotômicas basicamente como um problema de medida, ou seja, existe uma variável latente contínua que não é observada diretamente e, portanto, não se pode mensurar. (GREENE, 2003; PINDICK; RUBINFELD, 2004; GUJARATI, 2006). Como o modelo *logit* proporciona uma distribuição logística dos erros, servindo aos propósitos do estudo, foi escolhido para a obtenção dos efeitos marginais.

Neste modelo, a variável dependente é o logaritmo da razão de chances, que é uma função linear dos regressores. A função de probabilidade subjacente ao modelo *logit* é a distribuição

logística. Como os dados utilizados neste estudo estão em nível micro, são necessários procedimentos de estimação não lineares nos parâmetros.

Este tipo de modelo de escolha probabilística é chamado de modelo *logit* condicional porque os valores das variáveis (usualmente as características de escolha) variam de acordo com as escolhas, enquanto os parâmetros são comuns através das escolhas. O modelo é o seguinte:

$$\text{Prob}(Y_i = j | x_{i1}, x_{i2}, \dots, x_{ij}) = \frac{e^{\beta' x_{ij}}}{\sum_{j=1}^j e^{\beta' x_{ij}}}$$

Onde: Y_i = Variáveis dependentes que caracterizam a constituição e manutenção de dívidas ou a inadimplência, conforme o caso.

x_i = Variáveis explicativas demográficas e econômicas binárias que assumem os valores (0, 1), tais como: propensão ao risco, debilidade na saúde, idade, riqueza, renda, estado civil, gênero, anos de estudo, cor ou raça, presença de crianças, presença de gravidez, posição ocupacional e aposentado.

Sendo o modelo *logit* não linear nos parâmetros, os coeficientes encontrados não são iguais aos efeitos marginais, que representam a derivada do valor esperado de y em relação a uma variável independente contínua x , $\partial E(y | x) / \partial x$. Assim, os efeitos marginais no modelo *logit* são calculados da seguinte forma:

$$\frac{\partial E(y | x)}{\partial x} = \left\{ \frac{dF(\beta' x)}{d(\beta' x)} \right\} \beta = f(\beta' x) \beta$$

Onde: $f(\cdot)$ representa a função densidade de probabilidade, que corresponde à distribuição acumulada de probabilidade, $F(\cdot)$.

Para a compreensão do endividamento familiar, é necessário buscar avaliar as situações que levam as famílias a constituírem e manterem dívidas e à condição de atraso em seus pagamentos. Desta forma, a partir de informações disponíveis na base de dados a respeito de situações de formação e manutenção de dívidas e de atrasos nos pagamentos de gastos familiares caracterizados como variáveis dependentes, serão analisados fatores econômicos e demográficos que se relacionem com estas situações.

Em seguida, serão feitas as regressões múltiplas para as variáveis dependentes constituição e manutenção de dívidas – considerando os tipos de dívidas – e atrasos no cumprimento das

obrigações familiares – também tendo em vista alguns tipos de atrasos – e as variáveis explicativas consideradas.

O procedimento da modelagem considerou um grande número de variáveis explicativas, independentemente do nível de significância, com o objetivo de realizar uma avaliação preliminar. Em seguida, aquelas variáveis que comprovadamente não revelaram nenhuma possibilidade de explicação da formação e manutenção de dívidas e da existência de atrasos de pagamentos foram excluídas. Este procedimento resultou em poucos casos de multicolinearidade e, então, o acompanhamento dos p -valores foi realizado para se identificar estes casos. Finalmente, um conjunto de variáveis explicativas significativas forma o modelo.

Na análise de regressão, a variável dependente, ou regressando, é frequentemente influenciada por variáveis proporcionais e por variáveis qualitativas. As variáveis qualitativas indicam de um modo geral a presença ou a ausência de um determinado atributo e sua quantificação ocorre pela construção de variáveis artificiais que assumem valores 1 – indicando a presença de um atributo ou qualidade – ou 0 – indicando sua ausência. Estas variáveis são conhecidas por variáveis binárias (*dummies*) e, também, são específicas para a utilização do modelo *logit* empregado neste estudo (GUJARATI, 2006).

Após as considerações a respeito dos fundamentos metodológicos e a apresentação da equação empírica *logit*, são descritas as hipóteses do estudo e definidas as variáveis explicativas demográficas e econômicas que foram utilizadas nas estimativas do modelo. Assim, algumas variáveis buscam responder às hipóteses do estudo enquanto que outras foram consideradas em função de interesses específicos ou porque foram utilizadas em outros estudos.

3.1 HIPÓTESES

Na primeira parte dos resultados, este trabalho procurou pesquisar tanto a constituição e manutenção de diferentes tipos de dívida como a condição de endividamento relacionado com os ativos familiares em diferentes faixas etárias. É importante observar que a condição do endividamento familiar em relação aos ativos familiares tem consequências mais importantes no bem estar familiar do que o valor da dívida em si. Assim, com base na literatura sobre endividamentos, este trabalho procurou encontrar resultados com relação à idade do responsável pela família ou da pessoa de referência, ao volume de ativos financeiros e não

financeiros que caracteriza a riqueza das famílias e, de forma inovadora, ao considerar as variáveis propensão ao risco e condição de saúde familiar, além das análises por condição ocupacional. Diante disso, foram verificadas as seguintes hipóteses, primeiramente, em relação à constituição e manutenção de dívidas (hipóteses de números um a cinco) e, em seguida, a respeito da condição de inadimplência nos pagamentos de gastos familiares (hipóteses de números seis a dez):

H1: A constituição e manutenção de dívidas tende a aumentar conforme a pessoa de referência tenha propensão ao risco.

H2: A constituição e manutenção de dívidas tende a aumentar diante da presença de enfermidade na família.

H3: A constituição e manutenção de dívidas tende a diminuir conforme o envelhecimento da pessoa de referência responsável pela família;

H4: A constituição e manutenção de dívidas tende a aumentar conforme aumenta o volume de investimentos familiares em ativos financeiros, embora possa haver divergências com relação a alguns tipos de dívidas, especificamente os compromissos assumidos sem garantias reais, tais como dívidas com cartão de crédito e outras dívidas em geral.

H5: A constituição e manutenção de dívidas com garantias reais tende a aumentar conforme a família aumenta seu estoque de ativos não financeiros, principalmente imóveis, os quais são utilizados como garantias.

Para efeito deste trabalho, a dívida é classificada em cinco categorias, além do montante caracterizador do endividamento familiar: financiamento imobiliário, saldos devedores do cartão de crédito, empréstimos bancários, outras dívidas e o grau de endividamento.

A segunda parte dos resultados e discussões apresenta a condição familiar de sobre endividamento ou em inadimplência nos pagamentos de despesas específicas e, também, inadimplência nos pagamentos de todas as despesas consideradas.

H6: A condição de inadimplência nos pagamentos de despesas pelas famílias tende a aumentar com a pessoa de referência da família propensa ao risco.

H7: A condição de inadimplência nos pagamentos de despesas pelas famílias tende a aumentar com a presença de enfermidade na família.

H8: A condição de inadimplência nos pagamentos de despesas pelas famílias tende a diminuir de acordo com o envelhecimento da pessoa de referência responsável pela família;

H9: A condição de inadimplência nos pagamentos de despesas pelas famílias tende a aumentar conforme aumenta o volume de investimentos familiares em ativos financeiros, embora possa haver divergências com relação a alguns tipos de atrasos.

H10: A condição de inadimplência nos pagamentos de despesas pelas famílias tende a aumentar conforme a família aumenta seu estoque de ativos não financeiros.

Para efeito deste trabalho, a condição de inadimplência nos pagamentos de despesas foi classificada em três categorias, além da inadimplência em todas as despesas consideradas: atrasos nos pagamentos de aluguel e prestação de residência, atrasos nos pagamentos de despesas de água, eletricidade e gás e atrasos nos pagamentos de prestações de bens adquiridos.

Finalmente, a terceira parte desta tese de doutoramento sobre endividamento familiar utilizou as variáveis que apresentaram estimativas significativas inferiores ao nível de 5% para avaliar a condição de endividamento ou sobre endividamento total das famílias conforme a ocupação da pessoa de referência. Com isso, foram estudados a posição ocupacional de empregador; de empregado do setor privado; do setor público; doméstico, temporário em atividade rural; por conta própria e aprendiz.

As hipóteses desta terceira parte foram as mesmas utilizadas na análise da família como um todo, porém com a especificidade de cada ocupação da pessoa de referência responsável pelas unidades de consumo familiares.

A seguir é apresentada a base de dados e a descrição das variáveis utilizadas no estudo.

3.2 OS DADOS E AS VARIÁVEIS

3.2.1 A base de dados

Para a realização deste trabalho, foram utilizados os microdados disponíveis na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009), um estudo transversal realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Utilizou-se uma amostra composta de 30.231 unidades de consumo que representam consumidores pertencentes ao domicílio pesquisado. A utilização dos microdados da POF fornece o detalhamento de informações a respeito dos

ativos da família, seu endividamento quanto aos tipos e montantes de dívidas e outras características do agregado familiar, totalizando 1.237.836 observações.

Os dados sobre o endividamento permitiram classificar a dívida familiar em seus componentes empréstimo imobiliário com garantia do imóvel, saldos da utilização do cartão de crédito, empréstimos bancários para a aquisição de automóveis e outros bens de consumo durável e não durável e outras dívidas utilizadas para aquisição de bens de consumo imediato podendo ser parceladas ou não, sem garantias reais, além do grau de endividamento caracterizado pela presença dos três últimos componentes conjuntamente e, classificar a inadimplência total em atrasos nos pagamentos de aluguel e prestação de residência, atrasos nos pagamentos de despesas de água, eletricidade e gás e atrasos nos pagamentos de prestações de bens adquiridos, tanto para a família como um todo, como para as famílias classificadas segundo a posição ocupacional da pessoa de referência das famílias.

A partir do banco de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008/2009 – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – foram obtidas 9 (nove) variáveis dependentes e 14 (quatorze) variáveis explicativas para possível aproveitamento na modelagem. Algumas variáveis não foram obtidas diretamente do banco de dados, mas construídas a partir dele. A seguir as 23 (vinte e três) variáveis inicialmente obtidas, direta ou indiretamente, são definidas.

3.2.2 Variáveis dependentes

O endividamento familiar foi definido como a constituição e manutenção de dívidas, sendo que dívidas totais se caracterizavam pela presença de um ou mais tipos de dívidas familiares e o grau de endividamento indicava a presença simultânea de dívidas com cartão de crédito, empréstimos bancários exceto endividamento imobiliário e outras dívidas caracterizadas como aquisições de bens a prestação.

A inadimplência ou o sobre endividamento foi definido pela condição de atrasos nos pagamentos de compromissos assumidos pelas famílias, sendo que a inadimplência geral indicava a presença de atrasos em todos os gastos familiares.

3.2.3 Variáveis explicativas

A variável de aversão ao risco foi construída com base na literatura internacional¹¹ ao considerar indivíduos que não fazem qualquer tipo de aposta em jogos (loterias), como avessos ao risco, enquanto que a aposta em jogos foi considerada como propensão ao risco para melhorar a renda familiar.

A variável da condição de saúde das famílias foi construída a partir da existência de despesas com graves enfermidades, de acordo com informações da pessoa responsável pelas famílias disponíveis na base de dados e, então, foi considerada a presença de enfermidade quando da existência destes gastos.

A variável idade da pessoa de referência foi obtida pelas informações a respeito da idade disponíveis na base de dados e transformada em faixas etárias conforme os propósitos deste trabalho.

A variável riqueza das famílias foi construída a partir das informações sobre a posse de ativos financeiros e não financeiros encontradas na base de dados e transformadas em classes de riqueza familiar.

A variável renda bruta total foi obtida a partir de classes de rendimentos familiares disponíveis na base de dados

A variável para escolaridade foi construída a partir de duas possibilidades. A primeira utilizou o nível de instrução completo, conforme disponível nas bases de dados e a segunda possibilidade utilizou as faixas de anos de estudo. A escolha pela segunda possibilidade foi pelo melhor ajuste aos modelos utilizados.

A variável a respeito da cor ou raça foi construída a partir das informações sobre cada uma das classes de cor ou raça, conforme disponíveis na base de dados.

A variável presença de crianças foi obtida a partir das informações sobre a idade das pessoas das famílias na base de dados e, então, segmentadas por faixas de idade para criança, pré-adolescente, adolescente e jovem.

A variável posição ocupacional das pessoas de referência das unidades consumidoras foi obtida a partir destas informações presentes na base de dados. Contudo, é importante mencionar o que consta na base de dados a respeito da posição ocupacional. “Descrição

¹¹ Allais (1953); Bernoulli (1954); Von Neumann e Morgenstern (1980).

sumária: identifica o tipo de trabalho que o informante exerceu no período de referência da pesquisa. Categorias: (1) Principal e (2) Secundário. A definição de trabalho principal deve levar em consideração um conjunto de critérios definidos a seguir. a) Para a pessoa que trabalhou em mais de um trabalho durante o período de referência (últimos 12 meses), mas no momento da pesquisa tem apenas 1 trabalho, considera-se o trabalho atual como trabalho principal. b) Para a pessoa que trabalhou em mais de um trabalho durante o período de referência (últimos 12 meses), mas no momento da pesquisa não possui nenhum trabalho, considera-se o último trabalho como trabalho principal.” Com isso, não se encontra na base de dados a condição de desempregado que é uma das causas de famílias se endividarem e mesmo entrarem na condição de inadimplentes. Portanto, a ausência da classe desocupados como ocupação é justificada por este procedimento adotado na formação do banco de dados utilizado.

As demais variáveis utilizadas no estudo – estado civil, gênero sexual, presença de gravidez e o recebimento de aposentadoria – foram utilizados conforme disponíveis na base de dados.

Todas as variáveis foram transformadas em binárias, inclusive dentro de cada classe para as variáveis que foram assim consideradas.

Com a definição das variáveis utilizadas no estudo a respeito do endividamento das famílias brasileiras, encerra-se este capítulo que apresentou os fundamentos metodológicos desta tese.

4 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS A RESPEITO DO ENVIDADAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS

Este capítulo se dedica a analisar os resultados obtidos na aplicação dos procedimentos metodológicos utilizados neste estudo relacionado ao endividamento e à inadimplência das famílias brasileiras e desenvolver discussões em relação aos estudos apresentados na revisão da literatura.

Inicialmente, na Tabela 1 é apresentada a variação patrimonial mensal das famílias brasileiras por classes de rendimento total. Verifica-se, em termos totais que o maior volume de investimentos acontece com aquisição de imóveis enquanto que o maior volume de endividamento se dá por conta de empréstimos. Com relação às classes de rendimento total, verifica-se que as classes com menores rendimentos investem principalmente em reformas do imóvel, enquanto que as classes com maiores rendimentos aplicam na aquisição de imóveis. Quanto ao endividamento, em todas as classes de renda se observa que o mesmo acontece pela obtenção de empréstimos em geral.

Tabela 1 - Distribuição da variação patrimonial mensal familiar, por classes de rendimento total - Brasil - período 2008-2009

Tipos de despesa	Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar (%)							
	Total	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (R\$)						
		Até 830 (2)	Mais de 830 a 1 245	Mais de 1 245 a 2 490	Mais de 2 490 a 4 150	Mais de 4 150 a 6 225	Mais de 6 225 a 10 375	Mais de 10 375
Aumento do ativo	5,8	2,2	2,3	3,2	4,9	7,7	5,6	10,5
Imóvel (aquisição)	4,0	0,8	0,9	1,4	2,8	5,7	3,8	8,8
Imóvel (reforma)	1,8	1,4	1,4	1,8	2,1	2,0	1,8	1,7
Outros investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Diminuição do passivo	2,1	0,9	1,3	1,8	2,3	2,3	2,4	2,4
Empréstimo	1,4	0,7	1,0	1,2	1,5	1,6	1,7	1,7
Prestação de imóvel	0,6	0,2	0,3	0,5	0,8	0,7	0,7	0,7

Fonte: Dados retirados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF 2008-2009) realizada pelo IBGE, através da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento.

Após esta apresentação preliminar de dados gerais, este capítulo aborda a análise das estatísticas descritivas de dados, interpreta e discute os resultados a respeito do endividamento das famílias, incluindo a constituição e a manutenção de dívidas e a inadimplência familiar. Finalmente, são descritos os resultados obtidos com relação ao endividamento e ao sobre endividamento familiar a partir da perspectiva da posição ocupacional da pessoa de referência responsável pela unidade de consumo familiar.

4.1 ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS DESCRITIVA DOS DADOS

Apresentando as estatísticas descritivas da amostra, a Tabela 2 mostra o percentual de unidades de consumo com cada tipo de dívida em relação às faixas etárias da pessoa de referência da família divididos em dois grupos, sendo o primeiro com famílias com investimentos abaixo da mediana do valor dos ativos (R\$ 500,00) e o segundo com famílias com investimentos acima desta mediana. Considerando esta distribuição, observou-se que o endividamento familiar dos detentores de maior investimento se posicionou acima de praticamente todas as faixas etárias e em todos os tipos de dívidas, exceto nos empréstimos bancários na faixa de idade acima de 59 anos, onde se constatou que os possuidores de menores investimentos possuem dívidas levemente maiores.

Ressalte-se, também na Tabela 2, que o maior endividamento em ambos os grupos de investimentos ocorre com outras dívidas em todas as faixas etárias.

Tendo em vista as proporções de dívidas, ainda na Tabela 2, verificou-se que o menor volume de endividamento ocorre na menor faixa etária em ambos os grupos, ou seja, as pessoas de referência das unidades consumidores com até 29 anos de idade apresentaram menor nível de endividamento em todos os tipos de dívida, com exceção do financiamento imobiliário para ambos os grupos que tiveram o menor nível na faixa acima dos 59 anos de idade da pessoa de referência, corroborando a regra geral de redução de dívidas em idades mais avançadas. Uma explicação para o menor nível de endividamento familiar na faixa etária mais nova pode estar na menor quantidade de pessoas nesta idade, tanto nos que investem menos como nos que investem mais em ativos. Por outro lado, com relação aos maiores volumes de endividamento familiar, verificou-se que ocorreram na faixa etária acima de 59 anos para a dívida total para os mais pobres e na faixa etária de 40 a 49 anos para os mais ricos. Quanto aos tipos de endividamento, constatou-se que entre os mais pobres, os maiores níveis de dívidas do tipo financiamento imobiliário e dívidas com cartão de crédito ocorreram na faixa etária dos 40 a 49 anos e dos tipos empréstimos bancários e outras dívidas na faixa etária acima dos 59 anos. Quanto aos mais ricos, o maior endividamento por tipo de dívida ocorreu com financiamento imobiliário na faixa etária de 30 a 39 anos, empréstimos bancários na faixa acima de 59 anos e do tipo dívidas com cartão de crédito e outras dívidas na faixa etária de 40 a 49 anos.

Tabela 2 – Proporção de manter diferentes tipos de dívida por idade e riqueza, em porcentagem

	%PR Pessoa de referên- cia	Dívidas totais	Financia- mento imobiliá- rio	Dívidas com cartão de crédito	Emprésti- mos bancários	Outras dívidas
Todas as pessoas de referência	100,00	59,94	1,74	5,00	4,90	55,52
Ativos abaixo de R\$ 500,00 (Total R\$ 14.430.553,58)						
Idade até 29 anos (20)	7,16	7,29	0,13	0,41	0,57	6,81
Entre 30 – 39 (30)	10,29	10,42	0,19	0,62	0,73	9,57
Entre 40 – 49 (40)	11,18	11,95	0,31	0,87	1,06	10,96
Entre 50 – 59 (50)	8,89	8,80	0,14	0,54	0,84	8,15
Acima de 59 anos (60)	12,72	12,40	0,11	0,55	1,41	11,48
Ativos acima de R\$ 500,00 (Total R\$ 13.880.229.173,62)						
Idade até 29 anos (20)	6,45	8,86	0,42	0,80	0,62	8,20
Entre 30 – 39 (30)	11,12	15,97	0,89	1,54	1,09	14,82
Entre 40 – 49 (40)	11,64	16,48	0,59	1,85	1,19	15,38
Entre 50 – 59 (50)	8,98	12,69	0,46	1,36	1,06	11,80
Acima de 59 anos (60)	11,58	15,16	0,23	1,48	1,24	13,95
Ativos financeiros						
Abaixo de R\$ 800,00	75,00	58,68	1,44	3,61	5,09	54,90
Entre R\$ 800,00 – R\$ 5.000,00	15,00	63,56	2,41	7,28	4,54	58,02
Acima de R\$ 5.000,00	10,00	63,93	2,98	12,37	3,99	56,20
Ativos não financeiros						
Abaixo de R\$ 3.700,00	75,00	55,57	1,53	4,13	4,68	51,18
Entre R\$ 3.700,00 – R\$ 18.000,00	15,00	76,21	2,15	5,94	5,31	72,86
Acima de R\$ 18.000,00	10,00	69,00	2,69	10,08	5,96	62,78

Fonte: Dados retirados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF 2008-2009) realizada pelo IBGE, através da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento.

Ainda na Tabela 2, se verifica o percentual de unidades consumidoras com dívidas, classificados por níveis de investimentos familiares em ativos financeiros e não financeiros. É importante observar que somente foi possível obter três classes de montante de investimentos em ativos financeiros e não financeiros devido à concentração da posse destes ativos em apenas 25% do volume total, demonstrando a elevada concentração de propriedade existente no Brasil. De um modo geral, o maior nível de endividamento ocorreu no nível de investimentos financeiros acima de R\$ 5.000,00 e no nível intermediário, ou seja, nos 15% que detém os investimentos entre R\$ 3.700,00 e R\$ 18.000,00 em ativos não financeiros, vindo logo em seguida, com participações de endividamento muito próximas do maior nível, a classe com ativos financeiros entre R\$ 800,00 e R\$ 5.000,00 e a classe com ativos não financeiros acima dos R\$ 18.000,00. No entanto, quanto ao tipo outras dívidas, os maiores níveis estão nas classes intermediárias de investimentos e em seguida as classes com os maiores ativos financeiros e não financeiros, ou seja, fica evidente que os 25% de pessoas de referência detentores dos maiores investimentos, também mantém os maiores volumes de dívidas.

Evidencia-se que 75% dos detentores de investimentos que detêm menos de R\$ 800,00 em ativos financeiros e abaixo de R\$ 3.700,00 em ativos não financeiros, possuem também os menores níveis de endividamento total e de todos os tipos, exceto os empréstimos bancários, cuja maior parcela é mantida pelos menores investidores. Assim, de um modo geral, a probabilidade de contrair dívidas aumenta com a posse de ativos financeiros e não financeiros.

Na sequência do estudo, foram obtidas as relações entre dívidas e ativos para cada tipo de dívida e comparadas por faixa etária das pessoas de referência da unidade consumidora e por posse de ativos financeiros e não financeiros, com base na mediana amostral destes investimentos. Com isso, a Tabela 3 apresenta as razões da dívida/ativos para a dívida total, financiamento imobiliário, dívidas com cartão de crédito, empréstimos bancários e outras dívidas sem garantias. Portanto, na análise da Tabela 3 a dívida total será representada pela sua relação com os ativos totais, ou seja, dívidas/ativos (DÍVIDAS/ATIVOS), assim como para os demais tipos de dívidas familiares também serão referidos em relação ao ativo total, tais como financiamento imobiliário/ativos (FIN_IM/ATIVOS), dívidas com cartão de crédito/ativos (DIV_CCRED/ATIVOS), empréstimos bancários/ativos (EMPR/ATIVOS) e outras dívidas/ativos (OUT_DIV/ATIVOS).

Tabela 3 – Proporção da dívida média por idade e por riqueza condicionado pela manutenção da dívida, em porcentagem

	DÍVIDAS / ATIVOS	FIN_IM / ATIVOS	DIV_CCRED / ATIVOS	EMPR / ATIVOS	OUT_DIV / ATIVOS
Todas as pessoas de referência	132,09	5,23	0,46	34,10	92,31
Ativos abaixo de R\$ 500,00					
Idade até 29 anos (20)	230,82	3,86	0,63	34,30	192,03
Entre 30 – 39 (30)	208,75	2,76	1,24	37,01	167,74
Entre 40 – 49 (40)	345,16	23,12	0,37	136,83	184,85
Entre 50 – 59 (50)	156,73	4,74	0,36	49,59	102,04
Acima de 59 anos (60)	120,70	1,48	0,39	43,61	75,23
Ativos acima de R\$ 500,00					
Idade até 29 anos (20)	46,56	2,74	0,46	3,64	39,72
Entre 30 – 39 (30)	52,83	4,79	0,39	2,85	44,80
Entre 40 – 49 (40)	60,91	4,63	0,37	9,06	46,85
Entre 50 – 59 (50)	49,12	1,60	0,36	6,58	40,58
Acima de 59 anos (60)	50,44	0,71	0,12	3,35	46,27
Ativos financeiros					
Abaixo de R\$ 800,00	165,34	6,20	0,51	43,91	114,72
Entre R\$ 800,00 – R\$ 5.000,00	42,50	2,96	0,38	6,91	32,26
Acima de R\$ 5.000,00	15,53	1,17	0,20	1,03	13,12
Ativos não financeiros					
Abaixo de R\$ 3.700,00	162,51	6,78	0,57	44,73	110,44
Entre R\$ 3.700,00 – R\$ 18.000,00	48,05	0,58	0,10	2,11	45,25
Acima de \$ 18.000,00	26,44	0,39	0,13	0,97	24,95

Fonte: Dados retirados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF 2008-2009) realizada pelo IBGE, através da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento.

A análise da Tabela 3 indica claramente que a relação de todos os tipos de dívidas sobre os ativos é maior nas classes mais pobres e em todas as faixas etárias, que detêm investimentos em ativos abaixo de R\$ 500,00 que é a mediana amostral de investimentos. A única exceção é a relação de financiamentos imobiliários sobre os ativos quando os mais ricos na faixa etária entre 30 e 39 anos apresentam uma proporção maior, ou seja, 4,79% contra 2,76% de endividamento imobiliário dos mais pobres. Além disso, nas faixas etárias a partir dos 40 anos até 59 anos, há a igualdade de relação entre dívidas por cartão de crédito e ativos para os grupos mais pobres e mais ricos. Em termos de endividamento total, a proporção das famílias pobres com dívidas em relação aos ativos varia de 120,70% na faixa etária acima de 59 anos até 345,16% na faixa etária entre 40 e 49 anos, enquanto que nas famílias ricas, a dívida total sobre os ativos oscila de apenas 46,56% na faixa etária até 29 anos até o máximo de 60,91% na faixa etária entre 40 e 49 anos. Mais uma vez se destaca o tipo outras dívidas sem garantia com o maior volume de endividamento familiar em todas as faixas etárias e para ambos os grupos de investimentos, variando de 75,23% para os maiores de 59 anos a 192,03% para os menores de 30 anos, para os detentores de ativos até R\$ 500,00. Quanto aos possuidores de ativos acima deste valor, observa-se um mínimo de 39,72% na faixa etária menor de 30 anos e um máximo de R\$ 46,85% na faixa etária de 40 a 49 anos, na relação outras dívidas sobre os ativos. Destaque-se ainda que os empréstimos apresentam relação significativa com os ativos para os mais pobres, oscilando de 34,30% para os mais jovens até 136,83% na faixa etária entre 40 e 49 anos.

O padrão geral esperado para o endividamento das famílias, tanto pobres como ricas, era que o endividamento diminuiria com o aumento da idade, conforme a teoria do ciclo de vida. Assim, com relação às famílias mais pobres isso se verificou com o endividamento total, financiamento imobiliário e outras dívidas, enquanto que para as famílias mais ricas ocorreu no financiamento imobiliário e nas dívidas com cartão de crédito.

Abordando as relações dívidas/ativos a partir dos investimentos em ativos financeiros e não financeiros, constatou-se que as razões da dívida diminuíram com o aumento desses investimentos, sendo consistente para a dívida total e para todos os tipos de dívidas familiares. Assim, os investimentos em ativos financeiros abaixo de R\$ 800,00 apresentaram uma relação dívidas/ativos de 165,34% enquanto que nos investimentos em ativos familiares acima de R\$ 5.000,00 esta relação foi de apenas 15,53%. Quanto aos ativos não financeiros, observou-se que os investimentos nestes ativos de até R\$ 3.700,00 apresentaram uma relação dívida/ativos de 162,51% enquanto que nas aplicações de ativos não financeiros acima de R\$ 18.000,00 a

relação foi de apenas 26,44%. Mais uma vez é importante destacar que o nível de investimentos inferior, tanto para ativos financeiros como para ativos não financeiros, representa 75% de todo o volume de ativos, enquanto que o nível intermediário representa 15% e o nível superior representa apenas 10% do total de ativos. Isso indica a concentração de riqueza existente no país, fazendo com que o maior peso da dívida recaia de forma extremamente acentuada sobre as classes mais pobres da população.

Uma análise conjunta das Tabelas 2 e 3 permite verificar que o endividamento familiar está razoavelmente distribuído entre as diferentes faixas etárias, porém isso não acontece com relação aos níveis de investimentos em ativos financeiros e não financeiros, quando o volume de dívidas é maior nos níveis mais elevados de investimentos, porém o peso da dívida é menor nestes níveis, ou seja, conforme já mencionado, o maior peso do endividamento familiar recai sobre as famílias mais pobres, que são a maioria da população brasileira.

Na sequência serão avaliadas a importância das relações entre o endividamento e a inadimplência com as variáveis propensão ao risco, gastos com saúde, idade das pessoas de referência das famílias e posse de riquezas financeiras e não financeiras, mantendo sob controle em todas as análises e para todas as variáveis, uma variável que será utilizada como referência para a análise das dívidas e dos atrasos em pagamentos nas unidades consumidoras familiares. Além disso, serão apresentados esforços para articular estes resultados com os estudos mencionados na revisão de literatura, com a finalidade de estabelecer posições referenciais que permitam sistematizar o estado da arte relacionados à constituição e a manutenção de dívidas e a inadimplência familiar.

Ressalte-se, ainda, que os estudos a respeito do endividamento familiar considera a dívida total, ou seja, o conjunto de dívidas indistintamente e, por isso, partes das análises formuladas a respeito do endividamento total foram extendidas para os outros tipos de endividamento.

4.2 O ENDIVIDAMENTO FAMILIAR

A acumulação de dívidas que leva à condição de inadimplência será mensurada pelos volumes tomados pelas famílias para investimentos imobiliários, aquisições de veículos e bens móveis, além de obtenção de crédito para consumo diretamente junto aos fornecedores e mesmo através de empréstimos bancários ou a utilização indiscriminada de cartões de crédito. Assim, com a utilização das informações disponíveis na base de dados da POF 2008-2009

relacionadas a variáveis econômicas e demográficas, o estudo busca encontrar as relações entre a dívida familiar e estas variáveis explicativas. Os atrasos assumidos pelas famílias refletem em restrições de crédito, constituindo-se em uma boa *proxy* para fragilidade financeira do agregado familiar. Com esta consideração, a análise empírica do volume de dívida das famílias, conforme exposto anteriormente com base na POF 2008-2009, permitirá entender as condições econômicas e demográficas que levaram as famílias a contraírem e aumentarem seu endividamento, como também as implicações econômicas que decorre da situação de inadimplência. Dentre outros resultados, espera-se que a utilização de microdados disponíveis na POF, possibilite avaliar como a probabilidade de manter dívidas em relação ao total de ativos das famílias mudam ao longo da faixa etária do responsável pelas unidades consumidoras para diferentes tipos de dívidas assumidas e mantidas pelas famílias brasileiras.

Dentre estes tipos de dívidas destaca-se o endividamento assumido para aquisições diversas, disponíveis nas lojas por suas financeiras que geram um volume preocupante de endividamento familiar. Neste estudo, manteve-se sob controle algumas características das famílias que se alteram para diferentes faixas etárias, tais como ativos, renda e aspectos demográficos das famílias, para explorar se a idade da pessoa de referência da família causa impacto na contratação e manutenção de dívidas imobiliárias, por cartões de crédito, empréstimos bancários e outras dívidas, bem como verificar a relação destes tipos de dívidas sobre os volumes de investimentos mantidos pelas famílias em ativos financeiros e não financeiros.

A realização deste estudo para o Brasil é peculiar por buscar encontrar os determinantes dos diferentes tipos de dívidas contraídas em diferentes idades, uma vez que os estudos realizados analisaram tipos de dívidas ou mesmo as restrições creditícias decorrentes do endividamento. É importante ressaltar que o montante total de dívida das famílias se constitui de dívidas desprovidas de garantia, como é o caso da utilização dos cartões de crédito e dívidas para o consumo de serviços ou bens não duráveis, contraídas junto a algum agente financeiro ou através de aquisições parceladas em estabelecimentos comerciais e, com isso, este trabalho busca encontrar os fatores que contribuem para a formação de cada tipo de dívida. Dentre os fatores considerados, alguns impactam o volume de determinados tipos de dívidas enquanto que não impactam outros tipos.

Também será examinado o impacto da posse de ativos financeiros e não financeiros sobre o endividamento conforme a idade da pessoa responsável pela família, procurando identificar o papel dos ativos financeiros e não financeiros sobre a formação e manutenção de dívidas.

Assim, é de se esperar que a posse de maiores valores de investimentos em ativos não financeiros – imóveis em particular – conduzem a um maior endividamento com garantias reais. Contudo, os ativos financeiros e não financeiros podem impactar diferentemente sobre os diferentes tipos de dívidas sem garantias. Outra relação interessante é a estabelecida entre o montante de dívidas com cartões de crédito e o volume de ativos totais, uma vez que pode se esperar que a posse de mais ativos não financeiros possibilita a obtenção de mais cartões de crédito à família e, como consequência, a aquisição de mais serviços ou bens de consumo, proporcionando bem-estar financeiro às famílias, inclusive permitindo a avaliação dos volumes de dívidas com cartão de crédito em diferentes faixas etárias.

De modo específico, este estudo inovou ao considerar as variáveis propensão ao risco e condição de saúde como explicativas da constituição e manutenção de dívidas ou mesmo da inadimplência familiar.

Espera-se que este estudo venha contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas tanto para a proteção da sociedade com relação ao seu endividamento, como para prevenir o setor financeiro no estabelecimento de critérios de concessão de crédito mais racionais e seguros, de tal forma que também as famílias adotem posturas mais responsáveis diante da possibilidade de contrair dívidas. Os resultados podem indicar a necessidade de diferentes níveis de prudência conforme a faixa etária do responsável pelas famílias, particularmente quando se sabe que as famílias mais velhas tendem a ter gastos maiores com tratamentos médicos, os quais são apontados como um dos principais fatores para a tomada e manutenção de dívidas elevadas.

Portanto, ao relacionar a idade da pessoa de referência na família com as variadas formas de dívidas assumidas, permite avaliar os impactos do endividamento sobre as economias pessoais e familiares, conferindo maior entendimento da dinâmica de endividamento familiar. Esta realidade é importante para a condição de bem estar social, inclusive através da constituição de poupança para a aposentadoria tendo em vista que a expectativa de vida tem aumentado, o que tende a aumentar os gastos com saúde, se constituindo, assim, em preocupação para os decisores políticos e para as famílias. Por outro lado, o volume e os tipos de dívidas das famílias afetam decisões como compra da casa e idade para se aposentar, logo, é necessário manter o nível de endividamento familiar compatível com o volume de investimentos efetuados na meia-idade.

A partir do emprego do modelo *logit* foram estimados os determinantes probabilísticos de constituição de dívidas, utilizando diversas variáveis, tais como faixas etárias da pessoa de

referência, ativos totais, financeiros e não financeiros, renda total familiar, anos de escolaridade, estado civil, sexo, cor ou raça, a presença de filhos em diferentes faixas etárias, condição de saúde, propensão ao risco, situação de colocação profissional e condição de aposentadoria. Também foram obtidos os resultados dos efeitos marginais das características estudadas sobre as probabilidades de ocorrência de dívidas totais e dos diferentes tipos de endividamento, os quais constam das tabelas a seguir e são interpretados para estabelecer a relação das variáveis com a condição de endividamento e sobreendividamento.

A Tabela 4 apresenta os efeitos marginais com a finalidade de revelar informações sobre as variações na ocorrência de cada tipo de dívida familiar em relação a variáveis independentes específicas. A utilização de cores visa oferecer melhor visualização dos resultados, sendo que os valores com fundo vermelho indicam variações positivas ou aumento do endividamento familiar, enquanto que os valores com fundo azul revelam variações negativas ou diminuição do endividamento familiar, em alusão às situações de “estar no vermelho” ou “estar tudo azul”, respectivamente. Os valores com fundo branco apresentaram efeitos não significativos. Como uma limitação da amostra, a variável `OUTROS_TRABALHOS` foi omitida das estimativas por causa de colineariedade.

As hipóteses a respeito do efeito da propensão ao risco e da condição de saúde familiar em relação a constituição e manutenção de dívidas foram investigadas e também os efeitos da idade e dos ativos financeiros e não financeiros sobre a constituição e manutenção de algum tipo de dívida, além de outras variáveis de controle.

Tabela 4 - Efeitos marginais da presença de dívidas em relação à propensão ao risco, saúde familiar e outras variáveis

VARIÁVEIS	DÍVIDAS TOTAIS	FINANCIAMENTO	DÍVIDAS COM	EMPRÉSTIMOS	OUTRAS	GRAU DE ENDIVIDAMENTO	
		IMOBILIÁRIO	CARTÃO CRÉDITO	BANCÁRIOS	DÍVIDAS		
FAIXA ETÁRIA	30 a 39 anos	-0.0181***	0.0006	0.0026***	-0.0026***	-0.0149***	0.0008***
	40 a 49 anos	-0.0202***	0.0003	-0.0013*	-0.0121***	-0.0151***	-0.0001
	50 a 59 anos	-0.0297***	-0.0141***	-0.0057***	-0.0039***	-0.0221***	-0.0001
	Acima de 59 anos	-0.0527***	-0.0037***	0.0089***	-0.0100***	-0.0593***	0.0005***
ATIVOS FINANCEIROS	De R\$ 1 a R\$ 1.000	0.0196***	0.0048***	0.0130***	0.0104***	0.0021*	-0.0004***
	De R\$ 1.001 a R\$ 5.000	-0.0125***	0.0023***	0.0104***	-0.0018***	-0.0207***	-0.0011***
	De R\$ 5.001 a R\$ 18.000	-0.0410***	-0.0017***	0.0152***	-0.0110***	-0.0707***	-0.0001
	Acima de R\$ 18.000	-0.0269***	-0.0046***	0.0252***	-0.0195***	-0.0400***	0.0007***
ATIVOS NÃO FINANCEIROS	De R\$ 1 a R\$ 1.000	0.1020***	0.0333***	0.0059***	0.0076***	0.1054***	0.0015***
	De R\$ 1.001 a R\$ 5.000	0.1694***	0.0387***	0.0007	0.0166***	0.1658***	0.0017***
	De R\$ 5.001 a R\$ 18.000	0.1320***	0.0360***	0.0145***	0.0097***	0.1310***	0.0024***
	Acima de R\$ 18.000	0.0823***	0.0347***	0.0090***	-0.0035***	0.0909***	0.0013***
RENDA BRUTA TOTAL	De R\$ 830 a R\$ 1.245	0.0291***	0.0016***	0.0156***	0.0054***	0.0243***	-0.0016***
	De R\$ 1.245 a R\$ 2.490	0.0712***	0.0040***	0.0272***	0.0141***	0.0656***	-0.0002
	De R\$ 2.490 a R\$ 4.150	0.0905***	0.0079***	0.0485***	0.0171***	0.0834***	0.0012***
	De R\$ 4.150 a R\$ 6.225	0.1163***	0.0048***	0.0604***	0.0085***	0.1093***	0.0014***
	De R\$ 6.225 a R\$ 10.375	0.1150***	0.0033***	0.0668***	0.0107***	0.0884***	0.0001
	Acima de R\$ 10.375	0.0894***	0.0095***	0.0863***	0.0174***	0.0434***	0.0032***
ANOS DE ESCOLARIDADE	8 anos	0.0110***	0.0033***	0.0132***	-0.0028***	0.0065***	-0.0002
	De 9 a 11 anos	0.0319***	0.0059***	0.0266***	-0.0067***	0.0245***	0.0004***
	De 12 a 15 anos	0.0421***	0.0018***	0.0532***	-0.0153***	0.0151***	-0.0001
	Acima de 15 anos	0.0028	-0.0032*	-0.0229***	0.0181***	0.0034	-0.0026**
ESTADO CIVIL CASADO	0.0124***	0.0023***	0.0024***	-0.0020***	0.0097***	-0.0003***	
SEXO FEMININO	-0.0264***	0.0017***	-0.0025**	-0.0051***	-0.0215***	-0.0003	
COR OU RACA	Negra	-0.0086***	-0.0079***	0.0044***	0.0185***	-0.0243***	0.0002*
	Amarela	0.0751***	-0.0037**	0.196***	-0.0094**	0.0261***	
	Parda	0.0076***	-0.0003	-0.0025***	0.0125***	0.0031***	-0.0007***
	Indígena	-0.0619***	0.0112***	0.0240***	0.0206***	-0.0763***	
	Não identificada	-0.0438***	0.0158***	-0.0144***	-0.0373***	-0.0091	
OUTROS FAMILIARES	De 6 a 14 anos	0.0028*	-0.0039***	0.0183***	-0.0016**	-0.0040***	-0.0011***
	De 15 a 17 anos	-0.0216***	-0.0028***	0.0040***	0.0087***	-0.0262***	0.0009***
	De 18 a 21 anos	-0.0076***	-0.0102***	-0.0052***	-0.0031***	0.0015	0.0008***
ENFERMIDADE NA FAMÍLIA	0.0322***	0.0111***	-0.0042**	0.0003	0.0326***	0.0023***	
PRESENÇA DE GRAVIDEZ	0.0056***	0.0002	0.0020***	0.0035***	0.0042***	0.0005***	
PROPENSÃO AO RISCO	0.0142***	0.0010***	-0.0039***	-0.0067***	0.0206***	-0.0005***	
POSICÃO OCUPACIONAL	Empregado privado	0.0529***	0.0151***	0.0367***	-0.0277***	0.0578***	0.0022***
	Empregado público	0.0763***	0.0111***	0.0416***	-0.0076***	0.0654***	0.0022***
	Empregado doméstico	0.0490***	0.0064***	0.0294***	-0.0130***	0.0545***	0.0008**
	Empregado temporário rural	0.0640***	0.0063***	-0.0172***	0.0136***	0.0609***	-0.0038**
	Conta própria	0.0295***	0.0062***	0.0243***	-0.0081***	0.0331***	0.0024***
	Aprendiz	0.2354***	-0.0567***	0.0159***	-0.0475***	0.2444***	
APOSENTADO	-0.0107***	-0.0050***	-0.0081***	-0.0020***	-0.0088***	-0.0019***	
VARIÁÇÕES DA VARIÁVEL EM RELAÇÃO AO ENDIVIDAMENTO			POSITIVA	NEGATIVA	NÃO SIGNIFICATIVA		

Nota: *** p<0.01 (significância ao nível de 1%), ** p<0.05 (significância ao nível de 5%), * p<0.1 (significância ao nível de 10%)

Fonte: Dados retirados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF 2008-2009)

4.2.1 Análise dos efeitos marginais da propensão ao risco das pessoas de referência da família em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar

Inicialmente, foram analisados os efeitos marginais da variável propensão ao risco em relação à constituição e manutenção de endividamento familiar. A avaliação do nível de risco para melhorar a renda analisou as pessoas de referência da unidade consumidora que correm riscos em relação às pessoas que não correm riscos e as estimativas se mostraram significativas com efeitos marginais positivos nos tipos de endividamento totais, imobiliário e outras dívidas, indicando que as pessoas que estão dispostas a correr riscos para melhorar a renda podem estar mais endividadas nestes tipos de endividamentos do que as pessoas que não correm riscos, confirmando a hipótese número um e concordando com o estudo de Keen (2009), ao citar Fischer; Kent (1999), em relação às dívidas totais, que constataram que as avaliações dos bancos e das empresas em aceitar riscos de seus devedores, geram expectativas crescentes que desencadeia o crescimento em títulos de investimentos financiados, que é o fundamento tanto do *boom* como de seu colapso, caracterizando a economia da euforia, onde credores e devedores acreditam que o futuro está assegurado e, portanto, a maioria dos investimentos terá sucesso. Concorda, também, com o trabalho de Crook (2001) que constatou que as pessoas que assumem riscos para melhorar a renda familiar tendem a se relacionar de forma crescente com o endividamento imobiliário. É interessante mencionar os estudos realizados por Chawla; Uppal (2012), que argumentaram que o endividamento das pessoas ultrapassou os padrões de empréstimos assumindo riscos elevados devido aumento da taxa de juros, queda dos preços dos imóveis, interrupção de renda ou outros fatores fora do conhecimento dos tomadores e os trabalhos de Guttmann; Plihon (2008) que enfocaram o endividamento das famílias americanas e, comentando sobre as inovações financeiras, mencionaram que a securitização de empréstimos foi projetada para melhorar a gestão de riscos, no entanto, acaba estimulando os bancos a assumirem riscos, na medida em que estes riscos são transferidos para terceiros. Contudo, também incentiva o acúmulo excessivo de dívidas pelas famílias e, assim, ao incentivar a dispersão dos riscos promove a diluição da responsabilidade ao longo da cadeia de gestão de riscos, contribuindo para o agravamento de crises financeiras, tais como a fragilização das condições financeiras das famílias, que no caso americano foi intensificado pela crise do *subprime*, com repercussões globais. Estes dois trabalhos colocaram o risco como que imposto às famílias em função das alterações conjunturais e inovações financeiras. Em relação ao endividamento em prestações, os resultados deste estudo

concordam com os resultados obtidos por Crook (2001), que verificou que a aversão ao risco se relacionou de forma negativa com a demanda por dívida.

Por outro lado, observou-se efeitos marginais negativos nos tipos de endividamento com cartão de crédito, bancário e no grau de endividamento. Este resultado é confirmado pelo trabalho de Keese (2010) que concluiu que a atitude de risco não influencia significativamente nas questões subjetivas do endividamento, mas mostra-se representativa nas estruturas de covariância.

4.2.2 Análise dos efeitos marginais da condição de saúde das pessoas das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar

Avaliando a condição de saúde das pessoas das unidades consumidoras, as estimativas mostraram nível de significância em torno de 1% para os tipos de endividamento total, imobiliário, outras dívidas e grau de endividamento, com efeitos marginais positivos, indicando maior volume de endividamento familiar quando da presença de debilidades na saúde dos membros da família em relação às famílias saudáveis. Estes resultados confirmam a hipótese número dois e corroboram com os estudos de Zerrenner (2007) e Su et al. (2012) que revelaram que problemas de saúde do chefe de família são razões para o endividamento de população de baixa renda e para manutenção da dívida, embora não influencia o montante de dívida.

Não foram encontrados estudos que avaliasse a relação entre a condição de saúde e a constituição e manutenção de financiamentos imobiliários nas famílias.

Para o tipo de endividamento com cartão de crédito a avaliação da condição de saúde das pessoas de referência das unidades consumidoras revelou estimativas significantes ao nível de 5%, com efeitos marginais negativos, ou seja, a presença de debilidade na saúde de membros da família tende a levar a pessoa de referência a contrair menos dívidas com cartão de crédito do que as famílias com todas as pessoas saudáveis. Os estudos de Lee; Kwon (2002) simplesmente afirmam que a variável saúde é uma característica demográfica significativa nas atitudes dos consumidores nas práticas de uso do cartão de crédito.

A contribuição das condições de saúde das famílias no endividamento familiar evidencia que as políticas públicas não proporcionam os recursos necessários para que as famílias recebam o

devido tratamento por parte de profissionais e estruturas disponíveis pela administração pública, o que leva estas famílias a utilizarem parcelas significativas da renda para assegurarem um tratamento adequado e, como consequência, assumem dívidas.

A avaliação da saúde das pessoas da família não revelaram estimativas significantes possíveis de serem analisadas em relação aos empréstimos bancários.

4.2.3 Análise dos efeitos marginais da idade das pessoas de referência da família em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar

Analisando os efeitos da idade das pessoas de referência sobre a constituição e manutenção de dívidas nas famílias, é possível observar que todos os tipos de endividamento, com exceção do grau de endividamento, apresentaram efeitos marginais significativos e negativos, ou seja, confirma a regra geral de que o endividamento tende a diminuir com a idade e, também a hipótese número três de que a constituição e manutenção de dívidas tende a diminuir conforme o envelhecimento da pessoa de referência responsável pela família. Este fato fica mais evidente ao se observar que os efeitos marginais negativos das dívidas totais decrescem em direção às menores classes de idade, com a faixa etária acima de 59 anos apresentando efeitos marginais negativos de 5,3 pontos percentuais em relação aos mais jovens de 20 até 29 anos. Estes resultados corroboram os resultados de Zaltman e Wallendorf (1979) que concluíram que, pessoas mais velhas apresentam menor probabilidade de assumir dívidas, assim como os trabalhos desenvolvidos por Chawla; Uppal (2012) que afirmaram que, a incidência e montante de dívida foram maiores em proprietários de residência jovens, e famílias jovens com filhos e, sendo consistente com a teoria do ciclo de vida (MODIGLIANI; BRUMBERG, 1954; FRIEDMAN, 1957; BROWNING; CROSSLEY 2001), as pessoas mais jovens e pais com crianças em casa eram mais propensos a realizar dívida.

Concordam, ainda, com os estudos de Trindade (2009) que concluiu que as decisões que envolvem endividamento não são plenamente racionais, mas sofrem interferência de variáveis comportamentais, psicológicas e demográficas tais como a idade. Também confirmam os trabalhos de Livingstone; Lunt (1992) que constataram que a idade foi o fator sócio-econômico que maior papel desempenhou no endividamento e pagamento da dívida, em relação a outros fatores, demonstrando que as famílias mais jovens eram mais propensas a

estarem endividadas do que as outras famílias e de Jappelli (1990) que mostra que as características demográficas, como idade, são altamente significativas.

Além desses estudos, as variações negativas do endividamento familiar total confirmam o que Yilmazer; DeVaney (2005) verificaram, ou seja, que a idade é um determinante significativo tanto para manter como para o montante da dívida das famílias, tendo constatado que tanto os tipos como os montantes de dívida das famílias diminuem com a idade. Eles destacaram que para os decisores políticos, a questão é como esses desenvolvimentos afetarão economias pessoais e agregados, e a manutenção das dívidas em longo prazo, afirmando que a compreensão dos determinantes da dívida ao longo do ciclo de vida é importante para o bem-estar familiar, uma vez que pode afetar a quantidade de poupança das famílias e da riqueza na aposentadoria. Os autores concluíram, que os tipos e a quantidade de dívida que as famílias têm pode afetar decisões importantes que elas fazem, ou seja, se as famílias não têm sido capazes de reduzir a sua dívida em relação aos ativos na meia-idade, isto pode afetar a idade em que os seus responsáveis optam por se aposentar, sua contribuição para as despesas de educação dos seus filhos e, talvez, o tipo de faculdade que os seus filhos frequentarão.

É importante mencionar outros autores que relacionam as dívidas familiares totais com a idade, tais como Ponchio (2006) que verificou que variáveis financeiras e comportamentais explicaram o endividamento de consumidores de baixa renda da cidade de São Paulo, particularmente nos mais jovens e nos adultos alfabetizados mais tarde. Os estudos de Keese (2010), em relação a idade dos respondentes, revelou que os mais jovens (menos de 30 anos) tendem a perceber o peso da dívida significativamente mais baixo, enquanto que os chefes de família com idade superior aos 45 anos são mais propensos a encargos maiores. Já Matos; Bonfanti (2008) evidenciaram que o comportamento materialista apareceu como o fator de maior influência no comportamento compulsivo de compra dos jovens. Também o estudo da evolução das dívidas ao longo do ciclo de vida familiar, formulado por Cox; Jappelli (1993), revelou que a dívida aumenta até a idade do chefe de família chegar a meados dos 30 anos, e depois declina e que a distância entre dívida desejada e dívida real é maior para as famílias mais jovens, o que indica que eles mais se beneficiam da flexibilização das restrições de liquidez e que a probabilidade de estar com crédito restrito cai com a idade. Neste sentido, La Cava; Simon (2003) verificaram que a probabilidade de uma família apresentar restrições é significativamente afetada por variáveis demográficas e econômicas, tais como idade e, além disso, descobriram que grande parte do aumento da dívida familiar parece ter sido devido a famílias sem restrição ter assumido mais dívida, indicando mais o resultado de escolha

voluntária da família do que a preocupação por aumento de dificuldades financeiras da família. Já Brown; Taylor (2008) sugeriram que as famílias mais jovens são mais vulneráveis às mudanças na sua situação financeira, devido possuírem patrimônio líquido negativo. Por outro lado, os estudos de Su et al.. (2012) colocaram que a idade do responsável pela família não influencia na formação de dívida, mas condicionada à manutenção está o montante da dívida, estando de acordo com a suavização da dívida sobre o ciclo de vida.

Especificamente em relação ao endividamento imobiliário, os resultados concordam com os estudos de Crook (2001) que descobriu que a presença de responsáveis pela família com mais de 55 anos indicou redução de dívidas imobiliárias.

De forma geral, os trabalhos de Garman; Fogue (2012), constataram que a formação de dívida hipotecária para aquisição de imóveis, com prazos de até 30 anos, ocorre ao longo da vida dos consumidores e, que diferentes tipos de dívida estão associados com diferentes estágios do ciclo de vida das famílias.

Os resultados encontrados corroboram, em parte, os estudos de Bertaut; Haliassos (2005) que constataram o aumento das dívidas com cartão de crédito entre os responsáveis de famílias com idade menor que 35 e maior que 65 anos, enquanto que no presente estudo verificou-se que ocorrem aumentos de dívidas com cartão nas faixas etárias de 30 a 39 anos e acima de 59 anos. Lo; Harvey (2011) argumentaram que o dramático crescimento do uso do cartão de crédito entre jovens adultos e adolescentes provavelmente contribuíram para a dívida.

Vale destacar que, enquanto os estudos de Lee; Kwon (2002) identificaram características demográficas e socioeconômicas como aspectos significantes nas atitudes dos consumidores nas práticas de uso do cartão de crédito, Wang; Wei Lu; Malhotra (2011), revelaram que as variáveis demográficas e as características de cartão de crédito tinham limitado poder explicativo em relação à constituição e manutenção de dívidas familiares.

Os empréstimos bancários são apontados por Marmon (2003) apud Yilmazer; DeVaney (2005) como consequência de créditos mais acessíveis e crescentes custos médicos para as famílias mais velhas de hoje manterem elevados níveis de dívida. Neste sentido, nos resultados desta tese, apenas quatro valores indicaram variações significativas positivas nos tipos de endividamento com cartão de crédito e no grau de endividamento com idade de 30 a 39 e acima de 59 anos e outros quatro valores não apresentaram-se significantes nos tipos de endividamento imobiliário na idade de 30 a 49 anos (duas classes) e no grau de endividamento na idade de 40 a 59 anos (duas classes). Ressalte-se que o grau de

endividamento representa a presença conjunta das dívidas com cartão de crédito, empréstimos bancários e outras dívidas nas famílias.

Para o grau de endividamento das famílias, contrariamente ao endividamento total, não foram encontrados estudos confirmatórios dos resultados encontrados nesta tese.

4.2.4 Análise dos efeitos marginais da posse de riqueza pelas famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar

Analisando os efeitos marginais das dívidas diante de investimentos em ativos financeiros, observa-se que as famílias com montantes destes investimentos até R\$ 1.000,00 podem ter mais dívidas em relação às famílias que não possuem ativos financeiros, em todos os tipos de endividamento exceto no grau de investimento, confirmando a hipótese número quatro de que a constituição e manutenção de dívidas é maior nas famílias que possuem maiores investimentos financeiros. As variações positivas também foram verificadas na classe de investimentos financeiros de R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00 para os tipos de endividamentos imobiliário e com cartão de crédito. No caso específico das dívidas com cartão de crédito foram observadas variações positivas em todas as classes de investimentos financeiros e, também, na classe de ativos superiores a R\$ 18.000,00 na avaliação do grau de endividamento familiar. Estes resultados confirmam a hipótese quatro.

Com relação aos ativos não financeiros que representam garantias reais no endividamento familiar, constatou-se que todas as classes de investimentos apresentaram pontos percentuais superiores em relação às famílias que não possuem estes investimentos. Os efeitos marginais positivos em praticamente todas as classes de posse de riqueza não financeira pelas famílias confirma a hipótese número cinco.

Os resultados a respeito dos ativos não financeiros corroboram os estudos de Moura (2005) que formulou uma escala para grupos brasileiros de baixa renda com relação à atitude para o endividamento, e dentre as dimensões consideradas verificou que os impactos sobre a moral na sociedade incluindo patrimônio, influenciam na direção do endividamento, ou seja, tomando o patrimônio das pessoas como a sua riqueza, as dívidas são constituídas para a obtenção de bens imóveis com a finalidade de proporcionar moral a estas pessoas. Nesta linha, Duca; Rosenthal (1993) desenvolveram trabalho no qual acharam que os limites da dívida são afetados por riqueza dentre outros aspectos. Da mesma forma, em estudos sobre

famílias britânicas, Cox; Whitley; Brierley (2002) verificaram que as famílias com maiores níveis absolutos de dívida tendem a ter maior riqueza líquida, assim como os resultados apontados nos estudos de Lee; DeVaney (2000).

Concordando com estes resultados e acrescentando algumas conclusões, La Cava; Simon (2003) verificaram que a probabilidade de uma família apresentar restrições é afetada pela aquisição e posse da casa própria e pela parcela de renda que vai para pagamentos de dívida habitacional. Além disso, descobriram que grande parte do aumento da dívida familiar parece ter sido devido a famílias sem restrição ter assumido mais dívida, indicando o resultado de escolha voluntária da família. Estes autores mencionaram os trabalhos de Jappelli (1990) que mostrou que as características econômicas, como a atual riqueza, são determinantes importantes para se observar se uma família está com restrições de crédito.

Os resultados desta tese também confirmam as conclusões de Yilmazer; DeVaney (2005) que verificaram que os ativos totais desempenham importante papel nas decisões tanto de manter como do volume de endividamento familiar a ser mantido. Eles acrescentaram que para os decisores políticos, a questão é como esses desenvolvimentos afetarão economias pessoais e agregados, e a manutenção das dívidas em longo prazo e concluíram indagando se as famílias não têm sido capazes de reduzir a sua dívida em relação aos ativos na meia-idade, isto pode afetar a idade em que os seus responsáveis optam por se aposentar, sua contribuição para as despesas de educação dos seus filhos e, talvez, o tipo de faculdade que os seus filhos frequentarão.

A análise desenvolvida por Teixeira (2012) considerou a mudança no padrão de distribuição de renda que levou uma parcela dos trabalhadores norte-americanos a se endividarem devido a estagnação de seus salários reais, como consequência dos ciclos dos ativos que ampliaram a capacidade de endividamento daqueles que se percebiam mais ricos. O autor expõe que esta situação originada em um contexto de finanças reguladas mudou para um novo padrão sistêmico da riqueza capitalista, que ele denomina de financeirização, surgido em ambiente democrático e chancelado por políticas públicas, que tem na produção orientada para a busca da riqueza abstrata expressa pelo dinheiro, fazendo do capitalismo uma gigantesca máquina de produzir desigualdades, embora também facilite o acesso ao crédito das classes menos favorecidas.

O crescimento da riqueza das famílias, conforme revelam vários autores, se inicia com a aquisição da casa própria. Neste sentido, Foster (2006) afirma que a maior parte do endividamento familiar americano é provocado pela residência primária, o patrimônio

principal da grande maioria das famílias, no que concordam Guttman; Plihon (2008) que, argumentando sobre as condições oferecidas pelas instituições americanas que criaram um viés em prol de níveis mais elevados de endividamento, afirmaram que foram reforçados pelo Sonho Americano que consiste em possuir a casa própria. Nesta direção, os estudos de Meng; Hoang; Siriwardana (2011) revelaram que a dívida com moradia própria representa mais da metade do total do endividamento familiar australiano. Já Crook (2001) observou que os agregados familiares com menores níveis de ativos – pode ser a primeira moradia – apresentavam maior propensão a ter restrições de crédito, que pode ser considerada uma *proxy* de endividamento. Por seu lado, Chawla; Uppal (2012), argumentaram que uma grande proporção da dívida total das famílias é mantida por pessoas que estão nas fases de acumulação do ciclo de vida e apesar do endividamento nesta fase ser esperado, podem indicar tanto a aquisição do primeiro imóvel, como o aumento da riqueza familiar.

Neste sentido, o financiamento imobiliário pode também ser utilizado com fins especulativos, conforme argumentaram em seus estudos Foster (2006); Keen (2009); Guttman; Plihon (2008); Meng; Hoang; Siriwardana (2011).

Os resultados também confirmaram o trabalho de Zerrenner (2007) que mencionou que este endividamento é explicado pelo excesso de confiança relacionado com valores, quando os indivíduos subestimam a probabilidade de ocorrência de eventos negativos que interrompam sua renda futura, tais como perda de emprego ou redução de renda, uma vez que estes valores podem indicar a presença de riqueza nas famílias. De forma geral, os estudos de Lee; Kwon (2002) e de Bertaut; Starr-MacCluer (2002) indicaram que há relacionamento entre as dívidas com cartão de crédito e a posse de riquezas pelas famílias.

Com relação aos ativos financeiros, Su et al. (2012) relacionaram estes investimentos com a presença de um chefe familiar não branco, concluindo que esta presença exerce grande influência negativa sobre a probabilidade de manter ativos financeiros e, também, que o tamanho da família pode ser fortemente correlacionado com a dívida e os ativos familiares.

Contudo, nas demais classes de posse de ativos financeiros e na classe de investimentos não financeiros acima de R\$ 18.000,00, para empréstimos bancários, foram observadas variações negativas, indicando a redução do endividamento familiar conforme os tipos verificados com estas variações, o que também se verificou, concordando com o trabalho desenvolvido sobre o endividamento imobiliário e dívidas em prestações realizado por Crook (2001) que descobriu que o patrimônio líquido se relacionou de forma negativa com a demanda por dívida, assim como os resultados verificados a respeito dos ativos não financeiros, na pesquisa de Cox;

Jappelli (1993) sobre a evolução das dívidas ao longo do ciclo de vida familiar, que concluiu que a probabilidade de estar com crédito restrito está negativamente relacionado ao patrimônio líquido, no que concordaram Brown; Taylor (2008), cujos estudos sugeriram que as famílias mais jovens e com menor renda são mais vulneráveis às mudanças na sua situação financeira, devido possuírem patrimônio líquido negativo, tendo confirmado a interdependência entre ativos e dívida através de um modelo *tobit* bivariado. Su et al.. (2012) endossaram a modelagem da dívida das famílias e ativos, ao realizarem estudo que contemplou efeitos aleatórios correlacionados que permitiu verificar a interdependência entre a realização de ativos e da dívida familiar.

Somente na classe de investimentos financeiros de R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00 para dívidas com cartão de crédito o resultado foi não significativo.

4.2.5 Análise dos efeitos marginais da renda bruta das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar

Na análise das demais variáveis explicativas do endividamento familiar, observa-se que todas as faixas de renda bruta total da unidade de consumo apresentam efeitos marginais positivos que revelam a presença de maior endividamento familiar se comparados às famílias com o menor rendimento, de até R\$ 830,00, em todos os tipos de endividamento estudado, exceto no grau de endividamento.

Esta relação entre renda e dívidas familiares corrobora os estudos de Cox; Whitley; Brierley (2002) com famílias britânicas e de Chawla; Uppal (2012) com famílias canadenses que concluíram que os maiores níveis absolutos de dívida tendem a ter a maior renda ou que a incidência e montante de dívida foi maior em proprietários de residência com elevados rendimentos familiares.

As restrições de crédito ou de liquidez, que indicam a existência de endividamentos familiar, foram relacionadas por La Cava; Simon (2003) com a renda familiar e verificaram que a probabilidade de uma família apresentar restrições é significativamente afetada por variáveis demográficas e econômicas, tais como renda familiar semanal e a proporção de rendimentos auferidos de juros e, neste aspecto, concordam com os resultados do presente estudo. Além disso, descobriram que grande parte do aumento da dívida familiar parece ter sido devido a famílias sem restrição ter assumido mais dívida, indicando mais o resultado de escolha

voluntária da família do que a preocupação por aumento de dificuldades financeiras da família. Jappelli (1990) enfatizou que as características econômicas como a renda atual são determinantes importantes para se observar se uma família está com restrições de crédito. La Cava; Simon (2003) citaram os trabalhos de Deaton (1992), Muelbauer (1994) e Attanasio (1998), que utilizaram o efeito das restrições de liquidez sobre o consumo das famílias, sustentando que o que importa é a renda vitalícia. Também mencionaram o trabalho feito por Hall (1978) que mostrou que o consumo é "excessivamente sensível" às mudanças na renda corrente de tal forma que, as famílias com restrições de crédito, procuram impacientemente antecipar renda futura.

Yilmazer; DeVaney (2005) concordaram que a renda desempenha importante papel nas decisões tanto de manter como do volume de endividamento familiar a ser mantido.

Outros estudos abordando aspectos comportamentais das famílias em relação à constituição e manutenção de dívidas também foram realizados por Katona (1975), ao apontar que o elevado desejo de consumir e a ausência de vontade para economizar são razões para o endividamento de famílias que auferem altas rendas. Nesta linha de pensamento, Ribeiro et al (2009) concluíram que algumas pessoas são pouco propensas ao endividamento e conseguem gastar menos do que ganham, economizando parte de sua renda mensal. Ainda Livingstone; Lunt (1992) realizaram estudos considerando causas comportamentais e afirmaram que envolvem muita subjetividade e incerteza e aliados com a assimetria informacional na economia, leva a equívocos decisórios visto que se alicerçam na intuição, nos valores e numa racionalidade limitada motivados por fatores como renda.

Por outro lado, diversos autores como Katona (1975); Cox; Jappelli (1993); Duca; Rosenthal (1993); Foster (2006); Ponchio (2006); Zerrenner (2007); Brown; Taylor (2008); Chawla; Uppal (2012) e Teixeira (2012) enfatizaram que as classes de renda mais baixas tendem a apresentar maiores problemas com o endividamento familiar, ou seja, as dívidas causam um peso significativamente maior nestas famílias.

Neste sentido, Katona (1975), apontou que as razões para o endividamento estão na baixa renda com a não cobertura das necessidades essenciais, enquanto que Cox; Jappelli (1993) identificaram que a probabilidade de estar com crédito restrito está negativamente relacionado aos ganhos permanentes. Foster (2006) deixou evidenciado que o aperto financeiro se assenta mais solidamente nas famílias de classe trabalhadora de rendimentos mais baixos. Já Zerrenner (2007) afirmou que falta de planejamento dos indivíduos, empréstimo do nome, má gestão orçamentária e fatores externos como queda de renda são algumas das razões para o

endividamento da população de baixa renda e, Brown; Taylor (2008) sugeriram que as famílias com menor renda são mais vulneráveis às mudanças na sua situação financeira, devido possuírem patrimônio líquido negativo. Por seu lado, Chawla; Uppal (2012), concluíram que o endividamento familiar no Canadá foi mais desigualmente distribuído na população que era considerada economicamente mais vulnerável, tais como os indivíduos independentes e inquilinos. Enquanto que Teixeira (2012) considerou que a estagnação dos salários reais dos trabalhadores norte-americanos, que não se beneficiaram do aumento da renda global, levou ao endividamento como alternativa para manter ou recompor seus hábitos de consumo.

Ainda de acordo com Teixeira (2012), é interessante mencionar o tratamento do endividamento das famílias como endividamento dos trabalhadores, uma vez que o autor procurou analisar a estagnação salarial verificada após os Anos Dourados e, concluiu que, embora o capitalismo facilite o acesso ao crédito das classes menos favorecidas, também é “uma gigantesca máquina de produzir desigualdades”.

Os resultados deste estudo também corroboram os achados de Crook (2001) com relação ao endividamento imobiliário e dívidas com cartão de crédito, que apresentou relacionamento positivo entre a renda atual e o endividamento. Já outros autores, como Guttman; Plihon (2008), Keen (2009) e Meng; Hoang; Siriwardana (2011), abordaram a renda com relação ao quanto a dívida familiar compromete os devedores, indicando o crescimento deste comprometimento, mas não estabeleceram relação entre renda e dívida familiar.

Bird; Hagstrom; Wild (1999) também concordaram com estas relações em todos os níveis de renda, porém destacaram o aumento do uso de cartões de crédito principalmente entre os mais pobres, que pareciam adquirir cartões nos períodos de expansão econômica e utilizava-os nos tempos ruins quando a renda diminuía.

Por outro lado, Kim; De Vaney (2001) descobriram que a renda se relacionava negativamente com a manutenção de dívidas em cartão de crédito, mas positivamente com o montante da dívida. Já Bertaut; Haliassos (2005) verificaram que as famílias com renda mais baixa eram menos propensas a manter saldos de dívida em cartões de crédito do que as famílias de renda mais alta, porém esta relação se inverteu e os autores constataram que o endividamento em cartões de crédito nas famílias de baixa renda era maior do que nas famílias de renda média. Indicando que é justamente nas famílias de rendimentos médios que as dívidas por cartão de crédito pesam mais nas famílias norte americanas. Foster (2006) afirmou que este tipo de dívida equivale ao segundo maior fator de endividamento destas famílias.

Em seus estudos Wang; Wei Lu; Malhotra (2011), descobriram que algumas características do cartão de crédito facilmente levavam a uma ilusão de “renda”, que facilitou o crédito ao consumo e ao comportamento da dívida do cartão. Esta ilusão pode explicar o excesso de confiança relacionado com a renda, apontado por Zerrenner (2007), que ocorre quando os indivíduos subestimam a probabilidade de ocorrência de eventos negativos que interrompam sua renda futura, tais como perda de emprego ou redução de renda. Além desses estudos, a literatura identifica as características demográficas e socioeconômicas como aspectos significantes nas atitudes dos consumidores nas práticas de uso do cartão de crédito (LEE; KWON, 2002).

Foster (2006) que constatou que o crédito a prestações e os empréstimos com parcelas e prazos fixos representaram o terceiro volume de endividamento das famílias dos Estados Unidos, com maior incidência, e de forma crescente, sobre famílias de baixos rendimentos, motivadas pela necessidade por manter os seus padrões de vida. Seguindo esta motivação, denominada como influência do comportamento materialista, Ponchio e Aranha (2008) desenvolveram uma pesquisa utilizando dados de famílias de baixa renda na cidade de São Paulo, que utilizaram algum plano de parcelamento (descrito no estudo como uso de carnês), confirmando o comportamento materialista como uma variável comportamental útil para prever a probabilidade de os indivíduos se endividarem. Também tratando do impacto do comportamento materialista no endividamento de consumidores de baixa renda, Moura (2005) encontrou que o impacto é significativo e que a vulnerabilidade das famílias de baixa renda, tem efeito expressivo na dívida para financiamento de consumo.

Os resultados do presente estudo, revelaram que duas das seis classes de renda bruta total da unidade de consumo não são significativas, enquanto que a classe de renda bruta total de R\$ 830,00 a R\$ 1.245,00 apresenta efeito marginal negativo, revelando a presença de menor endividamento familiar se comparado às famílias com o menor rendimento, de até R\$ 830,00.

4.2.6 Análise dos efeitos marginais do nível de instrução das pessoas de referência das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar

Para analisar o nível de instrução das pessoas de referência responsável pelas famílias, considerou-se a quantidade de anos de estudo em cinco classes, tomando a classe inicial de 0 a 7 anos como base do estudo. As classes de anos de escolaridade da pessoa de referência de 8

a 15 anos para os tipos de endividamento total, imobiliário, com cartão de crédito e outras dívidas apresentaram efeitos marginais positivos, assim como nas classes de escolaridade acima de 15 anos para empréstimos bancários e de 9 a 11 anos para o grau de endividamento familiar, corroborando com os estudos de Meng; Hoang; Siriwardana (2011); Chawla; Uppal (2012) que verificaram que a incidência e montante de dívida foi maior em proprietários de residência com melhor educação.

Os trabalhos realizados por Livingstone; Lunt (1992) e Yilmazer; DeVaney (2005) concordaram que a educação desempenha importante papel nas decisões tanto de manter como do volume de endividamento familiar a ser mantido.

Este resultado é parcialmente corroborado pelos estudos de Kim; DeVaney (2001) que descobriram que a educação se relacionava negativamente com a manutenção de dívidas em cartões de crédito, mas positivamente com o montante da dívida.

Outros estudos realizados indicam que há relação entre a quantidade de anos de estudo, como variável demográfica, e o endividamento com cartão de crédito, conforme Lee; Kwon (2002) e Zerrenner (2007), enquanto que Wang; Wei Lu; Malhotra (2011), verificaram que as variáveis demográficas tinham limitado poder explicativo.

Quanto menor o grau de escolaridade do indivíduo, maior é sua tendência de assumir carnês de prestações, conforme resultados obtidos nos estudos de Zaltman; Wallendorf (1979), que corroboram os resultados do presente estudo e são confirmados pelo trabalho de Lee; DeVaney (2000) que descobriram que consumidores menos instruídos realizavam maior volume desse tipo de dívida.

Com variações negativas, indicando menores níveis de endividamento, estão as três classes de escolaridade entre 8 e 15 anos para empréstimos bancários e a classe acima de 15 anos para os tipos de endividamento imobiliário com cartão de crédito e grau de endividamento das famílias. De certa forma, estes resultados não permitem constatar uma evidência clara de endividamento conforme o nível de instrução das pessoas de referência.

4.2.7 Análise dos efeitos marginais do estado civil das pessoas de referência das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar

O estado civil foi outra variável explicativa utilizada nas estimativas dos efeitos marginais, revelando que as pessoas de referência casadas apresentam variações positivas, portanto, indicando maiores níveis de endividamento para as pessoas casadas em contrair e manter dívidas dos tipos total, imobiliário, com cartão de crédito e outras dívidas constituídas e mantidas pela aquisição de bens de consumo em prestações, concordando com o trabalho de Trindade (2009) que corroborou teorias financeiras comportamentais ao demonstrar de forma quantitativa que as decisões que envolvem endividamento não são plenamente racionais mas sofrem interferência de variáveis comportamentais, psicológicas e demográficas tais como o estado civil e, também, com os estudos de La Cava; Simon (2003) e Jappelli (1990) que verificaram que a probabilidade de uma família apresentar restrições é significativamente afetada por variáveis demográficas e econômicas, tais como estado civil.

Os estudos de Crook (2001) não constataram relacionamento entre restrições de crédito e a variável estado civil, enquanto que os resultados empíricos dos estudos de Meng; Hoang; Siriwardana (2011), rejeitaram a hipótese de que as características demográficas desempenham um papel significativo no aumento da dívida imobiliária e, nesse sentido, estes autores não corroboraram os resultados do presente estudo.

Outros estudos realizados indicam que há relação entre o estado civil e o endividamento com cartão de crédito, conforme Lee; Kwon (2002) e Zerrenner (2007), enquanto que Wang; Wei Lu; Malhotra (2011), verificaram que as variáveis demográficas tinham limitado poder explicativo.

Por outro lado, as estimativas relacionadas às pessoas de referência casadas foram significativas e com efeitos marginais negativos, em relação às pessoas não casadas, indicando que os casados podem contrair e manter menores níveis de empréstimos bancários e possuir menor grau de endividamento, quando comparados com as pessoas de referência não casadas.

4.2.8 Análise dos efeitos marginais do gênero das pessoas de referência das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar

Avaliando o gênero das pessoas de referência das unidades consumidoras, verifica-se que as mulheres apresentam efeitos marginais negativos nos tipos de endividamento total, com cartão de crédito, nos empréstimos bancários e em outras dívidas, em relação aos homens, indicando que constituem e mantêm menor nível de endividamento familiar.

Os resultados encontrados não corroboram os estudos desenvolvidos por Zaltman; Wallendorf (1979) que evidenciaram que as mulheres são mais favoráveis à atitude de endividamento do que os homens ou de Ribeiro et al (2009) que asseguraram que as mulheres estão mais propensas ao endividamento, bem como os indivíduos mais religiosos. Neste sentido, Trindade et al. (2010) ressaltaram que as mulheres ao ganharem maiores espaços no mercado de trabalho e aumentarem o poder de decisão quanto ao consumo e aos gastos de bens, assumiram a decisão de se endividar, principalmente por necessidades advindas das vulnerabilidades sociais e econômicas que estão sujeitas.

Quanto à estimativa no endividamento imobiliário foi constatado efeito marginal positivo revelando que há maior constituição e manutenção de endividamento imobiliário quando as mulheres são as responsáveis pelas famílias, podendo indicar que buscam adquirir a residência que venha garantir o abrigo da família, ou ainda, que pode haver maior preocupação por parte das mulheres do que por parte dos homens com relação ao suprimento de uma habitação estável para a família, enquanto que o trabalho de Crook (2001) demonstrou que gênero não teve relacionamento significativo com dívidas imobiliárias e não se constatou relacionamento entre restrições de crédito e as variáveis sexo. Da mesma forma, o estudo de Meng; Hoang; Siriwardana (2011) proporcionaram estimativas que rejeitaram a hipótese de que as características demográficas desempenham um papel significativo no aumento da dívida imobiliária. Com isso, estes estudos não corroboram o presente trabalho.

Para o grau de endividamento, o efeito marginal obtido para o gênero das pessoas de referência das unidades consumidoras revelou-se não significativo.

Outros estudos considerando as causas comportamentais mencionam equívocos decisórios por se alicerçarem na intuição, nos valores e numa racionalidade limitada, motivados por vários fatores e, dentre eles, sexo (LIVINGSTONE; LUNT, 1992) ou que afirmam que não há relação entre endividamento e gênero das pessoas (ZERRENNER, 2007).

É importante mencionar o estudo de Trindade (2009) sobre os fatores que influenciam o endividamento a partir da relação desejo/necessidade/consumo/endividamento/inadimplência que acontece com os consumidores, centrado na identificação e análise dos fatores que afetam na propensão ao endividamento em mulheres, abordando o fator gênero no fenômeno do endividamento.

Ainda foram considerados estudos realizados indicando que há relação entre o gênero e o endividamento com cartão de crédito, conforme Lee; Kwon (2002) e Zerrenner (2007), enquanto que Wang; Wei Lu; Malhotra (2011), verificaram que as variáveis demográficas tinham limitado poder explicativo.

4.2.9 Análise dos efeitos marginais da cor ou raça das pessoas de referência das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar

Quanto à cor ou raça, a análise se referenciou à cor ou raça branca e verificou-se uma grande diversidade de resultados de efeitos marginais. A cor ou raça negra apresentou variações negativas na constituição e manutenção dos endividamentos dos tipos totais, imobiliário e outras dívidas e variações positivas no endividamento dos tipos com cartão de crédito e empréstimos bancários e no grau de endividamento familiar.

A cor ou raça amarela revelou variações negativas nos financiamentos imobiliários e nos empréstimos bancários e variações positivas nos tipos totais, com cartão de crédito e outras dívidas, não apresentando resultado no grau de endividamento. A cor ou raça parda apresentou variações negativas nas dívidas com cartão de crédito e no grau de endividamento e variações positivas nas dívidas totais, empréstimos bancários e outras dívidas, enquanto que a estimativa no financiamento imobiliário foi não significativa. A cor ou raça indígena apresentou variações negativas nas dívidas totais e outras dívidas, variações positivas no financiamento imobiliário, dívidas com cartão de crédito e empréstimos bancários e ausência de valor para o grau de endividamento. As pessoas que não forneceram identificação de cor ou raça revelaram estimativas de efeitos marginais com variações negativas nas dívidas totais, nas dívidas com cartão de crédito e nos empréstimos bancários, variação positiva no financiamento imobiliário, estimativa não significativa em outras dívidas e ausência de valor no grau de endividamento.

Como elementos relacionados ou que incluem esta característica, nessa discussão serão considerados atributos culturais, valores e etnia. Assim, em termos medianos a cor ou raça das pessoas de referência das famílias revelou relação inversa com o endividamento familiar. Porém, considerando cada grupo individualmente, os resultados revelaram que as pessoas de cor ou raça amarela e parda tendem a se relacionar diretamente com a constituição e manutenção de dívidas totais nas famílias, não concordando com o estudo de Su et al. (2012) que indicaram que um chefe familiar não branco tem um efeito inverso nas dívidas da família em termos de probabilidade de formação destas dívidas e, condicionada à manutenção da dívida, está o montante de dívida. Por outro lado, os resultados de Su et al. (2012) corroboraram as conclusões do presente estudo quanto às pessoas responsáveis pelas famílias de cor ou raça negra, indígena e que não identificaram, pois estas pessoas não brancas se relacionam inversamente com a constituição e manutenção de dívidas nas famílias.

A origem étnica é apontada por Duca; Rosenthal (1993) e Livingstone; Lunt (1992) como um dos fatores relacionados ao endividamento das famílias. Extrapolando o conceito, Moura (2005) analisou os impactos sobre a moral na sociedade incluindo valores e crenças que influenciam estas pessoas na direção do endividamento à medida que leva as pessoas, a preferir no tempo, os planos de consumo e o seu grau de auto-controle, individual ou familiar, para manter o orçamento sob controle no processo de endividamento das famílias brasileiras. Ainda ampliando a abordagem, o elemento da cultura de diferentes nacionalidade foi estudado por Guttman e Plihon (2008), ao questionarem a razão de as famílias americanas assumirem níveis significativamente mais altos de endividamento em relação a França, Alemanha ou Japão. Neste entendimento, os autores compreenderam que a mentalidade de enriquecimento rápido, fortemente arraigada, timidamente contida pela religião organizada e/ou pelas tradições anticapitalistas encontradas, são as principais explicações para essas diferenças e Zerrenner (2007) afirma que há relação positiva entre o pensamento do endividado no momento de tomar o crédito e as razões dos problemas com dívida no futuro. Já Silva (2011) investigou a contribuição de variáveis e escalas psicológicas, apresentadas pela Psicologia Econômica, para prever o risco do crédito de pessoas físicas mostrando que as dimensões negativas relacionadas ao dinheiro estão associadas a indivíduos com problemas com dívidas, assim como pessoas com altos escores na escala de auto-eficácia, que indicaram maior grau de otimismo e excesso de confiança e, também, pessoas com problemas de autocontrole por beberem ou fumarem demasiadamente.

O trabalho de Crook (2001) indicou ausência de relacionamento significativo. Por outro lado, este autor encontrou estimativas nas quais os agregados familiares afro-americanos apresentavam maior propensão a ter restrições de crédito e, se considerar estas restrições como a presença de dívidas, não corrobora a estimativa relacionada à cor ou raça negra que indica relação negativa com o endividamento, ou seja, as pessoas desta cor ou raça, como os afro-americanos, tendem a apresentar menos dívidas imobiliárias, de acordo com as estimativas do presente trabalho. Também os resultados das estimativas da pesquisa desenvolvida por Meng; Hoang; Siriwardana (2011), rejeitaram a hipótese de que as características demográficas, tais como cor ou raça, desempenham um papel significativo no aumento da dívida imobiliária.

4.2.10 Análise dos efeitos marginais da presença de crianças, adolescentes e jovens ou de gravidez nas famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar

A presença de crianças e de gravidez nas famílias foram duas variáveis utilizadas para abordar características dessas famílias e, então, relacionar com o endividamento familiar. Assim, a análise desenvolvida considerou a presença de crianças até 5 anos, crianças e pré-adolescentes de 6 a 14 anos, adolescentes de 15 a 17 anos e jovens de 18 a 21 anos nas unidades familiares e, tomando por referência a presença de crianças até 5 anos, as estimativas da presença de pré-adolescentes apresentou efeitos marginais indicando que a presença de filhos entre 6 e 14 anos na família podem proporcionar maiores níveis de endividamentos dos tipos total e com cartão de crédito se comparado com famílias com a presença de crianças de até 5 anos. Variações negativas foram observadas em todos os demais tipos de endividamento. Quando da presença de adolescentes, as estimativas apresentaram variações que indicaram aumento de dívidas com cartão de crédito, empréstimos bancários e grau de endividamento familiar e redução nas dívidas totais, financiamento imobiliário e outras dívidas. A presença de jovens indicou variação positiva somente para o grau de endividamento, variações negativas nas dívidas totais, financiamento imobiliário, dívidas com cartão de crédito e empréstimos bancários e estimativa não significativa para outras dívidas.

A presença de gravidez revela aumento do endividamento em todos os tipos de dívidas, com exceção do financiamento imobiliário que, apesar de indicar aumento do endividamento, apresentou resultado não significativo.

O trabalho de Chawla; Uppal (2012) corroboram os resultados sobre a presença de filhos, uma vez que afirmaram que a incidência e montante de dívida foi maior em proprietários de residência com filhos e metade das dívidas foram tomadas por casais com crianças e, ainda, que a dívida foi mais igualmente distribuída entre os casais com crianças. Finalizando, eles alegaram que pais com crianças em casa eram mais propensos a realizar dívida. Vale acrescentar que ao mencionarem a respeito da presença de crianças, pode-se inferir que a presença de gravidez na família, indicando a provável chegada de crianças, os autores concordam com os resultados deste estudo sobre a formação de dívidas diante da presença de gravidez.

Jappelli (1990) mostrou que as características demográficas como tipo de família são altamente significativas e, Su et al. (2012) incorporaram a modelagem conjunta do tamanho da família na estrutura para permitir o fato de que a dívida e informações de ativos são recolhidas a nível familiar e, portanto, o tamanho da família pode ser fortemente correlacionado com a dívida e os ativos familiares.

Os resultados do presente estudo concordam com o estudo de Crook (2001) que revelou que o tamanho da família teve relação positiva com os financiamentos imobiliários, dívidas com cartão de crédito. Contudo, discordam do estudo de Meng; Hoang; Siriwardana (2011) que rejeitaram a hipótese de que as características demográficas, tal como a presença de crianças e de gravidez, desempenham um papel significativo no aumento da dívida imobiliária.

Ainda com relação à formação e manutenção de dívidas com cartão de crédito, os trabalhos de Castronova; Hagstrom (2004) constataram que famílias maiores parecem induzir mais empréstimos e os estudos realizados por Lee; Kwon (2002) e Zerrenner (2007) indicaram que há relação entre a presença de crianças e/ou de gravidez, como variável demográfica, e o endividamento com cartão de crédito e, por outro lado, Wang; Wei Lu; Malhotra (2011), afirmaram que as variáveis demográficas tinham limitado poder explicativo.

Já os estudos de Lee; DeVaney (2000) verificaram que o tamanho da família não influencia no valor das parcelas do empréstimo. A presença de gravidez nas famílias se relaciona de forma positiva com a formação de dívidas parceladas.

Não se constataram estudos que relacionassem as demais variáveis explicativas do presente estudo ao endividamento motivado por empréstimos bancários. As demais variáveis explicativas utilizadas neste estudo não foram encontradas em outros estudos a respeito da constituição e manutenção de dívidas parceladas pelas famílias.

4.2.11 Análise dos efeitos marginais da posição ocupacional ou de aposentado das pessoas de referência das famílias em relação à constituição e manutenção do endividamento familiar

A posição ocupacional de empregado foi avaliada em relação às pessoas que estavam ocupadas em atividades profissionais como empregadoras e verificou-se que as estimativas apresentaram-se significativas e efeitos marginais indicando que os empregadores contraem e mantêm menores níveis de endividamento de todos os tipos, exceto os empréstimos bancários que revelaram menores níveis de endividamento para as ocupações de empregado público, privado, doméstico, por conta própria e aprendiz. Também apresentando menores níveis de alguns tipos de endividamento como o financiamento imobiliário para o aprendiz, as dívidas com cartão de crédito e o grau de endividamento para o empregado temporário rural.

Por fim foi analisada a condição de receber aposentadoria em relação a condição de não receber aposentadoria, tendo se verificado estimativas significativas com efeitos marginais negativos, revelando que as famílias com pessoas de referência aposentadas estão menos propensas a contrair e manter qualquer tipo de dívidas do que as famílias com pessoas de referência não aposentadas. Estes resultados também permitem verificar que as pessoas com mais idade – no caso dos aposentados – apresentam menores níveis de endividamento familiar.

Enquanto todas as ocupações se relacionam diretamente com a situação de endividamento familiar, os aposentados tendem a diminuir ou mesmo não apresentar dívidas na família, conforme os resultados deste estudo. Como alternativa próxima a estas situações, Kösters; Paul; Stein (2004) demonstraram que o desemprego é o principal fator em países como França, Alemanha e Bélgica, motivador do endividamento, enquanto que na Áustria é a má gestão financeira, não permitindo estabelecer comparação entre os estudos deste trabalho e estas conclusões.

A variável posição ocupacional indicou que se relaciona positivamente com o endividamento com cartões de crédito, no que corrobora o estudo de Foster (2006) que afirmou que as dívidas por cartão de crédito incidem mais pesadamente nas classes trabalhadoras. Já a condição de aposentado revelou relacionamentos negativos com as dívidas com cartão de crédito.

Os resultados deste estudo não concordam com as estimativas dos estudos de Meng; Hoang; Siriwardana (2011) que rejeitaram a hipótese de que as características demográficas desempenham um papel significativo no aumento da dívida imobiliária.

4.2.12 Outros estudos sobre a constituição e manutenção do endividamento familiar

Diversos autores realizaram estudos a respeito do endividamento familiar sem, contudo, utilizarem as variáveis explicativas empregadas nesta tese de doutorado. Dentre estes estudos estão os trabalhos sobre consumismo de Fournier; Richins (1991), Moura (2005), Ponchio (2006), Zerrenner (2007), Matos; Bonfanti (2008), Oliveira (2009), Paranaíba (2009), Trindade (2009) e Silva (2011). Muitos estudos mencionam as facilidades de crédito e as inovações financeiras como variáveis explicativas que conduzem ao endividamento das famílias, como é o caso dos trabalhos de Livingstone; Lunt (1992), Dynan; Kohn (2007), Fisher; Kent (1999), Keen (2009) citando Battelino (2007), Oliveira (2009), Lourenço (2010) e Teixeira (2012). É importante também mencionar os estudos que atribuem o endividamento à causas comportamentais como histórico familiar pró ou antidívida ou cultura de endividamento, fatores utilizados por Livingstone; Lunt (1992), Duca; Rosenthal (1993), Lea; Webley; Levine (1993), Davies; Lea (1995) e Lea; Webley; Walker (1995).

Especificamente quanto às dívidas com cartão de crédito, os trabalhos desenvolvidos por Zerrenner (2007) apontaram que este tipo de endividamento é o principal motivador do endividamento nos Estados Unidos. Já Gross; Souleles (2002) observaram que os níveis de dívida aumentam em resposta ao aumento nos limites do cartão de crédito. Também examinando dados de cartões de crédito Castronova; Hagstrom (2004) concluíram que os consumidores primeiro adquiriam os limites e, depois, escolhiam o quanto do limite seria mantido em aberto e, além disso, os autores verificaram que o endividamento nos cartões de crédito foi para suprir necessidades de pequenas empresas e não para o consumo doméstico. Por fim, Hayhoe; Leach; Turner (1999) e Bernthal; Crockett; Rose (2005) afirmaram que o

cartão de crédito tornou-se uma ferramenta de pagamento vital para os consumidores de todo o mundo.

O Quadro 1 a seguir, representa um esforço de sintetizar as variações verificadas nos resultados das estimativas das variáveis explicativas e os autores que estudaram algumas das variáveis do presente estudo. Assim, o quadro apresenta as variações esperadas nos tipos de endividamento das famílias conforme o efeito marginal obtido. Para as variáveis explicativas com mais de uma classe, foi obtida uma única variação a partir da constatação da incidência de variações significativas positivas e negativas, ou seja, a maior quantidade de variações foi utilizada no quadro.

Quadro 1 - Variações esperadas e estudos relacionados com cada tipo de endividamento para cada variável explicativa

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	ENDIVIDAMENTO TOTAL		FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO		DÍVIDAS COM CARTÃO DE CRÉDITO		EMPRESTIMOS BANCÁRIOS		OUTRAS DÍVIDAS		GRAU DE ENDIVIDAMENTO	
	VARIÁÇÕES ESPERADAS		VARIÁÇÕES ESPERADAS		VARIÁÇÕES ESPERADAS		VARIÁÇÕES ESPERADAS		VARIÁÇÕES ESPERADAS		VARIÁÇÕES ESPERADAS	
	Corroboram	Não corroboram	Corroboram	Não corroboram	Corroboram	Não corroboram	Corroboram	Não corroboram	Corroboram	Não corroboram	Corroboram	Não corroboram
IDADE	NEGATIVA		NEGATIVA		POSITIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		POSITIVA	
	Zaltman e Wallendorf (1979) Chawla; Uppal (2012) Livingstone; Lunt (1992) Trindade (2009), Jappelli (1990) Yilmazer; De Vaney (2005) Keese (2010), Cox, Jappelli (1993)		Chawla; Uppal (2012) Crook (2001) Garman; Forgue (2003)	Meng; Hoang; Sirwardana (2011)	Bertaut; Halassos (2005) Chawla; Uppal (2012) Lo; Harvey (2011) Crook (2001) Garman; Forgue (2003) Lee; Kwon (2002)	Malhotra; Lu; Wang (2011)	Chawla; Uppal (2012) Marron (2003)		Lee; De Vaney (2000) Crook (2001) Chawla; Uppal (2012) Garman; Forgue (2003)			Zaltman e Wallendorf (1979) Chawla; Uppal (2012) Livingstone; Lunt (1992) Trindade (2009), Jappelli (1990) Yilmazer; De Vaney (2005) Keese (2010), Cox, Jappelli (1993)
ATIVOS FINANCEIROS	NEGATIVA		POSITIVA		POSITIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA	
ATIVOS NÃO FINANCEIROS	POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA	
	Moura (2005), Cox et al. (2002) Duca; Rosenthal (1993) La Cava; Simon (2003) Yilmazer; De Vaney (2005)	Cox, Jappelli (1993) Brown; Taylor (2008) Su et al. (2012)	Foster (2006) Guttman e Pihon (2008) Meng; Hoang; Sirwardana (2011) Chawla; Uppal (2012)	Crook (2001)	Zerrenner (2007) Lee; Kwon (2002) Bertaut; Starr-MacCuer (2002)				Crook (2001) Lee; De Vaney (2000)		Moura (2005), Cox et al. (2002) Duca; Rosenthal (1993) La Cava; Simon (2003) Yilmazer; De Vaney (2005)	Cox, Jappelli (1993) Brown; Taylor (2008) Su et al. (2012)
RENDA BRUTA TOTAL	POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA	
	Katona (1975), Cox et al. (2002) Chawla; Uppal (2012) La Cava; Simon (2003) Yilmazer; De Vaney (2005)		Chawla; Uppal (2012) Crook (2001)		Crook (2001) Bird et al. (1999) Kim; De Vaney (2001) Bertaut; Halassos (2005) Lee; Kwon, 2002	Kim; De Vaney (2001)				Foster (2006)	Katona (1975), Cox et al. (2002) Chawla; Uppal (2012) La Cava; Simon (2003) Yilmazer; De Vaney (2005)	
ANOS DE ESTUDO	POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA	
	Chawla; Uppal (2012)			Meng; Hoang; Sirwardana (2011)	Kim; De Vaney (2001) Lee; Kwon (2002) Zerrenner (2007)	Malhotra; Lu; Wang (2011)			Zaltman e Wallendorf (1979) Lee; De Vaney (2000)			Chawla; Uppal (2012)
ESTADO CIVIL CASADO	POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		NEGATIVA		POSITIVA		NEGATIVA	
	Trindade (2009), Jappelli (1990) La Cava; Simon (2003)			Crook (2001) Meng; Hoang; Sirwardana (2011)	Lee; Kwon (2002) Zerrenner (2007)	Malhotra; Lu; Wang (2011)					Trindade (2009), Jappelli (1990) La Cava; Simon (2003)	
SEXO FEMININO	NEGATIVA		POSITIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA	
		Zaltman e Wallendorf (1979) Ribeiro et al (2009) Trindade et al. (2010)		Crook (2001) Meng; Hoang; Sirwardana (2011)	Lee; Kwon (2002) Zerrenner (2007)	Malhotra; Lu; Wang (2011)						Zaltman e Wallendorf (1979) Ribeiro et al (2009) Trindade et al. (2010)
COR OU RAÇA	NEGATIVA		POSITIVA		POSITIVA NEGATIVA		POSITIVA NEGATIVA		POSITIVA NEGATIVA		NEGATIVA	
	Moura (2005), Su et al. (2012) Duca; Rosenthal (1993) Livingstone; Lunt (1992) Guttman e Pihon (2008) Zerrenner (2007)	Su et al. (2012)		Crook (2001) Meng; Hoang; Sirwardana (2011)							Moura (2005), Su et al. (2012) Duca; Rosenthal (1993) Livingstone; Lunt (1992) Guttman e Pihon (2008) Zerrenner (2007)	Su et al. (2012)
PRESEÇA DE CRIANÇAS	POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		NEGATIVA	
PRESEÇA DE GRAVIDEZ	POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA	
	Chawla; Uppal (2012) Su et al. (2012)		Chawla; Uppal (2012) Crook (2001)	Meng; Hoang; Sirwardana (2011)	Crook (2001) Castronova; Hagstrom (2004) Chawla; Uppal (2012) Lee; Kwon (2002) Zerrenner (2007)	Malhotra; Lu; Wang (2011)	Chawla; Uppal (2012)		Chawla; Uppal (2012) Lee; De Vaney (2000)		Chawla; Uppal (2012) Su et al. (2012)	
DEBILIDADE NA SAÚDE	POSITIVA		POSITIVA		NEGATIVA				POSITIVA		POSITIVA	
	Zerrenner (2007) e Su et al. (2012)				Lee; Kwon (2002)						Zerrenner (2007) e Su et al. (2012)	
CORRER RISCOS	POSITIVA		POSITIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		POSITIVA		NEGATIVA	
		Keese (2010)	Crook (2001)						Crook (2001)		Keese (2010)	
POSIÇÃO OCUPACIONAL	POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		NEGATIVA		POSITIVA		POSITIVA	
APOSENTADO	NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA	
				Meng; Hoang; Sirwardana (2011)	Foster (2006)							

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações obtidas dos dados retirados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF 2008-2009)

4.3 A INADIMPLÊNCIA NAS FINANÇAS DAS FAMÍLIAS

O consumo das famílias é importante para a economia uma vez que representa perto de 60% do PIB sendo, portanto, fundamental para a estabilidade da economia brasileira. Quando o consumo é impulsionado pelo crédito facilitado pode levar ao aumento da inadimplência das famílias, e estas tendem a demonstrar poder financeiro que precisa ser mantido a fim de evitar maiores preocupações sobre sua possível fragilidade financeira, uma vez que a estabilidade do sistema financeiro possui forte relação com a condição financeira do agregado familiar, porque na maioria dos casos, apesar da existência de garantias e proteção legal do credor, a falência pessoal é onerosa para os credores.

Contudo, o avanço tecnológico do sistema financeiro e as alterações normativas e institucionais contribuíram para a elevação do endividamento da sociedade e trouxe, como consequência, a necessária racionalização de créditos por parte dos agentes financeiros, uma vez que o risco aumentou.

O comprometimento da renda por parte das famílias brasileiras com dívidas contraídas tem crescido desde o início do século 21 e a inadimplência média anual do consumidor ultrapassou o nível 100, estabelecido como base pela média de 2009, ao final da década 2000, conforme aponta a Evolução do Indicador Serasa Experian, divulgado recentemente. O indicador mostra que até o início dos anos 2000, o índice estava posicionado de forma crescente, porém abaixo do nível 60, tendo evoluído ao longo da primeira década até ultrapassar o nível 100 ao seu final e, em maio de 2012 ultrapassou os 150 pontos, tendo se mantido neste patamar até maio de 2013, quando apresentou tendência decrescente, chegando em setembro a 132,9 pontos, ainda bastante elevado (SERASA EXPERIAN, 2013).

De acordo com os dados da Serasa Experian, o maior volume de inadimplência do consumidor se verifica com as anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras, ou seja, as dívidas que tendem a apresentar maiores encargos financeiros, com índice superior a 200 desde março de 2012 e se mantido de forma consistente, ultrapassando os 250 pontos e recuando para pouco menos de 200 pontos em setembro de 2013. Em seguida, surgem as dívidas em atraso junto aos bancos em torno de 125 pontos e, depois, protestos e cheques devolvidos pela segunda vez por insuficiência de fundos abaixo de 100 pontos no índice.

De acordo com o Banco Central, o comprometimento de renda dos brasileiros com o pagamento de dívidas bancárias se posicionou próximo de 22% no ano de 2012 e início de 2013, enquanto que o nível de endividamento do brasileiro, medido pela relação do valor total dos débitos dividido pela renda anual, é superior a 40%, tendo atingido o recorde da série iniciada em janeiro de 2005, no mês de abril de 2013 (BACEN, 2014). Esta tendência de crescimento do comprometimento da renda revela que a capacidade para enfrentar os compromissos de pagamentos tem declinado apesar da redução das taxas de juros. Isto pode indicar que a redução da carga dos juros não tem sido aproveitada pelas famílias brasileiras. Outra possível explicação é que o endividamento das famílias tem acontecido com a utilização de créditos mais onerosos, tais como o limite da conta corrente e os cartões de crédito.

Uma explicação para o excesso de dívidas das famílias brasileiras está na ampliação do nível de consumo decorrente da política de distribuição de renda adotada pelos últimos governos dentro de propósitos de inclusão e ascensão social que disponibilizaram recursos na forma de transferências públicas e/ou de facilidades de captação de crédito para as famílias. O consumo doméstico foi utilizado como política de crescimento e sustentação da economia nacional, porém como o incentivo ao consumo foi movido por liberação ampla de crédito, as famílias têm sido conduzidas a uma condição de inadimplência em suas contas a pagar, sem precedentes na história do país, causando o esgotamento deste modelo de crescimento uma vez que as famílias passaram a comprometer parte substancial de sua renda para o pagamento dos empréstimos e financiamentos tomados. Com isso, muitas famílias passaram a atrasar pagamentos não somente de prestações para aquisição de imóveis e outros bens de consumo duráveis, mas também deixaram de liquidar dívidas contraídas com a utilização de cartão de crédito na aquisição de produtos de necessidade básica.

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada em outubro de 2013 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, o percentual de famílias que relataram ter dívidas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro alcançou 62,1% em outubro de 2013, avançando em relação aos 61,4% observados em setembro, como também em relação aos 59,2% de outubro de 2012. O percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso seguiu a mesma tendência, aumentando em ambas as bases de comparação: o percentual de famílias inadimplentes alcançou 21,6% em outubro de 2013, ante 20,6% em setembro de 2013 e 20,5% em outubro de 2012. Já o percentual de famílias

que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que, portanto, permaneceriam inadimplentes, também apresentou crescimento nas comparações mensal e anual, alcançando 7,3% em outubro de 2013 (CNC, 2013).

As aquisições tem ocorrido com o uso de limites de cheque especial ou cartão de crédito para compra de alimentos ou remédios, porque o cartão de crédito oferece maior liberdade, sem necessidade de dar satisfação a ninguém e é muito mais simples de utilizar do que solicitar um empréstimo consignado, por exemplo. Além disso, o empréstimo consignado é limitado em 30% da renda, enquanto que o cartão de crédito chega a mais de 100% da renda e a pessoa que possui vários cartões chega a alcançar 500% ou mais de sua renda mensal.

O incentivo governamental ao consumo por parte das famílias, diante da necessidade de minimizar os impactos da crise financeira global, associado à necessidade de se manter algum crescimento econômico e as facilidades de crédito, além da desregulamentação dos mercados financeiros ocorrida a partir da segunda metade da década de 1990, aliado ao crescente incremento tecnológico, proporcionou menores custos de transação, que viabilizou o acesso ao crédito para famílias de um modo mais generalizado e, com isso, também contribuiu na obtenção de economia de escala por parte das instituições financeiras, estabelecendo o cenário favorável para o processo de endividamento familiar de boa parte da população brasileira que, também, passou a experimentar a restauração do poder aquisitivo de seus rendimentos com consequente superação de demanda reprimida e movimento de ascensão social, através de incentivos estruturais como a instituição do crédito consignado, a política de valorização do salário mínimo e a proliferação de programas públicos de transferência de renda (LOURENÇO, 2010).

Como princípio teórico, com taxas de juros eficientes, o risco de inadimplência em relação aos ativos e rentabilidade dos bancos, motivaria uma política de empréstimos conforme sua propensão ao risco. Contudo, esta situação oscila de acordo com o ciclo econômico ou diante da presença de incentivos para a maior oferta de crédito, tais como miopia de reveses, comportamento de rebanho e outros, que podem promover uma maior oferta de crédito do banco em períodos de expansão. Estes incentivos combinados tendem a aumentar excessivamente os níveis de dívida dos mutuários, trazendo empréstimos problemáticos que, por sua vez, leva a um arrocho na disponibilidade de crédito e, então, poderá trazer impactos negativos no consumo.

Esta situação revela o comportamento cíclico do crédito, das perdas e das provisões de empréstimos bancários, inicialmente com condições de crédito bancário facilitadas devido ao

baixo nível da inadimplência ou, diante de sua ocorrência, com o aumento do valor das garantias. De qualquer maneira, isso contribui para a expansão de crédito, resultando em empréstimos de baixa qualidade que se evidenciam com a ocorrência *ex-post* da inadimplência, com defasagem de alguns anos. Com relação às provisões para perdas de crédito, como contrapartida do risco esperado, apresentam viés pró-cíclico decorrente do volume de ativos problemáticos fazendo com que os bancos incorram nesta condição que tem como consequência a instabilidade econômica originada pelas imperfeições do mercado em termos de externalidades e do risco de contágio que é sistêmico e pode provocar consideráveis custos macroeconômicos.

Bernanke; Gertler (1995) argumentaram que a fragilidade das famílias desempenha importante papel no mecanismo de transmissão da política monetária via crédito, de tal forma que as imperfeições no mercado de crédito como assimetria de informações ou exigências contratuais imperfeitas provocam uma lacuna entre o custo de oportunidade dos recursos internos e os custos de fundos externos, cujo prêmio depende da política monetária. Se esta for restritiva eleva as taxas de juros e aumenta o prêmio de financiamento externo com consequente desestímulo do investimento e do consumo, originado na situação financeira dos mutuários e numa possível concentração na situação financeira do credor. A situação fragilizada das famílias representada pela inadimplência pode afetar e, frequentemente afeta, a política de crédito dos bancos, de tal forma que é um determinante importante do mecanismo de transmissão e é suscetível de afetar a resposta final para mudanças nas taxas de juros de intervenção.

Em um contexto de ampliação da oferta de crédito, as famílias passaram a ter menos restrições, que juntamente com a redução das taxas de juros motivada pelos bancos públicos brasileiros e seguida pelo sistema financeiro de forma abrangente, resultou em um aumento dos empréstimos às famílias brasileiras em níveis jamais alcançados.

No entanto, os estudos a respeito das dívidas familiares no Brasil são incipientes, sem tratamento metodológico mais apurado, quando comparados com trabalhos desenvolvidos em outras nações que também enfrentam a questão do endividamento das famílias, tais como Bélgica, França, Finlândia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha na zona do euro e Austrália, Canadá e outros.

Neste ambiente estão as famílias brasileiras que tiveram seu nível de consumo alavancado através da liberalização de crédito que foi tomado, em muitos casos, sem uma devida reflexão racional, provocando, conseqüentemente, o comprometimento de parcela substancial da renda

familiar, levando o orçamento doméstico para a zona de inadimplência, quando diversos compromissos deixaram de ser honrados no vencimento. Esta situação de inadimplência refletida nos atrasos de pagamentos de aluguel ou prestação da residência, de despesas com água, eletricidade e gás e de prestação de bens ou serviços adquiridos, conforme constam de respostas de responsáveis por famílias brasileiras, entrevistados na Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com base nos anos de 2008 e 2009, será investigada neste trabalho que buscará conhecer as explicações e as características familiares que levaram e se relacionam com a condição de inadimplência. Os atrasos assumidos pelas famílias refletem em restrições de crédito, constituindo-se em uma boa *proxy* para fragilidade financeira do agregado familiar. Com esta consideração, a análise empírica do comportamento de inadimplência nos vários pagamentos das famílias permitirá entender as condições econômicas e demográficas que caracterizam as famílias que aumentaram seu endividamento até a situação de inadimplência.

No presente estudo, tendo por base a Pesquisa do Orçamento Familiar – POF 2008-2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foram tomadas as informações fornecidas pelos entrevistados quanto à condição de atraso no pagamento de alguns compromissos. Preliminarmente, constatou-se que o atraso no pagamento de despesas com água, eletricidade e gás é o maior com 37,32% de famílias nesta condição, vindo a seguir o atraso com prestações de bens ou serviços adquiridos com 28,80% e, somente, 5,17% responderam que apresentam atraso de aluguel ou prestação da residência. Ressalte-se que a condição de aluguel ou prestação de residência não se aplica a 75,73% das famílias entrevistadas, enquanto que os atrasos com os dois outros conjuntos de despesas não se aplica a menos de 7%, ou seja, estas despesas são comuns entre as famílias, enquanto que a condição de aluguel ou prestação de residência se verifica em menos de 25% das famílias brasileiras.

A condição de inadimplência foi analisada em relação a variáveis explicativas econômicas e demográficas a partir da informação das pessoas de referência responsáveis pelas unidades consumidoras familiares sobre estarem em atraso nos pagamentos de aluguel ou prestação de residência, despesas de água, eletricidade e gás e quanto a prestações de bens adquiridos. A inadimplência geral ocorre quando as pessoas apresentam atrasos em todos os compromissos mencionados acima.

A Tabela 5 apresenta os efeitos marginais da condição de inadimplência em cada uma das situações de atraso descritas acima em relação à propensão ao risco da pessoa de referência da família, à condição de saúde das pessoas da família, à idade da pessoa de referência

responsável pela unidade de consumo familiar, em relação à posse de ativos financeiros e não financeiros pelas famílias e, também, em relação a outras variáveis demográficas e econômicas.

As hipóteses a respeito do efeito da propensão ao risco, da condição de saúde, da idade e de ativos financeiros e não financeiros em relação a condição de inadimplência nos pagamentos dos diversos compromissos assumidos pelas famílias, inclusive na inadimplência geral são analisados procurando oferecer maior poder explicativo da condição de inadimplência das famílias brasileiras.

Nesta seção serão analisados os efeitos marginais da condição de inadimplência nas famílias, assim entendida como os atrasos nos pagamentos de gastos com aluguel, prestação de casa, despesas de água, eletricidade e gás, e prestações de bens adquiridos, em conjunto e isoladamente, pela família, cujos resultados estimados estão na Tabela 5.

Os estudos a respeito do sobre endividamento ou inadimplência das famílias são poucos, uma vez que o tratamento nos trabalhos aborda a constituição e manutenção de dívidas e, portanto, não concedem atenção a esta situação extrema. Mesmo assim, as análises que se seguem procuram proporcionar um comparativo entre os resultados obtidos neste trabalho e as pesquisas pertinentes que apresentaram relacionamentos ou consideraram as variáveis explicativas utilizadas neste estudo.

VARIÁVEIS		INADIMPLÊNCIA GERAL	ATRASOS COM ALUGUEL E PRESTAÇÃO DE RESIDÊNCIA	ATRASOS COM DESPESAS DE ÁGUA, ELETRICIDADE E GÁS	ATRASOS COM PRESTAÇÃO DE BENS ADQUIRIDOS
FAIXA ETÁRIA	30 a 39 anos	0.0030***	0.0003	0.0054***	0.0055***
	40 a 49 anos	-0.0050***	-0.0021**	-0.0006	-0.0069***
	50 a 59 anos	-0.0059***	-0.0096***	-0.0231***	-0.0141***
	Acima de 59 anos	-0.0216***	-0.0395***	-0.0607***	-0.0412***
ATIVOS FINANCEIROS	De R\$ 1 a R\$ 1.000	0.0014***	-0.0042***	0.0103***	0.0043***
	De R\$ 1.001 a R\$ 5.000	0.0015***	0.0046***	0.0151***	0.0074***
	De R\$ 5.001 a R\$ 18.000	-0.0047***	-0.0168***	-0.0023	-0.0185***
	Acima de R\$ 18.000	-0.0074***	-0.0008	-0.0108***	-0.0060***
ATIVOS NÃO FINANCEIROS	De R\$ 1 a R\$ 1.000	0.0177***	0.0274***	0.0450***	0.0290***
	De R\$ 1.001 a R\$ 5.000	0.0134***	0.0320***	0.0347***	0.0375***
	De R\$ 5.001 a R\$ 18.000	0.0052***	0.0322***	0.0323***	0.0431***
	Acima de R\$ 18.000	-0.0019**	0.0070**	0.0463***	0.0178**
RENDA BRUTA TOTAL	De R\$ 830 a R\$ 1.245	-0.0063***	-0.0057***	-0.0186***	-0.0139***
	De R\$ 1.245 a R\$ 2.490	0.0004	0.0043***	-0.0068***	-0.0004
	De R\$ 2.490 a R\$ 4.150	0.0001	0.0039***	0.0005	-0.0077***
	De R\$ 4.150 a R\$ 6.225	0.0026***	0.0133***	-0.0052***	0.0101***
	De R\$ 6.225 a R\$ 10.375	0.0009	0.0057***	-0.0033**	-0.0028*
	Acima de R\$ 10.375	-0.02870***	-0.0307***	-0.0566***	-0.0357***
ANOS DE ESCOLARIDADE	8 anos	-0.0054***	0.0104**	-0.0024*	-0.0019
	De 9 a 11 anos	0.0024***	0.0070***	0.0044***	0.0172***
	De 12 a 15 anos	0.0049***	0.0009	0.0005	0.0058***
	Acima de 15 anos	-0.0018	-0.0030	-0.0105**	0.0253***
ESTADO CIVIL CASADO		0.0058***	0.0005	-0.0032***	0.0076***
SEXO FEMININO		0.0048***	0.0015	0.0163***	0.142***
COR OU RAÇA	Negra	0.0045***	0.0055***	0.0055***	-0.0004
	Amarela	-0.0257***	0.0144***	-0.0305***	-0.1060***
	Parda	-0.0050***	-0.0074***	-0.0139***	-0.0141***
	Indígena	-0.0424***	-0.0130***	0.0506***	-0.0141***
	Não identificada	-0.0262***	-0.0149***	-0.0099*	-0.0587***
OUTROS FAMILIARES	De 6 a 14 anos	-0.0020***	-0.0155***	-0.0078***	-0.0012
	De 15 a 17 anos	-0.0115***	-0.0146***	-0.0311***	-0.0061***
	De 18 a 21 anos	-0.0002	-0.0059***	-0.0007	0.0090***
ENFERMIDADE NA FAMÍLIA		0.0322***	0.0200***	-0.0012	0.0351***
PRESENÇA DE GRAVIDEZ		-0.0038***	-0.0031***	-0.0064***	-0.0062***
PROPENSÃO AO RISCO		0.0066***	0.0105**	0.0201***	0.0127***
POSIÇÃO OCUPACIONAL	Empregado privado	0.0138***	0.0290***	0.0697***	0.0582***
	Empregado público	0.0106***	0.0223***	0.0639***	0.0392***
	Empregado doméstico	0.0156***	0.0380***	0.0548***	0.0695***
	Empregado temporário rural	-0.0202***	-0.0420***	-0.0619***	-0.0428***
	Conta própria	0.0098***	0.0255***	0.0556***	0.0423***
	Aprendiz	-0.0936***	-0.0072	-0.0723***	0.0397***
APOSENTADO		-0.0133***	-0.0303***	-0.0342***	-0.0410***
VARIÁÇÕES DA VARIÁVEL EM RELAÇÃO AO ENDIVIDAMENTO			POSITIVA	NEGATIVA	NÃO SIGNIFICATIVA

Nota: *** p<0.01(significância ao nível de 1%), ** p<0.05 (significância ao nível de 5%), * p<0.1 (significância ao nível de 10%)

Fonte: Dados retirados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF 2008-2009)

4.3.1 Análise dos efeitos marginais da propensão ao risco das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência familiar

As pessoas de referência das famílias que assumem maiores níveis de riscos para melhorarem a renda apresentaram efeitos marginais positivos, indicando aumentos na inadimplência familiar em relação às pessoas de referência das famílias que não correm riscos para incrementar a renda familiar, em todos os tipos de inadimplência estudados nesta tese, confirmando a hipótese número seis.

Ressalte-se, contudo, que não foram localizados estudos realizados que utilizasse a propensão ao risco como variável explicativa da condição de inadimplência nos pagamentos dos compromissos familiares.

4.3.2 Análise dos efeitos marginais da condição de saúde das pessoas das famílias em relação à inadimplência familiar

A condição de saúde debilitada que implica em gastos com as pessoas da família apresentaram efeitos marginais positivos, com exceção dos atrasos com o pagamento de água, eletricidade e gás que revelou estimativa não significativa, indicando aumentos do atraso de seus pagamentos de despesas em geral, em relação à presença de pessoas saudáveis nas famílias, confirmando a hipótese número sete e confirmando o estudo de Kösters; Paul; Stein (2004) que mencionaram as doenças como uma das causas para a inadimplência familiar. Também concordando com estes resultados está a pesquisa realizada por Bridges; Disney (2004), que revelou que a condição de inadimplência é influenciada pelo acesso a benefícios da segurança social. Ainda concordando com os resultados desta tese está a pesquisa realizada por Monteiro (2010) com pessoas com baixo nível de renda.

É interessante mencionar que Brown; Taylor; Price (2005) acrescentaram uma discussão quanto às consequências da dívida pessoal e mencionaram que uma questão fundamental é identificar se os atributos psicológicos são determinantes dos resultados observados pela dívida ou se são o resultado de estar endividado.

4.3.3 Análise dos efeitos marginais da idade das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência familiar

A variável explicativa idade da pessoa de referência distribuída em faixas etárias, apresentou estimativas significativas e variações negativas em quase todas as faixas etárias e tipos de inadimplência, confirmando a hipótese número oito, sendo corroborado pelos trabalhos desenvolvidos por Diogo; Amaral; Lino (2008) que concluíram que os agregados familiares cujo representante tem menor idade tem significativamente um maior endividamento esperado e uma maior probabilidade de contrair dívidas. Também concordam com a pesquisa realizada por Bridges; Disney (2004) que constataram que as diferenças na incidência de crédito e inadimplência entre famílias de baixa renda, são influenciadas pela idade.

Os efeitos marginais positivos se verificaram somente na faixa etária de 30 a 39 anos para a inadimplência geral, atrasos no pagamento de aluguel e prestação de residência e nas prestações de bens adquiridos.

4.3.4 Análise dos efeitos marginais da posse de riqueza pelas famílias em relação à inadimplência familiar

Com relação aos investimentos financeiros como variável explicativa da condição de inadimplência, todas as estimativas nas classes de aplicações até R\$ 5.000,00 se mostraram significativas, com efeitos marginais positivos nas classes de aplicação financeira até R\$ 5.000,00 em relação à classe sem aplicações em ativos financeiros, com exceção dos atrasos nos pagamentos de aluguel e prestações de residência, indicando que as pessoas de referência das famílias que possuem ativos financeiros até o montante de R\$ 5.000,00 atrasam mais o conjunto de compromissos familiares, em relação às famílias que não possuem investimentos financeiros. Estes primeiros resultados confirmam a hipótese nove que sustenta que a condição de inadimplência nos pagamentos de despesas pelas famílias tende a aumentar conforme aumenta o volume de investimentos familiares em ativos financeiros.

No entanto, a partir dos R\$ 5.000,00 de investimentos financeiros, as pessoas de referência das famílias revelaram estimativas de efeitos marginais negativos em relação às pessoas que

não têm ativos financeiros, ou seja, os possuidores de aplicações financeiras acima de R\$ 5.000,00 apresentaram reduções em sua condição de inadimplência em todos os tipos.

Estes resultados combinados não permitem confirmar a hipótese nove, pois de um lado, até a posse de ativos financeiros pelas famílias no montante de R\$ 5.000,00 há aumento da inadimplência, de outro lado, aplicações financeiras superiores a R\$ 5.000,00 indicam redução da inadimplência familiar.

Quanto aos ativos não financeiros foram analisados como variável explicativa da inadimplência familiar e apresentaram estimativas significativas ao nível de 1% em praticamente todas as classes de investimentos e em todos os tipos de inadimplência, havendo uma única exceção na classe de riqueza acima de R\$ 18.000,00, com nível de 5% de significância e somente para a inadimplência geral. Diante desses resultados estimados, a hipótese de número dez é confirmada e corrobora os estudos de Kösters; Paul; Stein (2004) a respeito do endividamento e de sobre endividamento dos consumidores, que apontaram que dentre as causas para esta situação extrema de endividamento estão aquisição de uma casa.

4.3.5 Análise dos efeitos marginais da renda bruta das famílias em relação à inadimplência familiar

As estimativas que consideraram a renda bruta total das pessoas como variável explicativa da inadimplência das famílias apresentaram a maioria dos resultados com nível de significância em torno de 1% e com variações indicando a redução de atrasos nos pagamentos de compromissos familiares também na maioria dos tipos de inadimplência estudados, conforme a renda aumenta, corroborando os estudos de Alves (2008) que mostrou que conforme aumenta a renda mensal a inadimplência tende a diminuir. Este autor ressaltou que os bancos incentivaram de tal maneira o crédito à habitação para assegurar suas receitas, que promoveu o endividamento das famílias e, como consequência, a possibilidade de inadimplência, devido ao aumento do peso do endividamento na renda disponível, ou seja, quanto menor renda, maior o peso da dívida. Nos trabalhos de Monteiro (2010), também fica evidenciado, quando a autora expõe que a habitação é uma política pública garantida pela constituição portuguesa, contudo predomina a iniciativa privada que agrava a situação financeira, principalmente por se tratar de pessoas com baixo nível de renda.

Os resultados desta tese quanto aos atrasos nos pagamentos de aluguel e prestação de residência apresentaram efeitos marginais positivos em quatro das seis classes de renda que se posicionam acima de R\$ 1.245,00 até R\$ 10.375,00, além da classe de R\$ 4.150,00 a R\$ 6.225,00 para inadimplência geral e atrasos nos pagamentos de prestações de bens adquiridos, concordando com os resultados obtidos por Diogo; Amaral; Lino (2008) que concluíram que os agregados familiares com maior rendimento têm significativamente um maior endividamento esperado e uma maior probabilidade de contrair dívidas.

Os atrasos nos pagamentos de despesas de água, gás ou eletricidade pelas famílias apresentaram relação negativa com a renda familiar, corroborando os resultados obtidos por Webley; Nyhus (2001) que concluíram que a dívida está associada a baixos rendimentos e despesas maiores. Os autores elucidaram que é possível ter uma dívida sem ter pedido dinheiro emprestado, como por exemplo, quando a pessoa é incapaz de liquidar uma conta de serviço.

A renda bruta total se relaciona negativamente com os atrasos nos pagamentos de bens adquiridos, conforme os resultados das estimativas deste estudo, que corroboram a pesquisa realizada por Monteiro (2010) que verificou que a condição de multiendividamento demonstra a fragilidade financeira dos agregados familiares, que se endividam como forma de equilibrar os rendimentos até nova entrada de capital devido aos baixos rendimentos. De forma semelhante, Ponchio (2006) encontrou que o comportamento materialista, como forma de consumismo, foi o princípio fundamental para famílias de baixa renda que entraram em acordos de parcelamento.

4.3.6 Análise dos efeitos marginais do nível de instrução das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência familiar

Analisando a quantidade de anos de estudo da pessoa de referência responsável pelas unidades consumidoras familiares como variável explicativa da condição de inadimplência observa-se que prevalecem variações positivas em quase todos os tipos de inadimplência, exceto nos atrasos de pagamentos de água, eletricidade e gás que prevalecem variações negativas, o que também se verificou na classe de nível de instrução de 8 anos de estudo para a inadimplência geral. As variações positivas indicaram que há aumento da inadimplência na classe de 9 a 11 anos de estudo para todos os tipos de inadimplência, enquanto que também

ocorreram aumentos na classe de 12 a 15 anos de estudo para a inadimplência geral e para os atrasos nas prestações de bens adquiridos, na classe de 8 anos para os atrasos nos pagamentos de aluguel e prestação de residência e nas duas classes acima de 15 anos de estudo para os atrasos nos pagamentos de prestações de bens adquiridos.

Os resultados das estimativas deste estudo corroboraram as conclusões de Diogo; Amaral; Lino (2008) de que os agregados familiares cujo representante tem maior nível de educação tem significativamente um maior endividamento esperado e uma maior probabilidade de contrair dívidas. Mas não concordaram com os trabalhos de Gerardi; Goette; Meier (2010) que descobriram que menor educação financeira estava associada com uma maior probabilidade de inadimplência e execuções no mercado imobiliário dos EUA. Por outro lado, Hurst (2011) encontrou pouca relação entre indicadores semelhantes.

4.3.7 Análise dos efeitos marginais do estado civil das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência familiar

As pessoas de referência com estado civil casado apresentaram estimativas significativas com efeitos marginais positivos, indicando maior inadimplência em geral e nas prestações de bens adquiridos, enquanto que revelaram redução da inadimplência nos pagamentos de despesas de água, eletricidade e gás e estimativa não significativa nos atrasos de aluguel e prestação de residência. De certa forma não concordando com variações positivas, estão os estudos desenvolvidos por Kösters; Paul; Stein (2004) ao abordar o nível de endividamento e de sobre endividamento dos consumidores, quando identificaram que, dentre as causas para esta situação extrema de endividamento, está a separação conjugal.

4.3.8 Análise dos efeitos marginais do gênero das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência familiar

Revelando efeito marginal positivo e, portanto, com aumentos na inadimplência geral, nos atrasos das despesas de água, eletricidade e gás e nas prestações de bens adquiridos, estão as mulheres quando comparadas com os homens, na condição de pessoa de referência das famílias. Os atrasos com aluguel e prestação de residência revelaram resultados não

significativos. No entanto, não foram encontrados trabalhos que utilizassem a variável gênero nos estudos do sobre endividamento familiar.

4.3.9 Análise dos efeitos marginais da cor ou raça das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência familiar

As pessoas de cor ou raça negra demonstram aumento da condição de inadimplência geral, de atrasos com aluguel e prestação de residência, no que também estão as pessoas de cor ou raça amarela, e de atrasos com água, eletricidade e gás, no que também estão as pessoas de cor ou raça indígena.

Nos demais tipos de inadimplência, todas as pessoas de todas as demais cores ou raças estudadas, com exceção das pessoas de cor ou raça negra, apresentaram efeitos marginais negativos, indicando redução da inadimplência familiar. Não foram localizados estudos relacionando etnia ou cor ou raça com a inadimplência familiar.

4.3.10 Análise dos efeitos marginais da presença de crianças, adolescentes e jovens ou de gravidez nas famílias em relação à inadimplência familiar

A presença de pré-adolescentes, adolescentes e jovens ou da condição de gravidez nas famílias revelaram variações negativas em todos os tipos de inadimplências, indicando redução dos atrasos de pagamentos pelas famílias, exceto na classe de presença de jovens de 18 a 21 anos que indicaram variações positivas nos atrasos de prestações de bens adquiridos, quando comparadas com as famílias que apresentam crianças de até 5 ou não apresentam pessoas na condição de gravidez. As variações negativas não são confirmadas no estudo de Kösters; Paul; Stein (2004) que apontaram a presença de gravidez e parto como uma das causas da inadimplência familiar. Já o trabalho de Bridges; Disney (2004) afirmou que a inadimplência entre famílias de baixa renda, é influenciada pela composição do agregado familiar, no que concordam as análises de Alves (2008) que verificou que conforme aumenta a dimensão do agregado familiar a inadimplência tende a diminuir. Já Monteiro (2010) concluiu que a redução da família com o falecimento de um elemento pode resultar na inadimplência dos compromissos familiares, assim como os agregados familiares mais

numerosos que apresentavam a condição de multiendividamento que conduz aos atrasos nos pagamentos dos compromissos familiares, dentre os quais as dívidas com estabelecimentos comerciais.

4.3.11 Análise dos efeitos marginais da posição ocupacional ou de aposentado das pessoas de referência das famílias em relação à inadimplência das famílias

Analisando a condição de diversas colocações de empregados em relação à condição de empregador, as estimativas foram significativas e mostraram que os empregados privados, públicos, domésticos e por conta própria têm aumentos em sua condição de todos os tipos de inadimplência, quando comparados com as pessoas empregadoras, o mesmo ocorrendo com o aprendiz nos atrasos de prestações de bens adquiridos.

Por outro lado, os empregados temporários na atividade rural em todos os tipos de inadimplência apresentaram variações negativas, de certa forma corroborando os resultados encontrados por Alves (2008) de que a inadimplência tende a aumentar para as famílias que residem na zona urbana. Além disso, este autor concluiu que o tipo de emprego e as competências profissionais não influenciam a inadimplência familiar. Os aprendizes na inadimplência geral e nos atrasos com despesas de água, eletricidade e gás revelaram estimativas de efeitos marginais negativos indicando reduções em seus atrasos de compromissos, em relação aos empregadores.

No que se refere aos que recebem aposentadoria quando comparados com aquelas pessoas de referência que não usufruem desse benefício, ou seja, os aposentados apresentaram estimativas de efeitos marginais negativos, indicando redução em sua condição de inadimplência no pagamento de suas despesas de todos os tipos considerados neste estudo.

Não foram identificados estudos relacionados a posição ocupacional propriamente dita, mas há vários estudos relacionando a condição de inadimplência das famílias à situação de desemprego ou precariedade do emprego ou instabilidade laboral. Assim, relacionando o desemprego de forma direta com o sobre endividamento estão os estudos realizados por Agarwal; Liu (2003), Marques; Frade (2003), Kösters; Paul; Stein (2004) e Monteiro (2010) que demonstraram que o desemprego foi a principal causa da inadimplência no período de 1997 a 2007. Os trabalhos de Marques; Frade (2003) incluíram a precarização do emprego e

Kösters; Paul; Stein (2004) acrescentam como causa para esta situação a morte de um sócio, em relação aos empregadores.

É importante ressaltar que a pesquisa de Marques; Frade (2005) apresentou um gráfico denominado de “triângulo de risco de sobre endividamento”, que tem por vértices o multiendividamento, a perturbação grave da situação laboral, particularmente, o desemprego e a fragilidade das poupanças e das redes sociais, cujo resultado é a condição de inadimplência das famílias portuguesas.

4.3.12 Outros estudos sobre a inadimplência nos pagamentos de compromissos familiares

Os estudos de Kösters; Paul; Stein (2004), ainda trouxeram como consequência do sobre endividamento a redução da educação e da qualificação profissional e afirmaram que os objetivos da proposta de diretivas para o crédito ao consumidor da União Européia somente poderão ser alcançados se os consumidores receberem conselhos e informações adequadas e não através da regulação bancária.

Outro estudo relevante que procurou explicar a inadimplência nos empréstimos familiares foi formulado por Rinaldi; Sanchis-Arellano (2006), ao estudarem a sustentabilidade da dívida das famílias em sete países da zona do Euro, demonstrando a posição financeira mais arriscada do setor familiar em decorrência do endividamento e se mostrando útil como fonte de informações para a condução de uma política monetária comum na zona do euro.

Já os trabalhos de Diogo; Amaral; Lino (2008) mostraram a correlação de variáveis ligadas à liberalização financeira e ao ciclo econômico, bem como o nível das taxas de juros, com a evolução das restrições de liquidez.

O Quadro 2, a seguir, oferece a visualização das variáveis explicativas da condição de sobre endividamento das famílias em cada tipo de inadimplência, com as variações apresentadas nas estimativas e os autores que corroboraram ou não os resultados encontrados neste trabalho, num esforço para apresentar uma visão agregada.

Quadro 2 - Variações esperadas e estudos relacionados com cada tipo de sobre endividamento para cada variável explicativa

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	INADIMPLÊNCIA GERAL		ATRASOS COM ALUGUEL E PRESTAÇÃO DE RESIDÊNCIA		ATRASOS COM DESPESAS DE AGUA, GAS E ELETRICIDADE		ATRASOS COM PRESTAÇÕES DE BENS ADQUIRIDOS	
	VARIAÇÕES ESPERADAS		VARIAÇÕES ESPERADAS		VARIAÇÕES ESPERADAS		VARIAÇÕES ESPERADAS	
	Corroboram	Não corroboram	Corroboram	Não corroboram	Corroboram	Não corroboram	Corroboram	Não corroboram
	NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA	
IDADE	Diogo, Amaral, Lino (2008)							
	Bridges, Disney (2004)							
ATIVOS FINANCEIROS	NEGATIVA		NEGATIVA		POSITIVA		NEGATIVA	
ATIVOS NÃO FINANCEIROS	POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA	
	Kösters; Paul; Stein (2004)							
RENDA BRUTA TOTAL	NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA	
	Diogo, Amaral, Lino (2008)	Alves (2008), Monteiro (2010)	Webley, Nyhus (2001)	Monteiro (2010), Panchio (2006)				
ANOS DE ESTUDO	POSITIVA		POSITIVA		NEGATIVA		POSITIVA	
	Diogo, Amaral, Lino (2008)		Gerardi et al. (2010)					
ESTADO CIVIL CASADO	POSITIVA				NEGATIVA		POSITIVA	
	Kösters; Paul; Stein (2004)							
SEXO FEMININO	POSITIVA				POSITIVA		POSITIVA	
COR OU RAÇA	NEGATIVA		NEGATIVA		POSITIVA		NEGATIVA	
PRESEÇA DE CRIANÇAS	NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		POSITIVA	
PRESEÇA DE GRAVIDEZ	NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA	
	Bridges; Disney (2004)	Kösters; Paul; Stein (2004)	Gerardi et al. (2010)	Monteiro (2010)			Monteiro (2010)	
DEBILIDADE NA SAÚDE	POSITIVA		POSITIVA				POSITIVA	
	Kösters; Paul; Stein (2004)		Monteiro (2010)					
	Bridges; Disney (2004)							
CORRER RISCOS	POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA	
POSIÇÃO OCUPACIONAL	NEGATIVA		POSITIVA		POSITIVA		POSITIVA	
APOSENTADO	NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA	
			Alves (2008)					

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações obtidas dos dados retirados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF 2008-2009)

4.4 O ENVIDAMENTO FAMILIAR E A POSIÇÃO OCUPACIONAL DAS PESSOAS DE REFERÊNCIA DAS FAMÍLIAS

Nesta parte do estudo são apresentadas as características que demonstram como diferentes posições ocupacionais da pessoa de referência determinam o nível de endividamento total das famílias. Estas análises são importantes para verificar se as ocupações profissionais revelam diferenças quanto à constituição e manutenção de dívidas totais e, com isso, demandarem considerações específicas por parte dos critérios de concessão de crédito pelos agentes financeiros ou por parte de políticas públicas destinadas a adequar a relação de oferta e demanda de crédito a cada posição ocupacional.

Além disso, como se verificou a existência de relevantes disparidades sociais e econômicas na sociedade brasileira, é importante analisar se as diversas posições ocupacionais fazem parte de algum ou alguns dos grupos privilegiados ou discriminados por condições creditícias públicas ou privadas.

Para estas análises serão consideradas somente as variáveis com estimativas significativas inferiores ao nível de 5% para avaliar a condição de endividamento total das famílias conforme a ocupação da pessoa de referência. Com isso, serão estudados a posição ocupacional de empregador, de empregado do setor privado, do setor público, doméstico, temporário em atividade rural, por conta própria e aprendiz.

Também serão analisadas as hipóteses do endividamento familiar em cada posição ocupacional procurando confirmar ou rejeitar estas hipóteses conforme as estimativas dos efeitos marginais por ocupação das pessoas de referência responsáveis pelas famílias.

VARIÁVEIS		EMPREGADOR	EMPREGADO PRIVADO	EMPREGADO PÚBLICO	EMPREGADO DOMÉSTICO	EMPREGADO TEMPORÁRIO RURAL	CONTA PRÓPRIA	APRENDIZ
FAIXA ETÁRIA	30 a 39 anos	-0.0320***	-0.0254***	-0.0207***	0.0290***	-0.0951***	-0.0256***	0.2875***
	40 a 49 anos	-0.1560***	-0.0167***	-0.0094**	-0.0204***	0.0592***	-0.0260***	-0.1788***
	50 a 59 anos	-0.0593***	-0.0374***	-0.0121***	-0.0180***	-0.0760***	-0.0359***	-0.0930***
	Acima de 59 anos	-0.1483***	-0.0417***	-0.0690***	-0.0435***	-0.0735***	-0.0558***	0.0158
ATIVOS FINANCEIROS	De R\$ 1 a R\$ 1.000	0.0019	0.0248***	-0.0322***	0.0406***	0.0822***	0.0416***	-0.0076
	De R\$ 1.001 a R\$ 5.000	-0.0384***	-0.0301***	-0.0227***	0.0863***	0.1436***	0.0029	-0.0450
	De R\$ 5.001 a R\$ 18.000	-0.0647***	-0.0508***	-0.0577***	0.0132	-0.0787***	-0.0181***	0.1218**
	Acima de R\$ 18.000	-0.1686***	0.0430***	0.0467***	-0.0930***	-0.2309***	-0.0522***	0.2237***
ATIVOS NÃO FINANCEIROS	De R\$ 1 a R\$ 1.000	0.2730***	0.0996***	0.0893***	0.0975***	0.1720***	0.0852***	0.2645***
	De R\$ 1.001 a R\$ 5.000	0.2446***	-0.1795***	0.1457***	0.1207***	0.1343***	0.1660***	0.4463***
	De R\$ 5.001 a R\$ 18.000	0.1033***	0.1418***	0.1596***	0.1532***	0.0496***	0.0881***	0.3622***
	Acima de R\$ 18.000	0.0810***	0.0779***	0.1370***	-0.0147*	0.0974***	0.0870***	-0.0625**
RENDA BRUTA TOTAL	De R\$ 830 a R\$ 1.245	0.0611***	-0.0237***	0.0123**	0.0204***	0.3211***	0.0388***	-0.0654**
	De R\$ 1.245 a R\$ 2.490	0.1020***	0.0721***	0.0569***	0.0718***	-0.0109	0.0886***	-0.0889***
	De R\$ 2.490 a R\$ 4.150	0.0149	0.1023***	0.0695***	0.1261***	0.0511***	0.0807***	0.0592***
	De R\$ 4.150 a R\$ 6.225	0.0383***	0.1232***	0.1396***	0.0842***	0.0080	0.1045***	0.0499
	De R\$ 6.225 a R\$ 10.375	0.0453***	0.1215***	0.0993***	0.2497***	-0.1790***	0.1056***	0.1420***
	Acima de R\$ 10.375	0.1116***	0.0643***	0.0445***	0.2969***	0.8975***	0.1150***	-0.0023
ANOS DE ESCOLARIDADE	8 anos	0.0169	-0.0045*	-0.0329***	0.0646***	-0.0423**	0.0242***	0.1207***
	De 9 a 11 anos	0.0240***	0.0120***	-0.0185***	0.0067	0.1458***	0.0259***	0.0083
	De 12 a 15 anos	0.1088***	0.0138***	-0.0162***	-0.0150	-0.2625***	-0.0198***	-0.0682**
	Acima de 15 anos	0.1391	-0.0713***	-0.0815***	-0.2272***	-0.1041***	0.0172	
ESTADO CIVIL CASADO	0.044***	0.0141***	0.0344***	0.0281***	-0.0626***	0.0007	0.1555***	
SEXO FEMININO	-0.1877***	-0.0184***	-0.0579***	-0.0533***	0.0139	-0.0038	0.0009	
COR OU RAÇA	Negra	-0.1273***	-0.0084***	0.0494***	-0.0137**	0.0031	-0.0340***	0.0845*
	Amarela	0.3196***	0.0181*	0.4349***	0.5203***	0.2058***	-0.0587***	-0.0416
	Parda	0.0216***	0.0117***	0.0133***	0.0135***	-0.0670***	0.0037**	-0.1166***
	Indígena	-0.5054***	0.0055	-0.1426***	0.1512***	-0.2628***	0.0336***	0.5274***
	Não identificada	0.1461	-0.0686***	-0.0454**	0.3835***	-0.1316***	-0.1350***	-0.3588***
OUTROS FAMILIARES	De 6 a 14 anos	-0.0854***	-0.0250***	-0.0389***	-0.0135*	-0.0729***	-0.0088**	-0.4009***
	De 18 a 21 anos	-0.0127	-0.0187***	0.0068	0.0269***	-0.0062	-0.0129***	0.1472***
ENFERMIDADE NA FAMÍLIA	-0.2543***	-0.0254***	0.0876***	0.2432***	-0.0487	0.0896***		
PRESENÇA DE GRAVIDEZ	0.0735***	0.0032***	0.0125***	0.0123***	0.0173***	-0.0027**	-0.0252**	
PROPENSÃO AO RISCO	-0.0896***	0.0124***	-0.0009	-0.0029	0.0899***	0.0304***	-0.0187	
APOSENTADO	-0.0157***	-0.0021	-0.0353***	-0.0042	-0.0284***	-0.0115***	0.1370***	
VARIÁVEIS DA VARIÁVEL EM RELAÇÃO AO ENDIVIDAMENTO				POSITIVA	NEGATIVA	NÃO SIGNIFICATIVA OU AUSENTE		

Nota: *** p<0.01 (significância ao nível de 1%), ** p<0.05 (significância ao nível de 5%), * p<0.1 (significância ao nível de 10%)

Fonte: Dados retirados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF 2008-2009)

4.4.1 Análise dos efeitos marginais da propensão ao risco em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

As pessoas de referência na condição ocupacional de empregadores que assumem riscos para melhorar a renda familiar apresentaram efeito marginal negativo, indicando que reduzem o endividamento total quando comparadas com as pessoas que não assumem riscos.

Por outro lado, as posições ocupacionais de empregado privado, empregado temporário rural e por conta própria revelaram efeitos positivos e, portanto, assumem mais dívidas do que os seus pares que são avessos ao risco e, neste sentido, confirmam a hipótese de número um.

As ocupações profissionais de empregados público, doméstico e aprendiz não apresentaram resultados estimados significativos.

4.4.2 Análise dos efeitos marginais da condição de saúde das pessoas das famílias em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

As estimativas dos efeitos marginais da condição de saúde da família indicaram que as ocupações de empregador e empregado privado variam menos no endividamento total familiar quando da presença de gastos com enfermidades se comparados com as famílias que não apresentam estes gastos.

As ocupações de empregado público, empregado doméstico e por conta própria revelaram variações positivas que indicam maiores níveis de endividamento total em relação às famílias que não apresentam enfermos graves. Estes resultados confirmam a hipótese número dois que afirma que maiores gastos com enfermidades graves conduzem a família à condição de constituição e manutenção de dívidas totais.

Para as ocupações de empregado temporário rural e aprendiz os resultados se apresentaram não significativos.

4.4.3 Análise dos efeitos marginais da idade em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

Os valores estimados dos efeitos marginais da idade das pessoas de referência das famílias em todas as posições ocupacionais apresentaram-se significativos e negativos, indicando reduções no endividamento total de todas as faixas etárias quando comparados com as pessoas da idade de 20 a 29 anos. Estes resultados confirmam a hipótese número três de que o endividamento tende a diminuir conforme acontece o envelhecimento da pessoa de referência responsável pela família.

É importante mencionar que estes resultados negativos não se verificaram nas classes de 30 a 39 anos para as ocupações de empregado doméstico e aprendiz, o qual também indicou variações positivas na faixa etária acima de 59 anos, o mesmo ocorrendo para a posição ocupacional de empregado temporário rural na classe de 40 a 49 anos.

4.4.4 Análise dos efeitos marginais da posse de riqueza financeira em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

Com resultados de efeitos marginais opostos em praticamente todas as posições ocupacionais, a variável explicativa posse de riqueza financeira não permite uma avaliação mais precisa e geral da hipótese número quatro.

Analisando por partes, observaram-se variações negativas nas classes acima de R\$ 1.000,00 para a ocupação de empregador, entre R\$ 1.000,00 e R\$ 18.000,00 para a ocupação de empregado privado, entre R\$ 1,00 e R\$ 18.000,00 para os empregados públicos, acima de R\$ 18.000,00 para os empregados domésticos e acima de R\$ 5.000,00 para empregados temporários rurais e por conta própria. Estes resultados indicam que nestas classes de investimentos financeiros e respectivas posições ocupacionais o endividamento total é menor do que o endividamento das pessoas que não possuem nenhum ativo financeiro.

Por outro lado, foram constatadas variações positivas nas classes de aplicações financeiras até R\$ 1.000,00 e acima de R\$ 18.000,00 para a posição ocupacional de empregado privado, acima de R\$ 18.000,00 também para empregados públicos, entre R\$ 1,00 e R\$ 5.000,00 para

empregados domésticos e temporários rurais, até R\$ 1.000,00 para a ocupação por conta própria e acima de R\$ 5.000,00 para aprendizes. Os resultados mencionados revelam maiores níveis de dívidas nestas ocupações e respectivas classes de investimentos financeiros se comparados com as pessoas desprovidas de qualquer investimento financeiro.

Ainda foram encontrados alguns resultados estimados não significativos, deixando claro que para esta variável os resultados não conduzem a uma possibilidade conclusiva.

4.4.5 Análise dos efeitos marginais da posse de riqueza não financeira em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

Por outro lado, os investimentos em ativos não financeiros revelaram estimativas significativas em todos os efeitos marginais e com variações positivas na grande maioria, deixando preciso que a presença de investimentos não financeiros nas famílias conduz ao aumento das dívidas totais em todas as posições ocupacionais estudadas. Estes resultados confirmam a hipótese cinco que afirma que as dívidas tendem a aumentar conforme aumenta o estoque de ativos não financeiros, particularmente, imóveis.

Os resultados dos efeitos marginais foram negativos apenas nas classes de investimentos não financeiros de R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00 para a ocupação de empregado privado e acima de R\$ 18.000,00 para empregado doméstico e aprendiz.

4.4.6 Análise dos efeitos marginais da renda bruta em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

Também com variações positivas, a análise dos rendimentos brutos totais das pessoas de referência em praticamente todas as posições ocupacionais, indicam aumentos do endividamento total das famílias em quase todas as classes de renda, quando comparados com as pessoas que recebem até R\$ 830,00.

Por outro lado, as ocupações que apresentaram efeitos marginais negativos foram a de empregado privado na classe de rendimentos de R\$ 830,00 a R\$ 1.245,00, empregado

temporário rural na faixa de renda de R\$ 6.225,00 a R\$ 10.375,00 e aprendiz nas duas classes de rendimentos de R\$ 830,00 a R\$ 2.490,00. Também foram observados quatro classes de renda com resultados não significativos.

4.4.7 Análise dos efeitos marginais do nível de instrução em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

A variável nível de instrução apresentou resultados estimados indefinidos ao longo das posições ocupacionais e das classes de anos de estudo, não possibilitando conclusões mais precisas e abrangentes.

As variações positivas se verificaram nas ocupações de empregador e empregado privado nas faixas de anos de estudo de 9 a 15 anos, empregados domésticos e aprendizes com 8 anos de estudo, empregado temporário rural com 9 a 11 anos de escolaridade e por conta própria com 8 a 11 anos de estudo. Estes resultados indicam maiores níveis de dívidas totais familiares para estas classes de anos de estudo e respectivas posições ocupacionais.

Apresentando variações negativas estão as classes de escolaridade de 8 anos e acima de 15 anos para empregado privado e, também nesta classe para empregado doméstico. Todas as classes de escolaridade para empregados públicos, na classe de 12 a 15 anos de estudo para aprendizes, por conta própria e empregado temporário rural, o qual também revelou efeitos marginais negativos nas classes de escolaridade de 8 anos e acima de 15 anos de estudo. Estas classes de escolaridade e respectivas ocupações profissionais revelam menores níveis de dívidas totais quando comparados com as pessoas que apresentaram até 7 anos de estudo.

Também foram observadas sete classes de anos de estudo com efeitos marginais não significativos em variadas posições ocupacionais, evidenciando a indefinição dos resultados estimados.

4.4.8 Análise dos efeitos marginais do estado civil em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

As pessoas de referência casadas apresentaram efeitos marginais positivos nas ocupações de empregadores, empregados privados, públicos e domésticos, além de aprendizes, indicando maiores níveis de dívidas totais nas famílias quando comparadas com as pessoas de referência com estado civil diferente de casado.

Somente a posição ocupacional de empregado temporário rural apresentou efeito marginal negativo indicando menor endividamento total familiar quando a pessoa é casada em relação aos não casados. Além disso, a posição ocupacional por conta própria não indicou resultado significativo.

4.4.9 Análise dos efeitos marginais do gênero em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

As mulheres apresentaram efeitos marginais negativos em relação aos homens, indicando menores níveis de endividamento total familiar, quando nas ocupações de empregadores ou empregados privados, públicos e domésticos.

Os resultados das estimativas dos efeitos marginais nas ocupações de empregado temporário rural, por conta própria e aprendiz não foram significativos.

4.4.10 Análise dos efeitos marginais da cor ou raça em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

Os resultados estimados dos efeitos marginais da cor ou raça das pessoas de referência em todas as ocupações, em relação às pessoas empregadoras de cor ou raça branca, se apresentaram indefinidos, dificultando as conclusões.

Com efeitos marginais positivos estão as pessoas de cor ou raça amarela e parda nas ocupações de empregador e empregado privado, as pessoas de cor ou raça negra, amarela e

parda como empregados públicos, as pessoas de cor ou raça amarela, parda, indígena e não identificada na ocupação de empregados domésticos, as pessoas de cor ou raça amarela como empregados temporários rurais, as pessoas de cor ou raça parda e indígena por conta própria e as pessoas de cor ou raça negra e indígena na posição ocupacional de aprendizes. Para estas pessoas e respectivas ocupações, os resultados indicam maior endividamento familiar total quando comparadas com as pessoas de cor ou raça branca.

Por outro lado, foram constatados efeitos marginais negativos para as pessoas de cor ou raça negra e indígena na ocupação de empregadores; negra e não identificada como empregados privados; negra, amarela e parda como empregados públicos; amarela, parda, indígena e não identificada para empregados domésticos; amarela para empregado temporário rural; parda e indígena na ocupação por conta própria e negra e indígena como aprendizes. Estas pessoas nestas ocupações revelaram redução das dívidas totais familiares em relação às pessoas de cor ou raça branca.

4.4.11 Análise dos efeitos marginais da presença de crianças, adolescentes e jovens em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

A presença de pré-adolescentes na idade de 6 a 14 anos nas famílias tende a apresentar variações negativas de endividamento total familiar em todas as ocupações das pessoas de referência, quando comparados com a presença de crianças de até 5 anos, revelando menores níveis de dívidas totais na família. Estes resultados também se verificaram diante da presença de jovens de 18 a 21 anos nas famílias das pessoas de referência ocupando posições de empregador, empregado privado, temporário rural e por conta própria.

A presença de jovens de 18 a 21 anos nas famílias revelaram efeitos marginais positivos apenas para as pessoas de referência nas ocupações de empregados domésticos ou aprendizes, indicando aumento das dívidas totais familiares em relação à presença de crianças de até 5 anos nas famílias.

4.4.12 Análise dos efeitos marginais da presença de gravidez em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

Já a presença de gravidez nas famílias de empregadores, empregados privados, públicos, domésticos e temporários rurais apresentaram efeitos marginais positivos, indicando aumentos no endividamento total das famílias em relação à ausência de gravidez.

De forma contrária, a presença de grávidas na família em relação a ausência de gravidez ocorreu para as posições ocupacionais por conta própria e aprendizes, revelando que estas pessoas de referência nestas ocupações assumem menores níveis de dívidas totais.

4.4.13 Análise dos efeitos marginais do recebimento de aposentadoria em relação ao endividamento familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

As pessoas de referência que recebem aposentadoria apresentaram efeitos marginais negativos quando ocupantes das posições de empregadores, empregados públicos ou temporário rural, ou ainda, por conta própria, indicando que constituem e mantêm menores volumes de dívidas totais familiares quando comparados com as pessoas que não recebem estes benefícios.

Para os aprendizes que recebem aposentadoria, o resultado estimado foi positivo, indicando que as pessoas de referência nesta condição podem ter mais dívidas totais em comparação aos seus pares que não recebem aposentadoria.

Resultados não significativos foram encontrados para as posições ocupacionais de empregado privado e empregado doméstico.

No Quadro 3 a seguir são apresentadas as variações esperadas no endividamento total de cada posição ocupacional, tendo em vista oferecer uma síntese dos resultados encontrados nas estimativas dos efeitos marginais das variáveis explicativas do endividamento familiar total para permitir a visualização com melhor compreensão das análises desenvolvidas nesta seção. Para as variáveis explicativas com mais de uma classe, foi obtida uma única variação a partir da constatação da incidência de variações significativas positivas e negativas, ou seja, a maior quantidade de variações foi utilizada no quadro.

Quadro 3 - Variações esperadas no endividamento total de cada posição ocupacional conforme o efeito marginal de cada variável explicativa

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	EMPREGADOR	EMPREGADO	EMPREGADO	EMPREGADO	EMPREGADO	CONTA	APRENDIZ
		PRIVADO	PÚBLICO	DOMÉSTICO	TEMPORÁRIO RURAL	PRÓPRIA	
IDADE	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA
ATIVOS FINANCEIROS	NEGATIVA	INDETERMINADA	NEGATIVA	POSITIVA	INDETERMINADA	INDETERMINADA	POSITIVA
ATIVOS NÃO FINANCEIROS	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA
RENDA BRUTA TOTAL	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	INDETERMINADA
ANOS DE ESTUDO	POSITIVA	INDETERMINADA	NEGATIVA	INDETERMINADA	NEGATIVA	POSITIVA	POSITIVA
ESTADO CIVIL CASADO	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	NEGATIVA		POSITIVA
SEXO FEMININO	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA			
COR OU RAÇA	INDETERMINADA	INDETERMINADA	POSITIVA	POSITIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	INDETERMINADA
PRESENÇA DE CRIANÇAS	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	POSITIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA
DEBLIDADE NA SAÚDE	NEGATIVA	NEGATIVA	POSITIVA	POSITIVA		POSITIVA	
PRESENÇA DE GRAVIDEZ	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	NEGATIVA	NEGATIVA
CORRER RISCOS	NEGATIVA	POSITIVA			POSITIVA	POSITIVA	
ÁPOSENTADO	NEGATIVA		NEGATIVA		NEGATIVA	NEGATIVA	POSITIVA
VARIAÇÕES DA VARIÁVEL EM RELAÇÃO AO ENDIVIDAMENTO			POSITIVA	NEGATIVA	INDETERMINADA, NÃO SIGNIFICATIVA OU AUSENTE		

Fonte: Informações obtidas a partir dos dados retirados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF 2008-2009)

4.5 O SOBRE ENDIVIDAMENTO FAMILIAR E A POSIÇÃO OCUPACIONAL DAS PESSOAS DE REFERÊNCIA DAS FAMÍLIAS

O sobre endividamento é analisado em relação às variadas posições ocupacionais da pessoa de referência consideradas neste estudo para verificar as características demográficas e econômicas presentes nas situações de inadimplência geral das famílias. Verificar as particularidades de cada posição ocupacional em relação à condição de sobre endividamento possibilita a identificação de aspectos específicos que podem ter conduzido estes trabalhadores a essa desagradável situação de inadimplência. Permite, por outro lado, que medidas relacionadas à políticas públicas sejam formuladas para reverter ou amenizar a situação destas famílias e, ainda, servem como orientadores de políticas institucionais de concessão de crédito por parte dos agentes financeiros, visando restringir o crédito e mesmo recuperar economicamente as famílias que estejam nesta condição.

Também é importante para observar se as crescentes diferenças econômicas e sociais no Brasil estão de alguma forma relacionadas com as posições ocupacionais em função de privilégios ou discriminações oriundas de políticas ou decisões públicas ou privadas que colaboraram para a ampliação desse abismo econômico ou social.

Para estas análises serão consideradas somente as variáveis com estimativas significativas inferiores ao nível de 5% para avaliar a condição de sobre endividamento total das famílias conforme a ocupação da pessoa de referência, tais como empregador, empregado privado,

empregado público, empregado doméstico, empregado temporário em atividade rural, trabalhador por conta própria e aprendiz.

Também serão analisadas as hipóteses do sobre endividamento familiar em cada posição ocupacional procurando confirmar ou rejeitar estas hipóteses conforme as estimativas dos efeitos marginais por ocupação das pessoas de referência responsáveis pelas famílias.

As estimativas dos efeitos marginais das variáveis demográficas e econômicas da condição de inadimplência familiar geral de acordo com cada posição ocupacional da pessoa de referência estão dispostos na Tabela 7.

VARIÁVEIS		EMPREGADOR	EMPREGADO PRIVADO	EMPREGADO PÚBLICO	EMPREGADO DOMÉSTICO	EMPREGADO TEMPORÁRIO RURAL	CONTA PRÓPRIA	APRENDIZ
FAIXA ETÁRIA	30 a 39 anos	0.0497***	-0.0041***	0.0117***	-0.0108***	0.0184***	0.0132***	
	40 a 49 anos	0.0238***	-0.0074***	0.0042**	-0.0061***	-0.0171***	-0.0009	-0.0355**
	50 a 59 anos	0.0647***	-0.0119***	0.0151***	-0.0088***	0.0173***	-0.0152***	-0.0196
	Acima de 59 anos	-0.0929***	-0.0253***	0.0018	-0.0460***	0.0108***	-0.0138***	
ATIVOS FINANCEIROS	De R\$ 1 a R\$ 1.000	-0.0132***	0.0032***	0.0036***	-0.0174***	-0.0161***	0.0046***	-0.0128
	De R\$ 1.001 a R\$ 5.000	-0.0054*	0.0002	0.0067***	-0.0562***		0.0066***	0.1033
	De R\$ 5.001 a R\$ 18.000	-0.0009	-0.0157***	0.0088***	-0.0197***		-0.0070***	0.0051
	Acima de R\$ 18.000	-0.0168***	-0.0203***	-0.0065***	0.0217***	-0.0121	-0.0034	
ATIVOS NÃO FINANCEIROS	De R\$ 1 a R\$ 1.000	-0.0969***	0.0251***	0.0065***	0.0099***	0.0099***	0.0073***	0.0135
	De R\$ 1.001 a R\$ 5.000	0.0317***	0.0114***	0.0218***	0.0292***	-0.0208***	0.0123***	
	Acima de R\$ 18.000	0.0099***	-0.0022*	0.0138***	-0.1338***	0.0338***	0.0130***	
RENDIMENTO BRUTO TOTAL	De R\$ 830 a R\$ 1.245	-0.0947***	-0.0060***	0.0048***	-0.0325***	0.0059***	-0.0044***	
	De R\$ 4.150 a R\$ 6.225	0.0075***	0.0116***	-0.0338***	-0.0072**	0.0068	0.0044***	0.0272
	Acima de R\$ 10.375	-0.2373***	-0.0424***	-0.0237***	-0.0951***		-0.0116***	
ANOS DE ESCOLARIDADE	8 anos	-0.0327***	-0.0040***	0.0124***	0.0075**	-0.0388***	-0.0164***	
	De 9 a 11 anos	-0.0253***	0.0011	0.0100***	0.0096***	-0.0169***	0.064***	
	De 12 a 15 anos	0.0171***	-0.0005	0.0127***	0.0009	-0.0250*	0.0071***	
ESTADO CIVIL CASADO	-0.0251***	0.0122***	-0.0043***	0.0089***	-0.0117***	0.0039***	-0.0021	
SEXO FEMININO	-0.0059	-0.0008	0.0145***	0.0155***	0.0303***	0.0116***	-0.0669	
COR OU RAÇA	Negra	0.0101**	-0.0046***	0.0057***	0.0265***	-0.0310***	0.0080***	
	Amarela	-0.1622***	-0.1069***	-0.1102***	-0.0351**		0.0304***	
	Parda	-0.0088***	-0.0020***	-0.0141***	-0.0250***	-0.0102***	-0.0008	0.0012
	Indígena	-0.1168***	0.0079	-0.1053***	0.0005	-0.0279	-0.1013***	
	Não identificada	-0.0459	-0.0047	-0.0911***	-0.0988***		-0.0864***	
OUTROS FAMILIARES	De 6 a 14 anos	0.0176***	-0.0099***	0.0254***	-0.0229***	-0.0383***	0.0049***	-0.0230
	De 15 a 17 anos	0.0539***	-0.0143***	-0.0026	-0.0321***	0.0127***	-0.0053***	
ENFERMIDADE NA FAMÍLIA	-0.0564	0.0437***	-0.0922***	0.0497***	-0.0323	0.0324***		
PRESENÇA DE GRAVIDEZ	0.0004	-0.0049***	-0.0016**	-0.0045***	-0.0093***	-0.0068***	0.0665	
PROPENSÃO AO RISCO	0.0101***	0.0054***	0.0072***	-0.0067***	-0.0175***	0.0131***	0.0238***	
APOSENTADO	-0.0654***	-0.0154***	-0.0195***	-0.0043**	0.0003	-0.0059***		
VARIÁÇÕES DA VARIÁVEL EM RELAÇÃO AO ENDEVIDAMENTO				POSITIVA	NEGATIVA	NÃO SIGNIFICATIVA OU AUSENTE		

Nota: *** p<0.01 (significância ao nível de 1%), ** p<0.05 (significância ao nível de 5%), * p<0.1 (significância ao nível de 10%)
Fonte: Dados retirados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF 2008-2009)

4.5.1 Análise dos efeitos marginais da propensão ao risco em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

As pessoas de referência nas condições ocupacionais de empregadores, empregados privado e público, por conta própria e aprendizes que assumem riscos para melhorar a renda familiar apresentaram efeitos marginais positivos e, por isso, revelam aumentos nos atrasos de pagamentos de compromissos familiares em geral, quando comparadas com as pessoas que não assumem riscos. Estas estimativas confirmam a hipótese número seis para estas ocupações profissionais.

Por outro lado, as estimativas da variável independente propensão ao risco, das pessoas de referência nas condições ocupacionais de empregados domésticos e temporários rurais que assumem riscos como forma de melhorar a renda familiar em relação às pessoas que não assumem estes riscos, revelaram efeitos marginais negativos, indicando que para estes empregados domésticos ou temporários rurais ocorrem reduções na condição de inadimplência nos pagamentos de despesas em geral. Neste sentido, a hipótese número seis não se confirma para estas posições ocupacionais.

4.5.2 Análise dos efeitos marginais da condição de saúde em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

Os resultados dos efeitos marginais da condição de saúde para as ocupações de empregados privados, domésticos ou por conta própria foram positivos, indicando que a presença de enfermidades nas famílias resulta em maior endividamento total, quando comparado com as famílias que não apresentam problemas graves que demandam gastos com saúde. Estes resultados confirmam a hipótese número sete.

De outra forma, foram observados efeitos marginais negativos na condição de saúde das pessoas das famílias cujos responsáveis ocupam a posição profissional como empregado público, indicando menores níveis de atrasos nos compromissos familiares em geral diante da presença de graves enfermidades nas famílias em relação a estes profissionais que não

apresentaram enfermidades nas pessoas de suas famílias. Neste sentido, a hipótese número sete não se confirma para os empregados públicos e a busca de alguma explicação pode estar na existência de planos de saúde disponibilizados por organizações públicas a seus empregados.

Foram verificados resultados estimados não significativos para as ocupações de empregadores e empregados temporários rurais.

4.5.3 Análise dos efeitos marginais da idade em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

Para as posições ocupacionais de empregados privados, domésticos e por conta própria, a variável idade das pessoas de referência das famílias revelou efeitos marginais negativos, indicando que nestas ocupações ocorre a redução da inadimplência conforme a idade das pessoas de referência aumenta em relação a estas pessoas com idade entre 20 e 29 anos, confirmando a hipótese número oito nestas ocupações, apesar de ser verificado variação positiva na faixa etária de 30 a 39 anos para os trabalhadores por conta própria.

Nas demais posições ocupacionais prevaleceram variações positivas indicando aumento da inadimplência nos compromissos familiares conforme aumenta a idade das pessoas de referência, ou seja, os empregadores apresentaram redução dos atrasos somente na faixa etária acima de 59 anos, enquanto que os empregados temporários rurais e os aprendizes revelaram reduções do sobre endividamento apenas na classe de 40 a 49 anos. A ocupação de empregados públicos apresentaram somente efeitos marginais positivos. Para estas ocupações profissionais as estimativas de efeitos marginais indicam a rejeição da hipótese número oito, como é o caso dos empregadores, empregados públicos e temporário rural, ou simplesmente revelam uma indefinição, como é o caso dos aprendizes que apresentaram apenas um resultado significativo.

4.5.4 Análise dos efeitos marginais da posse de riqueza financeira em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

Os resultados estimados dos efeitos marginais da posse de riqueza financeira em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional da pessoa de referência se revelaram indefinidos. Apenas a ocupação de empregado público permite inferir pela aceitação da hipótese número nove, uma vez que revelou efeitos marginais positivos nas três primeiras classes de investimentos financeiros. Mesmo assim, o resultado verificado na última classe de aplicações financeiras indica que pode ocorrer redução da inadimplência familiar diante de ativos financeiros superiores a R\$ 18.000,00, o que contraria a hipótese número nove.

Além disso e analisando por partes, verifica-se que ocorreram variações positivas nas classes de investimentos financeiros até R\$ 1.000,00 para empregadores, superiores a R\$ 18.000,00 para empregados domésticos e até R\$ 5.000,00 para trabalhadores por conta própria. Estes resultados isolados também confirmam a hipótese número nove.

As variações negativas foram verificadas nas classes de investimentos superiores a R\$ 5.000,00 para empregadores, até R\$ 18.000,00 para empregados domésticos, até R\$ 1.000,00 para empregados temporários rurais e de R\$ 5.000,00 a R\$ 18.000,00 para trabalhadores por conta própria. Estes resultados rejeitam a hipótese número nove.

Ainda foram verificados resultados não significativos ou ausentes nas classes de aplicações financeiras de R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00 para empregadores, superiores a R\$ 1.000,00 para empregados temporários rurais, superior a R\$ 18.000,00 para trabalhadores por conta própria e para todas as classes de aprendizes.

4.5.5 Análise dos efeitos marginais da posse de riqueza não financeira em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

A posse de investimentos em ativos não financeiros pelas famílias revelaram estimativas de efeitos marginais positivos em quase todas as classes destes ativos, em todas as posições

ocupacionais com exceção dos aprendizes que apresentaram resultados não significativos ou ausência de valores. Assim, nas demais ocupações fica evidenciado que os efeitos marginais indicaram maiores níveis de atrasos nos pagamentos de compromissos familiares em geral, confirmando a hipótese número dez.

As classes de investimentos que apresentaram variações negativas, indicando redução da inadimplência familiar, foram a de investimentos de até R\$ 1.000,00 para empregadores, acima de R\$ 18.000,00 para empregados privados e domésticos e entre R\$ 1.000,00 e R\$ 5.000,00 para empregados temporários rurais.

Além da posição ocupacional que não permitiu a análise devido ausência de valores ou resultados não significativos, a classe de investimentos de R\$ 5.000,00 a R\$ 18.000,00 foi excluída por não apresentar resultados significativos nas análises preliminares.

4.5.6 Análise dos efeitos marginais da renda bruta em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

A análise dos rendimentos brutos totais das pessoas de referência contemplou estimativas em apenas três classes, pois as demais não apresentaram resultados significativos inferiores ao nível de 5%. Os efeitos marginais positivos foram verificados nas classes de renda bruta entre R\$ 830,00 e R\$ 1.245,00 para as ocupações de empregado público e empregado temporário rural e na classe de rendimentos de R\$ 4.150,00 a R\$ 6.225,00 para as posições ocupacionais de empregador, de empregado privado e de trabalhador por conta própria, indicando maiores níveis de atrasos nos pagamentos de compromissos familiares nestas classes de rendimentos brutos e respectivas posições ocupacionais.

Por outro lado, resultados estimados de efeitos marginais negativos foram verificados nas classes de rendimentos brutos familiares de R\$ 830,00 a R\$ 1.245,00 para as ocupações de empregados privados, domésticos e por conta própria, na classe de renda entre R\$ 4.150,00 e R\$ 6.225,00 para as ocupações de empregados públicos e domésticos e na classe acima de R\$ 10.375,00 de renda bruta familiar em todas as ocupações exceto empregados temporários rurais e aprendizes. Estes resultados indicaram que nestas faixas de renda bruta familiar e respectivas ocupações a inadimplência geral das famílias é menor com relação às famílias cujas pessoas de referência auferem rendimentos de até R\$ 830,00.

Ainda se verificaram resultados não significativos ou ausentes na classe de renda de R\$ 830,00 a R\$ 1.245,00 na ocupação de empregador, nas classes de renda entre R\$ 4.150,00 e R\$ 6.225,00 e acima de R\$ 10.375,00 para empregado temporário rural e em todas as classes para os aprendizes.

4.5.7 Análise dos efeitos marginais do nível de instrução em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

As estimativas relacionadas à variável anos de estudo da pessoa de referência apresentaram efeitos marginais negativos nas classes de 8 anos e de 9 a 11 anos de estudos na ocupação de empregador, na classe de 8 anos de estudos para as posições ocupacionais de empregado privado e por conta própria e nas classes a partir de 8 anos até 15 anos de estudos para a ocupação de empregado temporário rural, indicando que estas pessoas tendem a apresentar reduções na inadimplência de seus pagamentos de compromissos assumidos em relação às pessoas com 0 a 7 anos de estudos.

Por outro lado, a classe de 12 a 15 anos de estudos dos empregadores, as três classes de anos de estudo dos empregados públicos, as classes de 8 a 11 anos de estudos para empregados domésticos e as classes de 9 a 15 anos de estudos para trabalhadores por conta própria revelaram variações positivas, indicando maior nível de inadimplência nestas classes e respectivas ocupações.

Resultados não significativos ou ausentes foram verificados nas classes de anos de estudos de 9 a 15 anos para a ocupação de empregados privados, de 12 a 15 anos para empregado doméstico e em todas as classes consideradas para aprendizes.

4.5.8 Análise dos efeitos marginais do estado civil em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

As pessoas de referência casadas nas condições ocupacionais de empregadores, empregados públicos e temporários rurais apresentaram efeitos marginais negativos indicando reduções na

condição de inadimplência nas dívidas familiares quando comparadas com as pessoas de referência com estado civil diferente de casado.

Os empregados privados, domésticos e por conta própria casados apresentaram efeitos marginais positivos, indicando aumentos da inadimplência geral das famílias em comparação às pessoas com estado civil diferente de casados.

As pessoas de referência na condição ocupacional de aprendizes não apresentaram resultado estimado de efeito marginal significativo.

4.5.9 Análise dos efeitos marginais do gênero em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

As mulheres nas ocupações de empregadas públicas, domésticas, temporário rural e por conta própria, apresentaram estimativas significantes com efeitos marginais positivos, revelando que aumentam a sua condição de sobre endividamento familiar, quando comparadas com os homens.

As posições ocupacionais de empregadoras, empregadas privadas e aprendizes não apresentaram efeitos marginais significativos.

4.5.10 Análise dos efeitos marginais da cor ou raça em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

Foram verificados efeitos marginais positivos em relação às pessoas de referência de cor ou raça negra para as ocupações de empregador, empregados públicos e domésticos e por conta própria, o qual também revelou variações positivas para a cor ou raça amarela, indicando aumento em suas condições de inadimplência, em relação às pessoas de referência das famílias de cor ou raça branca.

Já as pessoas de cor ou raça amarela, parda e indígena revelaram efeitos marginais negativos, representando reduções nos atrasos de pagamentos de gastos familiares em geral, em relação à cor ou raça branca, quando comparadas com as pessoas de cor ou raça branca. O mesmo se verificou para as pessoas de cor ou raça negra, amarela e parda na condição de empregados

privados; amarela, parda, indígena e não identificada na condição de empregados públicos; amarela, parda e não identificada na condição de empregados domésticos; negra e parda na condição de empregados temporários rurais e indígena e não identificada na condição por conta própria.

As pessoas de referência de cor ou raça não identificada na condição de empregadores; indígena e não identificada na condição ocupacional de empregados privados; indígena na condição de empregados domésticos; amarela, indígena e não identificada na condição de empregados temporários rurais; parda na condição por conta própria e todas as cores e raças na condição de aprendizes revelaram efeitos marginais não significativos ou ausentes.

4.5.11 Análise dos efeitos marginais da presença de crianças, adolescentes e jovens em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

Resultados estimados de efeitos marginais positivos foram verificados com a presença de pré-adolescentes na idade de 6 a 14 anos nas posições ocupacionais de empregador, empregado público e por conta própria e com a presença de adolescentes na idade de 15 a 17 anos nas ocupações de empregador e empregado temporário rural, indicando aumento da inadimplência familiar em relação às famílias com crianças de até 5 anos.

Nas famílias com adolescentes de 6 a 14 anos nas ocupações de empregados privados, domésticos e temporários rurais e com adolescentes de 15 a 17 anos nas ocupações de empregados privados, domésticos e por conta própria foram reveladas estimativas significativas com efeitos marginais negativas, o que representa reduções da inadimplência familiar, quando comparados com a presença de crianças de até 5 anos.

A presença de adolescentes de 15 a 17 anos na ocupação de empregados públicos apresentaram efeitos marginais não significativos, o mesmo se verificando na presença de pré-adolescentes de 6 a 14 anos nas famílias de aprendizes, que também revelou a ausência de valores diante da presença de adolescentes de 15 a 17 anos nas famílias.

4.5.12 Análise dos efeitos marginais da presença de gravidez em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

As estimativas relacionadas à variável presença de gravidez nas famílias apresentaram efeitos marginais negativos nas posições ocupacionais de empregados privado, público, doméstico, temporário rural e por conta própria, indicando redução da inadimplência familiar em relação às famílias que não possuem pessoas grávidas.

Não se verificaram efeitos marginais significativos e positivos, mas ocorreram resultados não significativos para as ocupações de empregadores e aprendizes.

4.5.13 Análise dos efeitos marginais do recebimento de aposentadoria em relação à inadimplência familiar total conforme a posição ocupacional das pessoas de referência das famílias

As pessoas de referência das famílias que estão na condição de aposentados em relação aos não aposentados, apresentaram efeitos marginais negativos em todas as ocupações, com exceção da ocupação de empregado temporário rural que revelou resultado não significativo, e da ocupação de aprendiz com ausência de valor. Os efeitos marginais negativos observados indicam reduções na inadimplência das famílias quando em comparação com as pessoas de referência que não recebem aposentadorias.

A seguir é apresentado o Quadro 4 com as variações esperadas na inadimplência geral de cada posição ocupacional, tendo em vista oferecer uma síntese dos resultados encontrados nas estimativas dos efeitos marginais das variáveis explicativas do sobre endividamento familiar para proporcionar melhor compreensão das análises desenvolvidas nesta seção. Para as variáveis explicativas com mais de uma classe, foi obtida uma única variação a partir da constatação da incidência de variações significativas positivas e negativas, ou seja, a maior quantidade de variações foi utilizada no quadro.

Quadro 4 - Variações esperadas na inadimplência de cada posição ocupacional conforme o efeito marginal de cada variável explicativa

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	EMPREGADOR	EMPREGADO	EMPREGADO	EMPREGADO	EMPREGADO	CONTA	APRENDIZ
		PRIVADO	PÚBLICO	DOMÉSTICO	TEMPORÁRIO RURAL	PRÓPRIA	
IDADE	POSITIVA	NEGATIVA	POSITIVA	NEGATIVA	POSITIVA	NEGATIVA	NEGATIVA
ATIVOS FINANCEIROS	NEGATIVA	NEGATIVA	POSITIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	POSITIVA	
ATIVOS NÃO FINANCEIROS	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	
RENDA BRUTA TOTAL	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	POSITIVA	NEGATIVA	
ANOS DE ESTUDO	NEGATIVA	NEGATIVA	POSITIVA	POSITIVA	NEGATIVA	POSITIVA	
ESTADO CIVIL CASADO	NEGATIVA	POSITIVA	NEGATIVA	POSITIVA	NEGATIVA	POSITIVA	
SEXO FEMININO			POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	
COR OU RAÇA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	
PRESENÇA DE CRIANÇAS	POSITIVA	NEGATIVA	POSITIVA	INDETERMINADA	INDETERMINADA	INDETERMINADA	
DEBILIDADE NA SAÚDE		POSITIVA	NEGATIVA	POSITIVA		POSITIVA	
PRESENÇA DE GRAVIDEZ		NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	
CORRER RISCOS	POSITIVA	POSITIVA	POSITIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	POSITIVA	POSITIVA
APOSENTADO	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA	NEGATIVA		NEGATIVA	
VARIAÇÕES DA VARIÁVEL EM RELAÇÃO AO ENDIVIDAMENTO			POSITIVA	NEGATIVA	INDETERMINADA, NÃO SIGNIFICATIVA OU AUSENTE		

Fonte: Informações obtidas a partir dos dados retirados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF 2008-2009)

Após as discussões que procuraram corroborar ou não as estimativas deste estudo com outros trabalhos realizados por vários autores e em diversas partes do globo, o capítulo seguinte irá apresentar os principais resultados, procurando formular um perfil das pessoas de referência responsáveis pelas famílias em cada tipo de endividamento e de sobre endividamento.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho de tese utilizou a base de dados da pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009 (POF 2008-2009) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para analisar a extensão do problema de endividamento familiar, a partir da formulação de modelo empírico que demonstre as relações de variáveis explicativas econômicas e demográficas com a situação de constituição e manutenção de dívidas e com a condição de atraso no pagamento de compromissos assumidos pelas famílias conforme os tipos de endividamento e de inadimplência e, ainda, conforme a atividade ocupacional das pessoas de referência responsáveis pelas unidades de consumo familiares.

As principais variáveis utilizadas no estudo foram a *propensão ao risco* e a *condição de saúde* das famílias.

Os resultados das estimativas sobre a *propensão ao risco* por parte dos responsáveis pelas famílias se relacionam positivamente com dívidas totais, financiamento imobiliário, outras dívidas e a inadimplência familiar, indicando a economia da euforia que geram expectativas crescentes e confirmam as hipóteses números um e seis. Por outro lado, as dívidas com cartão de crédito, os empréstimos bancários e o grau de endividamento familiar se relacionam inversamente com a *propensão ao risco*, o que também ocorre no endividamento total para a ocupação de empregador e na inadimplência com as ocupações de empregado doméstico e temporário rural.

A variável explicativa *debilidade na saúde* das famílias indicam estarem diretamente relacionadas com o endividamento e com a inadimplência das famílias, confirmando as hipóteses números dois e sete, com exceção do endividamento total para as ocupações de empregador e empregado privado e com a inadimplência para os empregados públicos.

Além destas variáveis foram consideradas outras como a *idade das pessoas de referência* e a *posse de riquezas* pelas famílias, representadas pelas posses de ativos financeiros e não financeiros.

Os resultados encontrados a respeito do endividamento e do sobre endividamento das famílias e a *idade das pessoas de referência* revelaram uma relação inversa, consistente com a teoria do ciclo de vida, com exceção do grau de endividamento que apresentou relacionamento direto com a idade. Mas apesar deste resultado, as demais estimativas permitem confirmar as hipóteses números três e oito.

As variações observadas na *idade das pessoas de referência* foram negativas em todas as ocupações profissionais, exceto nas ocupações de empregados públicos e temporários rurais que indicaram variações positivas na inadimplência

A posse de *riqueza financeira* das famílias apresentou variações negativas em relação a todos os tipos de dívidas e de inadimplência das famílias, confirmando as hipóteses números quatro e nove, exceto com as dívidas com cartão de crédito e para as ocupações de empregado doméstico e aprendiz.

Por outro lado, a posse de *riqueza não financeira* revelou relação positiva em todos os tipos de endividamento e de inadimplência, confirmando as hipóteses números cinco e dez, apesar de algumas classes de riqueza em algumas ocupações apresentarem relacionamento negativo, ora com o endividamento, ora com a inadimplência.

Considerando a posse de ativos financeiros e não financeiros conjuntamente, como indicativo da *riqueza das famílias*, os resultados indicaram que as dívidas realizadas pelas famílias com financiamento imobiliário e com cartão de crédito aumentam de acordo com o aumento das riquezas. Nos demais tipos de endividamento a riqueza financeira diminui e a riqueza não financeira aumenta em relação às dívidas familiares.

Na avaliação das características das famílias endividadas ou sobre endividadas, além das variáveis explicativas consideradas nas hipóteses do estudo, observou-se a explicação do endividamento familiar através de outras variáveis econômicas e demográficas relacionadas às pessoas de referência responsáveis pelas unidades consumidoras familiares, que apresentaram estimativas significantes, cujos destaques são apresentados a seguir.

Dentre as variáveis econômicas consideradas, a renda bruta total revelou variações positivas na relação com o endividamento total e com todos os tipos de dívidas utilizados no presente estudo, enquanto que a condição de aposentado apresentou variações negativas.

Quanto às variáveis demográficas, os destaques são para a presença de crianças e, principalmente, a presença de gravidez, que podem representar a composição familiar e apresentaram variações positivas em relação ao endividamento total e com todos os tipos de dívidas considerados.

Sobre a condição de inadimplência das famílias, as demais variáveis econômicas e demográficas também se mostraram significativas em quase sua totalidade, como relacionadas com os atrasos geral e específicos apresentados pelas famílias.

O destaque em termos de variáveis econômicas foi a renda bruta total, que juntamente com a condição de aposentado, apresentaram variações negativas em relação à condição de inadimplência das famílias, enquanto que a variável correr riscos para melhorar a renda familiar revelou-se positiva em relação aos atrasos familiares.

Pelo lado das variáveis demográficas, ressalta-se a presença de gravidez que apresentou variações negativas em relação à inadimplência geral e em cada tipo de atraso de pagamentos das famílias.

Considerando os resultados estimados dos efeitos marginais das variáveis em relação às dívidas totais das famílias, se observa que as maiores variações positivas foram constatadas na variável de posição ocupacional de aprendiz com 23,54 pontos percentuais, vindo a seguir as classes da variável de investimentos em ativos não financeiros com variações de 8,23 a 16,94 pontos percentuais, seguido da classe de renda bruta com variações de 2,91 a 11,63 pontos percentuais. Ressalte-se, ainda, que as pessoas de cor ou raça amarela apresentaram 7,51 pontos percentuais positivos enquanto que as pessoas de cor ou raça indígena revelaram variações de 6,19 pontos percentuais negativos que foi a maior variação negativa.

Em relação ao grau de endividamento familiar, caracterizado pela presença das três dívidas ao mesmo tempo – com cartão de crédito, empréstimos bancários e outras dívidas – se observa que todas as variações foram bastante reduzidas, com valores sempre inferiores a um ponto percentual.

Quanto à condição de inadimplência familiar, a maior variação positiva foi observada na variável debilidade da saúde com 3,22 pontos percentuais e a maior variação negativa foi na variável de ocupação aprendiz com 9,36 pontos percentuais.

Estes resultados enfatizam que a condição de endividamento é mais acentuada do que a inadimplência familiar, conforme os dados da pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009.

É interessante observar que as análises deste tipo de endividamento quanto à variável explicativa idade das pessoas de referência, revelaram o aumento do endividamento por cartão de crédito na maior faixa etária, enquanto que na verificação da quantidade de anos de estudos em relação às dívidas por cartão de crédito, se observa a redução deste endividamento. Com isso, pode ser interessante desenvolver outros estudos que utilizem estas variáveis conjuntamente, assim como a construção de outras variáveis múltiplas, para se obter melhores resultados explicativos. Também se recomenda a utilização de outras abordagens metodológicas, o emprego de outras fontes de dados, inclusive de períodos mais próximos, a

utilização de dados longitudinais para verificar a evolução do endividamento e do sobre endividamento familiar e a consideração de variáveis econômicas como taxas de juros e índices de preços, não disponíveis na POF, que possibilitariam avaliar outros aspectos do endividamento e do sobre endividamento das famílias.

REFERÊNCIAS

- ABEL, Andrew B.; BERNAKE, Ben S.; CROUSHORE, Dean. *Macroeconomia*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
- AGARWAL, S.; LIU, C. Determinants of credit card delinquency and bankruptcy: macroeconomic factors. *Journal of Economics and Finance*, v. 27, n. 1, 2003.
- AIZCORBE, A. M.; KENNICKELL, A. B.; MOORE, K. B. Recent changes in U.S. family finances: evidence from the 1998 and 2001 Survey of consumer finances. *Federal Reserve Bulletin*, n. 89, 2003.
- ALLAIS, M. Le comportement de l'homme rationnel devant le risqué: Critique des postulats et axiomes de l'école américaine. *Econometrica*, n. 21, 1953.
- ALVES, Rui Miguel Deus. *Determinantes do atraso no cumprimento bancário em crédito à habitação*. 2008. 123 f. Dissertação – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/227/1/msc_rmdalves.pdf>. Acesso em 06 mar. 2012.
- ANDERLONI, L. VANDONE, D. Risk of Overindebtedness and Behavioural Factors. *Social Science Research Network*, 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1653513>. Acesso em: 7 ago. 2013.
- ANDO, A.; MODIGLIANI, F. The “life cycle” hypothesis of savings: aggregate implications and tests. (Reprinted with permission from American Economic Review, v. 53, n. 1 (March 1963), 55–84). In MODIGLIANI, F. *The collected papers of Franco Modigliani*. Cambridge-MA: The MIT Press, v. 6, 2005.
- BACEN – Banco Central do Brasil - Sistema gerenciador de séries temporais, 2014. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em 05 mai. 2014.
- BANCO DE PORTUGAL. *A economia portuguesa no contexto da integração económica, financeira e monetária*. Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal. Lisboa: Tipografia Peres, 2009. Disponível em <<http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/outras/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Publica%C3%A7%C3%A3o%20Completa.pdf>>. Acesso em 06 mar. 2012.
- BARNES, Sebastian; YOUNG, Garry. The rise in US household debt: assessing its causes and sustainability. London: *Publications Group*, Bank of England, Working Paper 206, 2003.
- BERNANKE, B. S.; GERTLER, M. Inside the black box: the credit channel of monetary policy transmission. *Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 4, fall. 1995. Disponível em: <http://www.calstatela.edu/faculty/rcastil/ECON_435/Bernanke.pdf>. Acesso em 28 out. 2013.
- BERNOULLI, D. Exposition of a new theory on the measurement of risk. *Econometrica*, n. 22, 1954.
- BERNSTEIN, Peter L. *Desafio aos deuses: a fascinante história do risco*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- BERNTHAL, M. J.; CROCKETT, D.; ROSE, R. L. Credit cards as lifestyle facilitators. *Journal of Consumer Research*, v. 32, n. 1, 2005.
- BERTAUT, Carol; STARR-MCCLUER, Martha. Household portfolios in the United States. *Federal Reserve Board of Governors*, abr., 2000.

- BERTAUT, C. C.; HALIASSOS, M. Credit cards: facts and theories. *The Economics of Consumer Credit*. Cambridge-MA: The MIT Press, abr., 2005.
- BIRD, E. J.; HAGSTROM, P. A.; WILD, R. Credit card debts of the poor: high and rising. *Journal of Policy Analysis and Management*, v. 18, n. 1, winter, 1999.
- BLOCK-LIEB, S.; JANGER, E. J. The myth of the rational borrower: rationality, behavioralism and the misguided “reform of bankruptcy law”. *Texas Law Review*, v. 84, n. 6, mai., 2006.
- BRIDGES, S.; DISNEY, R. Use of credit and arrears on debt among low-income families in the United Kingdom. *Fiscal Studies*, n. 25, mar. 2004.
- BROWNING, M.; CROSSLEY, T.. The life-cycle model of consumption and savings. *Journal of Economic Perspectives*, v. 15, n. 3, summer, 2001.
- BROWN, Sarah; TAYLOR, Karl. Household debt and financial assets: evidence from Germany, Great Britain and the USA. *Journal of the Royal Statistical Society: Series A (Statistics in Society)*, v. 171, n. 3, 2008.
- BROWN, S.; TAYLOR, K.; PRICE, S. Debt and distress: Evaluating the psychological cost of credit. *Journal of Economic Psychology*, v. 26, 2005.
- CASADO, M. M. Os princípios fundamentais como ponto de partida para uma primeira análise do sobre endividamento no Brasil. *RDC*, n. 33, 2001.
- CASTRONOVA, E.; HAGSTROM, P. The demand for credit cards: evidence from the Survey of Consumer Finances. *Economic Inquiry*, v. 42, n. 2, abril, 2004.
- CECCHETTI, S. G.; MOHANTY, M. S.; ZAMPOLLI, F. The real effects of debt. *BIS Working papers*. Bank for International Settlements (BIS), n. 352, set. 2011.
- CHAWLA, Raj K.; UPPAL, Sharanjit. Household debt in Canada. Statistics Canada, *Perspectives on Labour and Income*, mar. 2012.
- CLARIDA, Richard; GALÍ, Jordi; GERTLER, Mark. Monetary policy rules and macroeconomic stability: evidence and some theory. *The Quarterly Journal of Economics*, fev., 2000.
- CNC - Confederação Nacional Do Comércio De Bens, Serviços E Turismo. *Pesquisa de endividamento e inadimplência CNC (PEIC-2013)*. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/>>. Acesso em: 06 mar 2014.
- CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. *Endividamento familiar*. Pesquisa de mercado, 2011. Disponível em <<http://felizemdividas.blogspot.com/2011/09/endividamento-familiar-pesquisa-de.html>>. Acesso em 06 mar. 2013.
- COX, D.; JAPPELLI, J. The effect of borrowing constraints on consumer liabilities. *Boston College Working Papers in Economics*, Boston, n. 228, 1993.
- COX, P.; WHITLEY, J.; BRIERLEY, P. Financial pressures in the UK households sector: evidence from the British household panel survey. *Bank of England Quarterly Bulletin*, winter, 2002.
- CROOK, J. The demand for household debt in the USA: evidence from the 1995 Survey of Consumer Finance. *Applied Financial Economics*, v. 11, n. 1, 2001.
- DAVIES, Emma; LEA, Stephen E.G. Student attitudes to student debt. *Journal of Economic Psychology*, v. 16, 1995.

DESSI, R.; ROBERTSON, D. Debt, incentives and performance: evidence from UK panel data. *The Economic Journal*, v. 113, 2003.

DIOGO, C.; AMARAL, J.; LINO, J. *Endividamento familiar português*. Universidade de Aveiro, 2008. Disponível em: <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:QLX2P4UDX60J:scholar.google.com/+DIOGO,+C.%3B+AMARAL,+J.%3B+LINO,+J.+En+dividamento+familiar+portugu%C3%AAs,+2008&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&as_vis=1>. Acesso em 29 out. 2013.

DUCA, John V.; ROSENTHAL, Stuart S. Borrowing constraints, household debt, and racial discrimination in loan markets. *Journal of Financial Intermediation*, Elsevier, v. 3, n. 1, out., 1993.

DYNAN, K. E.; KOHN, D.L. The Rise in U.S. Household Indebtedness: Causes and Consequences. *Social Science Research Network*, 2007. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1019052>. Acesso em: 5 jul. 2013.

FAMÁ, R.; KAYO, E.K. Teoria de agência e crescimento: evidências empíricas dos efeitos positivos e negativos do endividamento. *Caderno de Pesquisas em Administração*, v. 2, n. 5, 1997.

FANG, H-J. *Compilation and Analysis of Taiwan's Household Debt Statistics*. Department of Economic Research, Central Bank of the Republic of China (Taiwan) (CBC). out. 2010. Disponível em <<http://www.bis.org/ifc/events/5ifconf/fang.pdf>>. Acesso em 06 mar. 2012.

FED - Federal Reserve Bank of New York - Research and Statistics Microeconomic and Regional Studies - *Quarterly Report on Household Debt and Credit Developments in 2010*. Ago. 2010. Disponível em <http://www.newyorkfed.org/research/national_economy/householdcredit/DistrictReport_Q22010.pdf>. Acesso em 06 mar. 2012.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. FGV Notícias. *Economia e Finanças*. Consumidores estão mais endividados, aponta IBRE. 21 de julho de 2014. Disponível em: <<http://fgvnoticias.fgv.br/pt-br/noticia/consumidores-estao-mais-endividados-aponta-ibre>>. Acesso em 20 jul. 2014.

FIGUEIRA, Rebeca Formiga. *Devo, não nego, pago quando puder: uma análise acerca dos fatores condicionantes no comportamento do consumidor endividado*. 2013. 140f. Dissertação – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/ppga/site/arquivos/dissertacoes/dissertacao_540.pdf>. Acesso em 16 dez.2013.

FISHER, C.; KENT, C. Two depressions, one banking collapse. Reserve Bank of Australia, *Research Discussion Paper*, n. 1999-06, 1999.

FOURNIER, S. RICHINS, M. Some theoretical and popular notions concerning materialism. *Journal of Social Behavior and Personality*, n. 6, 1991.

FOSTER, J. B. The household debt bubble. *Monthly Review*, v. 58, n. 1, mai. 2006.

FRADE, C. et al. *Um perfil dos sobre-endividados em Portugal*. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia de Coimbra. Portugal, 2008. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/452_relatorio_proj_regulacao_consumo.pdf>. Acesso em 29 out. 2013.

FRIEDMAN, M. *A theory of the consumption function*. Princeton: Princeton University Press, 1957.

GARLING, T. et al. Psychology, financial decision making, and financial crises. *Psychological Science in the Public Interest*, v. 10, n. 1, 2009.

GARMAN, E. T.; FORGUE, R. E. *Personal finance*. 11. ed. Mason, OH: South-Western – Cengage Learning, 2012.

GERARDI, K.; GOETTE, L.; MEIER, S. Financial literacy and subprime mortgage delinquency: evidence from a survey matched to administrative data. Federal Reserve Bank of Atlanta, *Working Paper Series*, n. 2010-10, 2010.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLICK, R.; LANSING, K. J.. U.S. household deleveraging and future consumption growth. *Federal Reserve Bank of San Francisco (FRBSF) Newsletter*, n. 2009-16, mai., 2009.

GREENE, W. H. *Econometric analysis*. 5. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall, 2003.

GROSS, D.; SOULELES, N. Do liquidity constraints and interest rates matter for consumer behavior? Evidence from credit card data. *Quarterly Journal of Economics*, v. 117, n. 1, 2002.

GUJARATI, D. *Econometria Básica*. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

GUTTMANN, R.; PLIHON, D. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. CEPN - Centre d'Economie de l'université Paris Nord. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, Número especial, dez. 2008.

HAYHOE, C.; LEACH, L.; TURNER, P. Discriminating the number of credit cards held by college students using credit and money attitudes. *Journal of Economic Psychology*, v. 20, n. 2, 1999.

HURST, Matt. Debt and family type in Canada. *Canadian Social Trends*, n. 91, summer. (Statistics Canada Catalogue n. 11-008-X) 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *POF 2008-2009 – Pesquisa do Orçamento Familiar 2008-2009*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/microdados.shtm>. Acesso em 28 out. 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brazilian Institute of Geography and Statistics. 2000. *Censo Demográfico 2000— Características Gerais da População*. IBGE: Rio de Janeiro.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Índice de Expectativa das Famílias (IEF). 2014. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em 15 out. 2013.

JAPELLI, Tullio. Who is credit constrained in the U.S. economy? *The Quarterly Journal of Economics*, MIT Press, v. 105, n. 1, feb. 1990

KATONA, G. *Psychological economics*. New York: Elsevier, 1975.

KEEN, Steve. Policy Forum: Household Debt: The Final Stage in an Artificially Extended Ponzi Bubble. Sidney: School of Economics and Finance, University of Western Sydney. *The Australian Economic Review*. v. 42, n. 3, 2009.

KEESE, M. Who feels constrained by high debt burdens? – subjective vs. objective measures of household indebtedness. *Social Science Research Network*, 2010.

KERLINGER, F. N. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: EPU, 1980.

KIM, H.; DEVANEY, S. A. The determinants of outstanding balances among credit card revolvers. *Financial Counseling and Planning*, n. 12, 2001.

KÖSTERS, Wim; PAUL, Stephan; STEIN, Stefan. An economic analysis of the EU Commission's Proposal for a new consumer credit directive - Offering consumers more protection or restricting their options? *Intereconomics*. v. 39, n. 2, mar.apr. 2004.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de Marketing. 12 ed. São Paulo: Pearson, 2006.

LA CAVA, Gianni; SIMON, John. A tale of two surveys: household debt and financial constraints in Australia. Research Discussion Paper. *Economic Research*. Reserve Bank of Australia. Jul. 2003.

LEA, S. E. G., WEBLEY, P., LEVINE, R. M. The economic psychology of consumer debt. *Journal of Economic Psychology*, n. 14, 1993.

LEA, S. E. G., WEBLEY, P., WALTER, C. Psychological factors in consumer debt: money management, economic socialization, and credit use. *Journal of Economic Psychology*, n. 16, 1995.

LEE, S.; DEVANEY, S. A. The effects of consumer's ability, confidence and willingness to pay on the consumer installment borrowing decision. *Proceedings of the Association of Financial Counseling and Planning Education*, 2000.

LEE, J.; KWON, K. Consumers' use of credit cards: Store credit card usage as an alternative payment and finance medium. *Journal of Consumer Affairs*, v. 36, n. 2, 2002.

LIVINGSTONE, S. M.; LUNT, P. K. Predicting personal debt and debt repayment: psychological, social and economic determinants. *Journal of Economic Psychology*, v. 13, n. 1, 1992. Disponível em: <<http://www.refdoc.fr/Detailnotice?cpsidt=5224481&traduire=fr>>. Acesso em 29 out. 2013.

LO, H.; HARVEY, N. Shopping without pain: compulsive buying and the effects of credit card availability in Europe and the Far East. *Journal of Economic Psychology*, n. 32, 2011.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. Os jovens e o endividamento familiar. FAE – Centro universitário. *Vitrine da Conjuntura*. Curitiba: v. 3, n. 1, mar. 2010.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARQUES, M. M. *et.al. O Endividamento dos Consumidores*. Coimbra: Almedina, 2000.

MARQUES, M. M. L. (supervisora); FRADE, C. (coordenadora). *Desemprego e sobre endividamento dos consumidores: contornos de uma 'ligação perigosa'*. Relatório final. Projecto desemprego e endividamento das famílias. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra: PIQS/ECO/50119, 2003. Disponível em: <http://oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/relatorio_desemprego_sobreendividamento.pdf>. Acesso em 29 out. 2013.

MARQUES, M.M.L.; FRADE, C. Regular o sobre endividamento. Observatório do Endividamento dos Consumidores. *Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 2005. Disponível em <<http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-e-eventos/anexos/prof-doutora-maria/downloadFile/file/MMLM.pdf?nocache=1210675423.37>>. Acesso em 06 mar. 2012.

MATEI M.; MACHADO M.; OLIVEIRA A. Comportamento do consumidor: fatores que influenciam no processo de decisão de compra dos consumidores finais. Maringá Management: *Revista de Ciências Empresariais*, v. 3, n.2, jul.dez. 2006.

- MATOS, C.; BONFANTI, K. . Comportamento Compulsivo de Compra: Fatores influenciadores no Público Jovem. *XXXII ENANPAD - Encontro de Pós-Graduação em Administração*, 2008, Rio de Janeiro. Anais do XXXII EnANPAD, 2008.
- MENG, Sam; HOANG, Nam T.; SIRIWARDANA, Mahinda. The determinants of australian household debt: a macro-level study. Armidale: *Business, Economics and Public Policy Working Papers*. University of New England, School of Business Economics and Public Policy. N. 2011-4, 2011.
- MEYER, L. H. Does money matter? *Federal Reserve Bank of St. Louis Review*, set.out. 2001.
- MEYER, Laurence. Comparative Central Banking and the politics of monetary policy. *Federal Reserve Bank of Minneapolis*, 2001. Disponível em: <<http://www.minneapolisfed.org/info/policy>>. Acesso em 26 jul. 2013.
- MINELLA, A.; FREITAS, P.; GOLDFAJN, I.; MUINHOS, M Inflation targeting in Brazil: constructing credibility under exchange rate volatility. *Journal of International Money and Finance*, v. 22, n.7, 2003.
- MINELLA, A.; FREITAS, P.; GOLDFAJN, I.; MUINHOS, M. Inflation targeting in Brazil: lessons and challenges. *Working Paper of the Central Bank of Brazil*, Brasília, n. 53, 2002.
- MODIGLIANI, F.; BRUMBERG, R. *Utility analysis and the consumption function: An interpretation of cross-section data*. 1954. In *The Collected Papers of Franco Modigliani*. V. 6, The MIT Press.
- MONTEIRO, A. M. B. A. *O endividamento, relativo à habitação, das famílias residentes num bairro social, em Lisboa*. 2010. 82 f. Dissertação – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2010.
- MOREIRA, A. S.; TAMAYO, A. Escala de Significado do Dinheiro: Desenvolvimento e Validação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 15, n. 2, 1999.
- MOREIRA, A. S. *Valores e dinheiros: um estudo transcultural da relação entre prioridades de valores e significado do dinheiro para indivíduos*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
- MOURA, A. G. *Impacto dos diferentes níveis de materialismo na atitude ao endividamento e no nível de dívida para financiamento do consumo nas famílias de baixa renda do município de São Paulo*. 2005. 174 f. Dissertação – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2005.
- OECD - Observatório do Endividamento dos Consumidores. *Endividamento e sobre endividamento das famílias: conceitos e estatísticas para a sua avaliação*. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Fev. 2002. Disponível em <http://oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf>. Acesso em 06 mar. 2012.
- OLIVEIRA, K. F. T. *Endividamento através do consumo: uma análise com a classe média em Gurupi-TO*. 2009. 69 f. Centro Universitário UNIRG, Gurupi-TO, 2009.
- PARANAIBA, Adriano de C. Análise econométrica do consumo das famílias na POF 2002-2003. *E-Revista Facitec*. Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas. V.3, n.1, art.2, dez. 2009.
- PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. *Econometria: modelos e previsões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

- PONCHIO, M. C. *The influence of materialism on consumption indebtedness in the context of low income consumers from the city of Sao Paulo*. 2006. 175 p. Tese de Doutorado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2006.
- PONCHIO, M.C.; ARANHA, F. Materialism as a predictor variable of low income consumer behavior when entering into installment plan agreements. *Journal of Consumer Behaviour*, v. 7, 2008.
- PONCHIO, M.C.; ARANHA, F.; TODD, S. Estudo exploratório do construto de materialismo no contexto de consumidores de baixa renda do município de São Paulo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, Número especial, 2008.
- PRESMAN, S.; SCOTT, R. Consumer debt and the measurement of poverty and inequality in the US. *Review of Social Economy*, v. LXVII, n. 2, 2009.
- RIBEIRO, C. A.; VIEIRA, K. M.; SANTOS, J. H. A.; TRINDADE, L. L.; MALLMANN, E. I. *Finanças pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração*. XII SEMEAD – FEA – USP, Área temática: Finanças. São Paulo: FEA/USP, 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/385.pdf>>. Acesso em 19 ago. 2013.
- RICHINS, M. L.; DAWSON, S. A Consumer values orientation for materialism and its measurement: scale development and validation. *Journal of Consumer Research*, Chicago, v. 19, n. 3, dez. 1992.
- RINALDI, Laura; SANCHIS-ARELLANO, Alicia. Household debt sustainability: what explains household non-performing loans? – an empirical analysis. *Working Paper Series*. European Central Bank. Nº 570, jan. 2006.
- SELLTIZ, C. et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.
- SERASA EXPERIAN. *Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor: sem ajuste sazonal*. 2013. Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/qualid_cred_consumidor.htm>. Acesso em 29 out. 2013.
- SILVA, Pablo Rogers. *Psicologia do risco de crédito: análise da contribuição de variáveis psicológicas em modelos de credit scoring*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.pablo.prof.ufu.br/artigos/teserogers.pdf>>. Acesso em 20 mai 2013.
- SOMAN, D. Effects of payment mechanism on spending behavior: the role of rehearsal and immediacy of payments. *Journal of Consumer Research*, University of Chicago Press, v. 27, mar., 2001.
- SU, L.; BROWN, S.; GHOSH, P.; TAYLOR, K. Modeling Household Debt and Financial Assets: A Bayesian Approach to a Bivariate Two-Part Model. *Sheffield Economic Research Paper Series*. University of Sheffield, Sheffield, UK, n. 2012.009, mar. 2012.
- TEIXEIRA, L. A. S. *Uma investigação sobre a desigualdade na distribuição de renda e o endividamento dos trabalhadores norte-americanos dos anos 1980 aos anos 2000*. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, n. 1695, jan. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15131>. Acesso em 06 mar. 2012.
- TRINDADE, L. L.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S.; CAVALHEIRO, E. A. Como as mulheres abrem suas carteiras? Uma análise dos determinantes da propensão ao endividamento. *XXXIV Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro: 25-29 set. 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/fin765.pdf>>. Acesso em 06 mar. 2012.

TRINDADE, Larissa de Lima. *Determinantes da propensão ao endividamento: um estudo nas mulheres da mesorregião centro ocidental riograndense*. 2009. 101 f. Dissertação – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppga/site_antigo/dissertacoes/disse_larissa_de_lima_trindade.pdf>. Acesso em 06 mar. 2012.

TRINDADE, Larissa de Lima; VIEIRA, Kelmara Mendes; CAVALHEIRO, Everton Anger; CERETTA, Paulo Sérgio. Atitude para dívida: uma análise do comportamento feminino para o endividamento. *XIII SEMEAD – Seminários em Administração, área temática: finanças*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, set. 2010. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/38.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2013.

VITT, L. A. Consumers financial decisions and the psychology of values. *Journal of Financial Service Professionals*, v. 58, n. 6, 2004.

VON NEUMANN, John; MORGENSTERN, Oskar. *Theory of games and economic behavior*. Princeton: Princeton University Press, 1980.

WANG, L. B.; WEI LU, A.; MALHOTRA, N. K. Demographics, attitude, personality and credit card features correlate with credit card debt: a view from China. *Journal of Economic Psychology*, v. 32, n. 1, 2011.

WEBLEY, P.; NYHUS, E. K. Life-cycle and dispositional routes into problem debt. *British Journal of Psychology*, n. 92, 2001.

WOODFORD, Michael. *Monetary policy in the information economy*. 2001. Texto disponível em: <<http://www.princeton.edu/~woodford/>>. Acesso em: 9 jun. 2013.

YEN, S. T.; BOXALL, P. C.; ADAMOWICZ, W. L. An econometric analysis of donations for environmental conservation in Canada. *Journal of Agricultural and Resource Economics*, n. 22, 1997.

YILMAZER, T.; DEVANEY, S. A. Household debt over the life cycle. *Financial Services Review*. West Lafayette (USA): Department of Consumer Sciences and Retailing, v. 14, 2005.

ZALTMAN, G. WALLENDORF, M.. *Consumer behavior: basic findings and management implications*. New York, Wiley & Sons, 1979

ZERRENNER, S. A. *Estudo Sobre as razões do endividamento para a população de baixa renda*. 2007. 57 f. Dissertação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13112007-120236/pt-br.php>>. Acesso em 20 mai. 2013.

APÊNDICE 1 – VARIÁVEIS OU FATORES E REFERÊNCIAS DE ESTUDOS SOBRE O ENVIDAMENTO FAMILIAR

VARIÁVEIS OU FATORES	REFERÊNCIAS
Acesso aos mercados de crédito	Godwin (1998); Hayhoe et all. (1999); Slomp (2008), Alves (2008), Casado (2001)
Alfabetização e educação financeira	Lusardi; Tufano (2009), Anderloni; Vandone (2010), Disney; Gathergood (2011), Gathergood (2011), Gerardi et al. (2010), Hurst (2011)
Alterações na situação econômica	Godwin (1998), Keese (2010), Rinaldi; Sanchis-Arellano (2006), Lea, Webley; Levine (1993), Guttman; Plihon (2008), Marques et al. (2002), Keen (2009), Teixeira (2012), Katona (1975)
Atitude com cartão de crédito	Figueira (2013), Bird et al. (1999), Castronova; Hagstrom (2004), Lee; Kwon (2002), Gross; Souleles (2002), Malhotra; Lu; Wang (2011), Lo; Harvey (2011), Hayhoe et al. (2000), Bernthal; Crockett; Rose (2005), Presman; Scott (2009), Dynan; Kohn (2007), Ribeiro et al (2009), Zerrenner (2007), Livingstone; Lunt (1992), Soman (2001); Block-Lieb; Janger (2006)
Atitude em relação ao dinheiro	Hayhoe et al. (1999), Moreira; Tamayo (1999), Moreira (2000), Figueira (2013), Yen et al. (1997), Roca (2006)
Atitude em relação ao endividamento	Livingstone; Lunt (1992), Zhu; Meeks (1994), Davies; Lea (1995), Lea et al. (1995), Godwin (1998), Hayhoe et al. (1999), Hayhoe et al. (2000), Chien ; DeVaney (2001), Webley ; Nyhus (2001), Kim ; DeVaney (2001), Moura (2005), Auh; Shih; Yoon (2008), Paranaiba (2009), Lea; Webley ; Levine (1993), Malhotra; Lu; Wang (2011)
Atitude em relação ao risco	Tokunaga (1993), Junior; Fama (2002), Keese (2010), Crook (2001), Marques; Frade (2003), Bernstein (1997), Garling (2009), Silva (2011)
Atributos psicológicos	Brown; Taylor; Price (2005), Weich; Lewis (1998), Stradling (2001), Roberts; Jones (2001), Malhotra; Lu; Wang (2011), Katona (1975), Vitt (2004), Barbeado; Silva (2008), Silva (2011)
Autoconfiança	Zerrenner (2007)
Autocontrole	Figueira (2013), Webley; Nyhus (2001)
Autoeficácia	Tokunaga (1993)
Autoestima	Lunt; Livingstone (1991), Matos; Bonfanti (2008)
Busca por felicidade	Fustaino (2009)
Classe social	Livingstone; Lunt (1992), Vitt (2004)
Competências de gerenciamento do dinheiro	Desart; Kuylen (1986), Tokunaga (1993), Lea et al. (1995), Ferreira (2006)
Comportamento materialista	Fournier ; Richins (1991), Tokunaga (1993), Walker (1996), Richins (2004), Ponchio; Aranha (2007), Ponchio (2006 e 2007), Matos; Bonfanti (2008), Moura (2005), Richins; Dawson (1999), Ribeiro et al (2009), Trindade (2009), Trindade et al. (2010), Richins, Ponchio (2006)
Composição familiar (tamanho)	Godwin (1998), Keese (2010), Bridges; Disney (2004), Matos; Bonfanti (2008), Kösters; Paul; Stein (2004), Zerrenner (2007), Yilmazer; DeVaney (2005), Livingstone; Lunt (1992)

Compra compulsiva	Figueira (2013), Matos; Bonfanti (2008), Zerrenner (2007)
Compra impulsiva	Figueira (2013), Casado (2001)
Conhecimento de finanças pessoais	Desart e Kuylen (1986), Hayhoe et al. (1999)
Consumo no ciclo de vida ou consumo	Godwin (1998), Cox; Jappelli (1993), Rinaldi; Sanchis-Arellano (2006), Diogo; Amaral; Lino (2008), Yilmazer; DeVaney (2005)
Cor ou raça e origem nacional	Zaltman; Wallendorf (1979), Su et al. (2012), Duca; Rosenthal (1993), Matei et al. (2006), Kotler; Keller (2006), Guttman; Plihon (2008), Livingstone; Lunt (1992)
Desejo de gastar	Katona (1975)
Desejo de pertencer a um grupo social	Parente et al. (2008), Lea; Webley; Walker (1995), Matos; Bonfanti (2008), Trindade (2009)
Desemprego ou precariedade do emprego	Marques; Frade (2003), Agarwal; Liu (2003), Kösters; Paul; Stein (2004), Marques; Frade (2005), Monteiro (2010), Meng; Hoang; Siriwardana (2011), Zerrenner (2007)
Despesas de planejamento	Hayhoe et al. (1999), Kim; DeVaney (2001), Davies; Lea (1995), Zerrenner (2007)
Endividamento prévio	Zhu; Meeks (1994)
Escolaridade	Zaltman; Wallendorf (1979), Zhu; Meeks (1994), Kim; DeVaney (2001), Keese (2010), Lee; DeVaney (2000), Yilmazer; DeVaney (2005), Chawla; Uppal (2012), Ponchio (2006), Livingstone; Lunt (1992)
Estado civil	Zaltman; Wallendorf (1979), Godwin (1998), Croo (2001), La Cava; Simon (2003)
Estratégias de enfrentamento	Livingstone; Lunt (1992)
Estrutura de valor	Schwartz (1992, 1999), Moreira; Tamayo (1999), Moreira (2002)
Expectativas inflacionárias	Bryant (1990), Godwin (1998)
Gênero	Zaltman; Wallendorf (1979), Davies; Lea (1995), Hayhoe et al. (1999), Hayhoe et al. (2000), Keese (2010), Crook (2001), Matos; Bonfanti (2008), Ponchio (2006), Ribeiro et al (2009), Trindade (2009), Livingstone; Lunt (1992)
Gestão dos serviços de crédito	Lea et al. (1995)
Idade	Zaltman; Wallendorf (1979), Zhu; Meeks (1994), Davies; Lea (1995), Hayhoe et al. (1999), Drentea; Lavrakas (2000), Keese (2010), Livingstone; Lunt (1992), Bertaut; Haliassos (2005), Lee; DeVaney (2000), Yilmazer; DeVaney (2005), Bridges; Disney (2004), Matos; Bonfanti (2008), Brown; Taylor (2008), Su et al. (2012), La Cava; Simon (2003), Chawla; Uppal (2012), Ponchio (2006), Ribeiro et al (2009)
Inflação corrente	Dunkelberg (1989)
Inovação financeira	Dynan; Kohn (2007), Guttman; Plihon (2008), Teixeira (2012)
Limite de crédito	Kim; DeVaney (2001)
Locus de controle	Desart; Kuylen (1986), Lunt; Livingstone (1991), Livingstone; Lunt (1992), Tokunaga (1993), Davies; Lea (1995), Webley; Nyhus (2001)
Mercado de trabalho e benefícios sociais	Bridges; Disney (2004)

Número e tipos de cartões de crédito usados	Davies; Lea (1995), Kim; DeVaney (2001), Dynan; Kohn (2007), Bertaut; Haliassos (2005)
Obsessão	Hayhoe et al. (1999)
Orientação temporal (futuro ou presente)	Bryant (1990), Walden (1992), Lea et al. (1995), Godwin (1998), Webley; Nyhus (2001)
Patrimônio líquido ou ativos totais ou riqueza	Crook (2001), Yilmazer; DeVaney (2005), Cox et al. (2002), Brown; Taylor (2008), Bertaut; Starr-McCluer (2002), Kösters; Paul; Stein (2004), Duca ; Rosenthal (1993), Chawla; Uppal (2012)
Posição no trabalho ou ocupação	Zaltman; Wallendorf (1979), Zhu; Meeks (1994)
Prazer do consumidor	Livingstone; Lunt (1992), Trindade (2009)
Propensão ao endividamento	Figueira (2013), Ribeiro et al (2009), Trindade et al. (2010)
Recursos futuros esperados	Davies; Lea (1995), Godwin (1998), Norvilitis et al. (2003)
Religião	Davies; Lea (1995), Roca (2006), Matei et al. (2006), Kotler; Keller (2006), Ribeiro et al (2009)
Renda	Katona (1975), Livingstone; Lunt (1992), Godwin (1998), Kim; DeVaney (2001), Webley; Nyhus (2001), Keese (2010), Yilmazer; DeVaney (2005), Marques; Frade (2003), Diogo; Amaral; Lino (2008), Cox et al. (2002), Brown; Taylor (2008), Monteiro (2010), La Cava; Simon (2003), Meng; Hoang; Siriwardana (2011), Duca; Rosenthal (1993), Chawla; Uppal (2012), Foster (2006), Teixeira (2012), Zerrenner (2007), Livingstone; Lunt (1992), Maloney (2000), Corseuil; Carneiro (2001)
Saúde	Su et al. (2012), Kösters; Paul; Stein (2004), Monteiro (2010), Vitt (2004), Zerrenner (2007)
Sensação de busca	Tokunaga (1993)
Situação da residência (proprietário ou locatário)	Keese (2010), La Cava; Simon (2003)
Situação da residência (urbana, suburbana e rural)	Zaltman; Wallendorf (1979)
Taxa de juros	Kim; DeVaney (2001), Diogo; Amaral; Lino (2008), Meng; Hoang; Siriwardana (2011), Zerrenner (2007)
Uso de dinheiro como recompensa	Hayhoe et al. (1999), Fustaino (2009), Lea; Webley; Walker (1995)

Fonte: Informações compiladas pelo autor

APÊNDICE 2 – DESCRIÇÃO DA CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS DEPENDENTES E PROPORÇÃO DE CADA VARIÁVEL NA BASE DE DADOS

1 Dívidas totais (DIVIDAS_SIM)

Esta variável foi construída a partir da união dos quatro tipos de dívidas e transformada em binária, sendo 1 para a presença de um ou mais tipos de dívidas na família e 0 para a ausência de qualquer tipo de dívida.

2 Endividamento imobiliário (FIN_IM_SIM)

Esta variável foi obtida a partir dos valores de financiamentos de imóveis encontrados nos valores de despesas dos quadros de números 10 e 12 da base de dados e, posteriormente, transformada em variável binária, com o número 1 indicando a presença de endividamento imobiliário na família e 0, a não presença. Esta variável não foi considerada na construção do grau de endividamento familiar por ser considerado investimento. Sua análise, contudo, foi realizada para avaliar a dimensão nas contas familiares.

3 Endividamento com cartão de crédito (DIV_CCRED_SIM)

A construção desta variável teve por base as despesas identificadas como realizadas pela utilização de cartões de crédito pelas famílias na base de dados e, transformada em binária, sendo 1 o indicativo da presença desta dívida e 0 a sua ausência. Esta variável foi utilizada na determinação do grau de endividamento familiar e, também, analisada separadamente no estudo.

4 Endividamento com empréstimos bancários (EMPR_SIM)

Para a obtenção desta variável foram utilizadas as informações do quadro de número 55 da base de dados para o valor líquido destes empréstimos nas famílias e, depois, transformada em variável binária com 1 indicando a presença desta dívida nas famílias e 0, o contrário. Esta variável também foi utilizada na obtenção do grau de endividamento familiar e verificada de forma isolada.

5 Endividamento com outras dívidas (OUT_DIV_SIM)

A variável outras dívidas foi construída a partir das informações dos valores de despesas realizadas pelas famílias com a utilização de outras formas de crédito, além das mencionadas anteriormente, de acordo com a base de dados. A partir dos valores obtidos, foi criada a variável binária sendo 1 para a existência destas dívidas nas famílias e, 0, em caso contrário.

Também esta variável foi considerada isoladamente e na obtenção da variável do grau de endividamento familiar.

6 Grau de endividamento (ENDIVIDAMENTO)

É uma variável dependente binária construída pela soma das variáveis binárias dívidas com cartão de crédito, empréstimos bancários e outras dívidas e, transformada em binária, sendo que 1 representa a presença desses três tipos de endividamento familiar, ou 0, caso contrário.

Proporção de cada tipo de endividamento

VARIÁVEIS	DÍVIDAS TOTAIS (DIVIDAS_SIM)	FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO (FIN_IM_SIM)	DÍVIDAS COM CARTÃO CRÉDITO (DIV_CCRED_SIM)	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS (EMPR_SIM)	OUTRAS DÍVIDAS (OUT_DIV_SIM)	ENDIVIDAMENTO (ENDIVIDAMENTO)
ENDIVIDAMENTO	61,78%	1,74%	5,02%	5,17%	57,25%	0,17%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da POF 2008-2009

7 Inadimplência total (INADIMPLÊNCIA GERAL)

A variável dependente inadimplência total foi obtida pelo conjunto de atrasos nos pagamentos das famílias, ou seja, foi considerada inadimplente a família que revelou durante a coleta dos dados estar em atraso nos pagamentos de aluguel ou prestação da residência, das despesas de água, gás ou eletricidade e de prestações de bens adquiridos. Assim, foi atribuído 1 para as famílias inadimplentes e 0, caso contrário.

8 Inadimplência nos pagamentos de aluguel ou prestação da residência (ATRASO_ALUG)

Esta variável é o resultado de respostas das pessoas de referência das famílias à pesquisa de orçamentos familiares do IBGE e foi ajustada para binária, sendo 1 a condição de atraso nos pagamentos de aluguel ou prestação da residência e 0, a condição de pagamentos em dia por parte das famílias.

9 Inadimplência nos pagamentos das despesas de água, gás e eletricidade (ATRASO_DESP)

Da mesma forma que a variável anterior, houve o ajuste para variável binária com 1 sendo a condição de atrasos nos pagamentos das despesas de água, gás ou eletricidade e 0, a condição de não atraso.

10 Inadimplência nos pagamentos de prestações de bens adquiridos (ATRASO_PRES)

Também esta variável é o resultado do questionamento direto junto aos responsáveis pelas famílias se apresentavam ou não atrasos nos pagamentos de prestações de bens adquiridos e, com o ajuste feito, 1 significa a existência de atrasos por parte das famílias e 0, o contrário.

Proporção de cada tipo de inadimplência

INADIMPLÊNCIA	TOTAL (INADIMPLENCIA_GERAL)	ALUGUEL OU PRESTAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ATRASO_ALUG)	DESPESAS DE ÁGUA, GÁS OU ELETRICIDADE (ATRASO_DESP)	PRESTAÇÕES DE BENS ADQUIRIDOS (ATRASO_PRES)
	4,22%	8,53%	14,82%	12,36%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da POF 2008-2009

APÊNDICE 3 – DESCRIÇÃO DA CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS E PROPORÇÃO DE CADA VARIÁVEL NA BASE DE DADOS

1 Idade por faixa etária (IDADE_20; IDADE_30; IDADE_40; IDADE_50 e IDADE_60)

A variável idade da pessoa de referência das famílias foi obtida a partir da base de dados e foi construída com cinco faixas de idade, sendo de 20 a 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos, de 50 a 59 anos e acima de 59 anos, que foram transformadas em binárias em cada faixa etária, com a atribuição de 1 para a idade compreendida dentro da faixa etária e 0 fora da faixa etária. A faixa etária de 20 a 29 anos (IDADE_20) foi utilizada como variável de controle para as estimativas da condição de família endividada e inadimplente nas demais faixas etárias.

Proporção de cada faixa etária

IDADE DA PESSOA DE REFERÊNCIA	Idade em anos				
	20 a 29 (IDADE_20) ^(*)	30 a 39 (IDADE_30)	40 a 49 (IDADE_40)	50 a 59 (IDADE_50)	60 ou mais (IDADE_60)
	17,95%	15,55%	13,68%	10,08%	11,63%

(*) Faixa etária tomada como base da análise das variações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da POF 2008-2009

2 Ativos financeiros (ATFIN_0; ATFIN_1000; ATFIN_5000; ATFIN_18000; ATFIN_1000000)

A posse de riquezas financeiras pelas famílias foram estudadas em cinco faixas de investimentos a partir do quadro 56 da base de dados POF 2008-2009. Assim, inicialmente foram apurados os valores destes investimentos mantidos pelas famílias e em seguida foram construídas as faixas de aplicações financeiras, sendo a primeira faixa sem ativos financeiros e utilizada como variável de controle para as estimativas de endividamento e inadimplência das demais faixas de ativos financeiros. A faixa ATFIN_1000 indica a posse dessas aplicações pelas famílias acima de R\$ 0,00 até R\$ 1.000,00; a seguinte, ATFIN_5000 corresponde a ativos financeiros acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 5.000,00, depois ATFIN_18000 indicando ativos financeiros acima de R\$ 5.000,00 até R\$ 18.000,00 e a última faixa, ATFIN_1000000 correspondendo a mais de R\$ 18.000,00 de aplicações financeiras nas famílias. Cada faixa etária foi, então, transformada em binária para os propósitos do estudo, sendo 1 a presença de ativos financeiros na faixa correspondente e 0, a ausência.

Proporção da posse de ativos financeiros por classe de riqueza

ATIVOS FINANCEIROS	Valor dos investimentos (R\$)				
	Igual a 0,00 (ATFIN_0) ^(*)	Acima de 0,00 até 1.000,00 (ATFIN_1000)	Acima de 1.000,00 até 5.000,00 (ATFIN_5000)	Acima de 5.000,00 até 18.000,00 (ATFIN_18000)	Acima de 18.000,00 (ATFIN_1000000)
	63,19%	15,76%	12,30%	5,14%	3,61%

^(*) Classe de valor de ativos financeiros tomada como base da análise das variações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da POF 2008-2009

3 Ativos não financeiros (ATNFIN_0; ATNFIN_1000; ATNFIN_5000; ATNFIN_18000; ATNFIN_3000000)

De forma semelhante à obtenção da variável ativos financeiros, a variável de ativos não financeiros foi construída a partir da base de dados, com o quadro 12 fornecendo informações sobre a posse do imóvel domiciliar principal, o quadro 47 indicando a posse de outros imóveis pelas famílias e o quadro 51 dispondo dados sobre a posse de veículos pelas famílias. Esta variável também foi classificada em cinco faixas de posse de riqueza pelas famílias, partindo de nenhum investimento (ATNFIN_0) como variável de controle e as faixas de volume de riqueza não financeira pelas famílias acima de R\$ 0,00 até R\$ 1.000,00 (ATNFIN_1000), acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 5.000,00 (ATNFIN_5000), acima de R\$ 5.000,00 até R\$ 18.000,00 (ATNFIN_18000) e acima de R\$ 18.000,00 (ATNFIN_3000000). Após esta classificação, cada faixa foi transformada em binária com 1 indicando a posse de riquezas não financeiras pelas famílias dentro de cada faixa e 0, o contrário.

Proporção da posse ativos não financeiros por classe de riqueza

ATIVOS NÃO FINANCEIROS	Valor dos investimentos (R\$)				
	Igual a \$ 0,00 (ATNFIN_0) ^(*)	Acima de 0,00 até 1.000,00 (ATNFIN_1000)	Acima de 1.000,00 até 5.000,00 (ATNFIN_5000)	Acima de 5.000,00 até 18.000,00 (ATNFIN_18000)	Acima de 18.000,00 (ATNFIN_3000000)
	70,97%	8,42%	7,09%	6,73%	6,80%

^(*) Classe de valor de ativos não financeiros tomada como base da análise das variações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da POF 2008-2009

4 Renda bruta total (RENTTTL_830; RENTTTL_1245; RENTTTL_2490; RENTTTL_4150; RENTTTL_6225; RENTTTL_10375; RENTTTL_100000)

A construção desta variável explicativa seguiu as classes de renda bruta total apresentadas nos resultados da base de dados da POF 2008-2009, considerando a renda monetária e a renda não monetária. Com isso, a menor faixa de renda até R\$ 830,00 foi tomada como variável de controle e as demais faixas de rendimentos foram avaliadas em relação ao endividamento e a inadimplência das famílias, após sua transformação em variável binária, com 1 indicando a renda dentro de cada classe e 0 indicando renda fora da classe considerada.

Proporção da renda bruta total por classe de rendimentos

RENDA BRUTA TOTAL	Valor dos rendimentos (R\$)						
	Até 830,00 (RENDTTL_830) (*)	De 830,00 a 1.245,00 (RENDTTL_1245)	De 1.245,00 a 2.490,00 (RENDTTL_2490)	De 2.490,00 a 4.150,00 (RENDTTL_4150)	De 4.150,00 a 6.225,00 (RENDTTL_6225)	De 6.225,00 a 10.375,00 (RENDTTL_10375)	Acima de 10.375,00 (RENDTTL_10000)
	16,36%	15,03%	29,54%	17,30%	9,11%	7,20%	5,46%

(*) Classe de valor de rendimentos tomada como base da análise das variações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da POF 2008-2009

5 Anos de escolaridade (AN_EST_0; AN_EST_8; AN_EST_11; AN_EST_15; AN_EST_00)

Para a construção desta variável utilizou-se a quantidade de anos de estudos da pessoa de referência das famílias disponíveis na base de dados e, então, ajustando para as faixas de anos de estudos que refletem as pessoas sem formação completa, com ensino fundamental completo, com ensino médio completo, com ensino superior e a classe com estudos além do superior. As estimativas foram obtidas com a utilização da classe sem formação completa como variável de controle. Cada classe de anos de estudo foi transformada em binária sendo 1 quando a pessoa apresentava quantidade de anos de estudos dentro da classe e 0, fora da classe considerada.

Proporção de anos de escolaridade por faixa de anos de estudo

ESCOLARIDADE	Anos de estudo				
	De 0 a 7 (AN_EST_0) (*)	Acima de 7 até 8 (AN_EST_8)	Acima de 8 até 11 (AN_EST_11)	Acima de 11 até 15 (AN_EST_15)	Acima de 15 (AN_EST_00)
	56,12%	7,14%	24,50%	11,74%	5,06%

(*) Classe de anos de estudo tomada como base da análise das variações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da POF 2008-2009

6 Cor ou raça (COR_BRANCA; COR_NEGRA; COR_AMARELA; COR_PARDA; COR_INDIGENA e COR_NAOSABE)

Esta variável foi obtida diretamente da base de dados que indicava a cor ou raça da pessoa de referência da família e, então, transformada em variável binária em cada cor ou raça.

Proporção de cada cor ou raça

COR OU RAÇA	Branca (COR_BRANCA) (*)	Negra (COR_NEGRA)	Amarela (COR_AMARELA)	Parda (COR_PARDA)	Indígena (COR_INDIGENA)	Não identificada (COR_NAOSABE)
	44,08%	6,96%	0,45%	47,62%	0,56%	0,33%

(*) Classe de cor ou raça tomada como base da análise das variações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da POF 2008-2009

7 Presença de crianças, adolescentes e jovens na família (CRIANC_5; PREAD_14; ADOLES_17; JOVEM_21)

A construção desta variável explicativa se baseou na idade das pessoas da família e, então, criou-se as faixas para as quatro classes de presença destas pessoas na família. Cada classe foi transformada em variável binária, sendo 1 para a presença de pessoas naquela faixa e 0, o contrário. A variável CRIANC_5 foi utilizada como variável de controle para a obtenção das estimativas.

Proporção de presença de crianças, adolescentes e jovens na família

PRESENÇA DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES OU JOVENS	Crianças até 5 anos (CRIANC_5) ^(*)	Pré adolescentes de 6 a 14 anos (PREAD_14)	Adolescentes de 15 a 17 anos (ADOLES_17)	Jovens de 18 a 21 anos (JOVEM_21)
	8,07%	14,46%	5,12%	6,95%

^(*) Classe de presença de crianças tomada como base da análise das variações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da POF 2008-2009

8 Posição ocupacional (EMPREGADOR; EMPREGADO_PRIVADO; EMPREGADO_PUBLICO; EMPREGADO_DOMESTICO; EMPR_TEMPOR_RURAL; CONTA_PROPRIA; APRENDIZ)

Para a obtenção desta variável utilizou-se das informações disponíveis na base de dados, que resultou em oito classes de ocupação. A variável para outros trabalhos foi omitida pois revelou colinearidade quando da aplicação dos modelos econométricos. Para as demais classes ocupacionais, houve a necessidade de serem transformadas em binária em cada classe e, com isso, 1 foi atribuído à ocupação na classe e 0, fora da classe.

Proporção de cada posição ocupacional

OCUPAÇÃO	Empregador (EMPREGADOR) ^(*)	Empregado privado (EMPREGADO_PRIVADO)	Empregado público (EMPREGADO_PUBLICO)	Empregado doméstico (EMPREGADO_DOMESTICO)	Empregado temporário rural (EMPR_TEMP_RURAL)	Conta própria (CONTA_PROPRIA)	Aprendiz (APRENDIZ)
	3,13%	41,50%	14,38%	6,88%	1,89%	27,07%	0,18%

^(*) Classe de posição ocupacional tomada como base da análise das variações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da POF 2008-2009

9 Outras variáveis explicativas demográficas e econômicas (ESTADO_CIVIL_CASADO; SEXO_MASCUL; SAUDAVEL; COD_GRAVIDA; RISCO_COR; APOSENTADO)

A variável para estado civil foi obtida a partir das informações da base de dados a respeito da relação da pessoa de referência na unidade consumidora (COD_REL_PESS_REFE_UC) e transformada em binária sendo 1 o estado civil casado e 0, diferente de casado. Também a

variável sexo foi obtida diretamente da base de dados e transformada em binária, com 1 indicando o sexo masculino e 0 o sexo feminino. A variável para a condição de saúde nas famílias foi construída a partir dos valores das despesas pagas pelas famílias em atendimentos e tratamentos de enfermidades consideradas graves e, portanto, às famílias que apresentaram estes gastos foi atribuído 1 e para as famílias que não apresentaram estes gastos foi atribuído 0. Também obtida diretamente da base de dados, a variável gravidez revela a presença de pessoas nesta condição nas famílias. Se confirmada a presença foi atribuído 1 e, caso contrário, 0. A construção da variável propensão ao risco utilizou os gastos da pessoa de referência das famílias com apostas em jogos, conforme disposto na base de dados e, transformada em binária, com 1 indicando que a pessoa de referência corre riscos para melhorar a renda e 0, caso não corra estes riscos. A variável aposentados foi obtida a partir dos recebimentos de aposentadoria pela pessoa responsável da família e, assim, às pessoas que recebiam aposentadoria foi atribuído o número 1, enquanto que àquelas que não recebiam foi atribuído o número 0, na transformação em variável binária.

Proporção de outras variáveis explicativas demográficas e econômicas

OUTRAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	Casados (ESTADO_CIVIL_CASADO)	Homens (SEXO_MASCUL)	Saudáveis (SAUDAVEL)	Gravidez (COD_GRAVIDA)	Correm riscos para melhorar a renda (RISCO_COR)	Aposentados (APOSENTADO)
	20,91%	48,71%	99,23%	32,10%	24,95%	30,68%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da POF 2008-2009